

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE TOLEDO - CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSO* EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E AGRONEGÓCIO

EDNILSE MARIA WILLERS

**CULTURA ASSOCIATIVA: A GÊNESE DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO  
DE ALIMENTOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE**

TOLEDO

2015

EDNILSE MARIA WILLERS

**CULTURA ASSOCIATIVA: A GÊNESE DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO  
DE ALIMENTOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, nível de Doutorado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Professor Orientador: Ernelo Schallenger, Dr.

TOLEDO

2015

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.  
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

W712c Willers, Ednilse Maria  
Cultura associativa : a gênese do cooperativismo agropecuário  
de alimentos da Mesorregião Oeste Paranaense / Ednilse Maria  
Willers. – Toledo, PR : [s. n.], 2015  
157 f. : il. (algumas color.), figs., quadros

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger  
Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio)  
- Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo.  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Economia agrícola 2. Cooperativismo - Oeste Paranaense  
(Mesorregião : PR ) 3. Cooperativas agrícolas - Oeste Paranaense  
(Mesorregião : PR) 4. Colonos - História - Oeste Paranaense  
(Mesorregião : PR) 5. Cultura 6. Identidades I. Schallenberger,  
Ernelo, orient. II. T

CDD 20. ed. 334.683098162

EDNILSE MARIA WILLERS

**CULTURA ASSOCIATIVA: A GÊNESE DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO  
DE ALIMENTOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, nível de Doutorado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professor Erneldo Schallenberger, Dr.  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Campus de Toledo

---

Professor José Odelso Schneider, Dr.  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Campus de São Leopoldo - RS

---

Professor Sergio Fajardo, Dr.  
Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná

---

Professor Silvio Antônio Colognese, Dr.  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Campus de Toledo

---

Professor Valdir Gregory, Dr.  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Campus de Marechal Cândido Rondon

Toledo, 26 de janeiro de 2015.

*A Deus, pelo dom da vida e da perseverança.*

*Aos meus amores: Valmir e Leonardo.*

## AGRADECIMENTOS

A minha família, pela confiança, apoio e compreensão pelas horas de ausência...

Ao Professor Erneldo Schallenberger, mais que um orientador, um paciente guia que me permitiu desbravar caminhos junto à pesquisa social.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, que por meio do Colegiado do Curso de Secretariado Executivo, permitiu a liberação de carga horária para cursar o programa de doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela confiança de nos ter permitido fazer parte da primeira turma do programa. Grata pela companhia, pela partilha do saber e pela indicação de novos horizontes.

A equipe administrativa da Unioeste, tanto do *Campus* de Toledo quanto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, pelo apoio operacional. Em especial à Clarice Theobald Stahl, assistente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, mais que uma colega, uma amiga.

Aos amigos de curso: Darcy, Luciana, Marines, Sandra e Sérgio. Fomos os primeiros de uma história acadêmica coroada de êxito. Sem o nosso trabalho de equipe, com certeza não estaria agora saboreando esta conquista.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que por meio da Bolsa de Doutorado possibilitou a aquisição das referências e equipamentos necessários à execução do programa e da tese, bem como o custeio das viagens aos congressos e publicações.

As cooperativas agropecuárias afetas a esta pesquisa.

A todos aqueles, que de uma forma ou de outra contribuíram para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

A todos, muito, muito obrigada!

*Melhor é estarem dois juntos do que estar um só, porque tem a conveniência da sua sociedade; se um cai, o outro o sustentará. (ECLESIASTES 4.9 e 4.10).*

*Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 2008, p. 19).*

WILLERS, Ednilse Maria. **Cultura associativa:** a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião Oeste paranaense. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, 2015 (Tese de Doutorado).

## RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar e compreender a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião Oeste paranaense, a partir da cultura associativa de seus fundadores. Para tanto, foram estruturadas duas frentes de pesquisas: a) a construção de referencial teórico pautado no conceito da cultura associativa e do sistema cooperativista e; b) no quadro de análise pautado no processo de formação, colonização e povoamento da mesorregião Oeste paranaense e na fundação das cooperativas agropecuárias de alimentos afetas àquela mesorregião. Das cooperativas agropecuárias identificadas, foram selecionadas: Copacol (com sede no Município de Cafelândia), C.Vale (com sede no Município de Palotina), Lar (com sede no Município de Medianeira), Coopavel (com sede no Município de Cascavel) e Copagril (com sede no Município de Marechal Cândido Rondon). A proposta metodológica adotada partiu da abordagem qualitativa, a partir da premissa descritivo-explicativa. A pesquisa descritiva possibilitou a análise e a descrição do contexto histórico, econômico e social do Estado do Paraná e da mesorregião Oeste a partir das primeiras décadas do século XX. Essa análise possibilitou a junção e a discussão dos elementos que desencadearam a criação, a expansão e a consolidação do sistema cooperativado de alimentos na mesorregião em estudo ao longo do tempo. Já a pesquisa explicativa, possibilitou a compreensão do marco teórico utilizado. Para tanto, foram utilizados como fonte de dados, dados secundários, por meio de pesquisa bibliográfica. A base metodológica construída nos levou a constatar que na mesorregião Oeste paranaense a gênese das cinco cooperativas agropecuárias de alimentos em estudo se deu em função das necessidades sociais dos sujeitos, dos colonos que as fundaram a partir da década de 1960. A fundação das sociedades cooperativadas veio de encontro aos interesses econômicos dos produtores rurais e não apenas aos do governo. A cultura associativa resgatada por meio das memórias dos colonos fundadores das cooperativas em estudo tornou-se o marco cultural, mantido e reproduzido pela estrutura comunitária dos colonos pioneiros. A dinâmica de convivência coletiva e as relações comunitárias mantiveram-se independentes das mudanças macroeconômicas do país. Foi esse espírito gregário, entranhado na estrutura social dos migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste do Paraná, o norteador das iniciativas de cooperação que desencadearam nas associações de produtores, e essas, nas cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião em estudo.

**Palavras-chave:** Cultura. Identidade. Cooperativismo. Colonos. Oeste do Paraná.

WILLERS, Ednilse Maria. **Associative Culture: the genesis of food agricultural cooperativism in the West mesoregion of Paraná State.** State University of Western Paraná – *Campus de Toledo*, 2015 (Doctoral Thesis).

## ABSTRACT

The main objective of this research was to analyze and understand the genesis of the food agricultural cooperativism in West mesoregion of Paraná State, through the associative culture of its founders. Therefore, we structured two fronts of research: a) the construction of a theoretical framework guided by the concept of associative culture and cooperative system and; b) the guided analysis framework in the training process, colonization and settlement of West mesoregion of Paraná State and the food agricultural cooperatives establishment related to that region. We identified the food agricultural cooperatives and selected them: Copacol (headquartered in the city of Cafelândia), C.Vale (headquartered in the city of Palotina), LAR (headquartered in the city of Medianeira), Coopavel (headquartered in Cascavel) and Copagril (headquartered in the city of Marechal Cândido Rondon). The methodology adopted was the qualitative approach, based on the descriptive-explanatory premise. The descriptive research allowed the analysis and description of the historical, economic and social context of Paraná State and of the West mesoregion, in the first decades of the twentieth century. This analysis allowed the junction and discussion of the elements that led to the creation, expansion and consolidation, over time, of the food cooperative system in the region under study. The explanatory research allowed us to understand the theoretical framework used. So, as the source of data we used secondary data, through bibliographical and documentary research. This methodological base led us to see that in the West mesoregion of Paraná State, the genesis of the five food agricultural cooperatives under investigation was due to the social needs of individuals, the settlers who have established them, since the 1960s. The foundation of these cooperative societies met the economic interests of the farmers, and not just of the government. In this study, the associative culture rescued through the memories of the settlers who established the cooperatives became the cultural touchstone maintained and reproduced by the community structure of the pioneer settlers. The dynamic of living together and community relations remained independent of macroeconomic changes in the country. This gregariousness, entrenched in the social structure of migrants, who settled the West mesoregion of Paraná, guided cooperation initiatives and triggered producer associations, and these ones, in the food agricultural cooperatives of the mesoregion under study.

**Key - words:** Culture. Identity. Cooperativism. Settlers. West of Paraná.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Posição das cooperativas agropecuárias de alimentos em estudo no Guia Exame - Maiores e Melhores - 2014 (ano base 2013).....	8
Quadro 2 - Países que capitanearam a fundação das primeiras cooperativa agrícolas ao longo do século XIX.....	53
Quadro 3 - Associações cooperativas brasileiras: do Século XIX aos primeiros anos do século XX .....	56
Quadro 4 – Evolução da legislação cooperativista brasileira .....	60
Quadro 5 – Cenários e políticas agrícolas brasileiras de 1950 ao final da década de 1989 .....	61
Quadro 6 - Empresas colonizadoras que se destacaram no processo de colonização da mesorregião Oeste do Paraná.....	87
Quadro 7 - Municípios emancipados até o ano de 1985 localizados na mesorregião Oeste do Paraná com o nome e data de fundação das cooperativas agropecuárias de alimentos .....	105
Quadro 8 - Número de habitantes e descendência étnica das colônias do Oeste do Paraná no ano de 1960.....	108
Quadro 9 - Síntese do contexto histórico das cooperativas agropecuárias da mesorregião Oeste paranaense .....	115
Quadro 10 - Relação nominal dos associados das cooperativas pesquisadas .....	117

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização, por municípios sede e de abrangência, das cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião Oeste do Paraná em estudo	12
Figura 2 - Divisão da pesquisa .....	14
Figura 3 – Estrutura da base metodológica da pesquisa .....	68
Figura 4 – Mapas do Estado do Paraná com a pontuação, por municípios, da evolução do número de cooperativas fundadas a partir da década de 1930 até meados da década de 1977 .....	75
Figura 5 – Mapa do Paraná com a divisão territorial proposta pelo Plano Integrado de reorganização das cooperativas estaduais.....	79
Figura 6 - Mapa do Estado do Paraná com destaque para as áreas de ação das cooperativas das mesorregiões Oeste e Sudoeste - Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC - 1970 .....	81
Figura 7 - Mapas do Estado do Paraná com a ocupação territorial: 1880 - 1960.....	84
Figura 8 - Mapa do Estado do Paraná, com destaque para a mesorregião Oeste e a evolução de seus municípios - 1940-1969 .....	90
Figura 9 - Mapa da região Sul do Brasil com destaque para os principais municípios dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que originaram migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste paranaense: 1940-1970	98
Figura 10 - Mapa do Estado do Paraná - divisão por meso e microrregiões.....	104
Figura 11 - Mapa político da mesorregião Oeste do Paraná .....	104

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	QUADRO TEÓRICO.....	17
2.1	A CULTURA ASSOCIATIVA E O ATO DE COOPERAR: BUSCANDO REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	17
2.1.1	O significado da palavra cultura e seus desdobramentos.....	17
2.2	O SISTEMA COOPERATIVISTA: PROCESSO HISTÓRICO E TEÓRICO ....	38
2.2.1	O cooperativismo agropecuário brasileiro: origem, expansão e características. 54	
2.2.1.1	O cenário político, econômico e social brasileiro pré-cooperativas agropecuárias.....	62
3	QUADRO DE ANÁLISE .....	67
3.1	BASE METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	67
3.2	PARANÁ, UM ESTADO DO SISTEMA COOPERATIVADO: LEITURAS E RELEITURAS .....	71
3.2.1	Mesorregião Oeste paranaense e as cooperativas agropecuárias: uma história atrelada ao contexto histórico, econômico e social de uma mesorregião em construção .....	83
3.2.2	As cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião Oeste do Paraná em estudo: Copacol, C.Vale, Lar, Coopavel e Copagril.....	105
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	124
4.1	CULTURA ASSOCIATIVA: A GÊNESE DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DE ALIMENTOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE .....	124
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
	REFERÊNCIAS .....	135

*A Bíblia, no antigo testamento, através do seu 2º livro, livro do Êxodo, e do 5º livro, o de Deuteronômio, fala da necessidade da aliança entre os homens. Discorre sobre a ideia de que todos somos, coletivamente, responsáveis uns pelos outros.*

## **1 INTRODUÇÃO**

A construção de uma tese nos leva a refletir o quanto um determinado tema pode ser analisado e/ou reanalisado. Discutir e analisar o tema do cooperativismo agropecuário não é novidade nos bancos acadêmicos nacionais e internacionais.

Neta de descendentes alemães e poloneses que migraram do Oeste gaúcho e colonizaram o município de Toledo, na mesorregião Oeste do Paraná, cresci ouvindo meus avós, tios e pai dizendo que, "somente a cooperativa poderia resolver os problemas" que afligiam o pequeno agricultor. Hoje, passados alguns anos, vejo nesses mesmos tios e, também nos seus filhos, a mesma fala, a de que, a cooperativa, continua sendo o meio que os mantém na "roça".

Esta forma de "ver" a cooperativa, como um "meio" que os mantém na "roça", nos fez refletir o quanto disso é realmente verdadeiro, já que o modelo de cooperativismo de nossos antepassados difere do atual.

Partindo do pressuposto inicial de que a cooperativa agropecuária é uma sociedade de pessoas que, por meio de seus associados, garante o recebimento periódico dos produtos agropecuários de que necessita para comercializar e sobreviver, nos instiga a questão do porque, esses associados, produtores rurais, não entregam sua produção para outro tipo de empresa que também comercializa esses produtos e que estão na mesma região em que residem. Haverá alguma questão intrínseca ao sistema cooperativo que faz com que estes associados permaneçam neste tipo de sociedade? Foi a partir dessa dúvida que se delineou a formatação da presente pesquisa.

Pois bem, a literatura pesquisada nos levou a compreensão de que as cooperativas são associações de pessoas. Essas pessoas constituem uma sociedade civil reconhecida por lei e regida por um estatuto próprio, cujo objetivo é a defesa e a promoção dos interesses econômicos dessas pessoas, as quais passam a ser associados.

Esta compreensão nos remeteu ao entendimento de que, antes de se constituir cooperativa, o que se tem é um grupo de pessoas. Essas pessoas se

unem e formam uma associação como forma de melhor superar os desafios que os afligem. São pessoas que, através do ato de unir-se e de cooperar, formam a cooperativa. Assim, nosso foco passa a ser essas pessoas, sujeitos sociais que por meio da cooperação vivenciam práticas sociais que os levam a formar e a fundar uma associação cooperativa.

Neste sentido, o caminho traçado para a construção desta pesquisa perpassa pelo processo de formação e de organização do sujeito social, nesse caso, produtor rural. Mas não é qualquer produtor rural, mas sim o que colonizou e povoou a mesorregião<sup>1</sup> Oeste do Paraná, uma vez que, a tradição em associar-se em prol da cooperação comunitária não foi mero acaso. Assim, o processo histórico, econômico e social da colonização dessa mesorregião, a partir da década de 1940, é imprescindível para que se possa compreender a gênese das cooperativas agropecuárias de alimentos localizadas nesta região do Estado.

É a partir deste processo de colonização que surgiram as comunidades rurais (com forte tradição étnico-religiosa) formadas por famílias que cultivavam a terra (centradas na agricultura familiar) e de seus laços de solidariedade (que desencadearam as ações de cooperação que as sustentaram econômica e socialmente por certo tempo) que surgiram as primeiras associações de produtores rurais no Oeste paranaense.

O homem, ao viver de forma coletiva, reproduziu seu modo de vida ao longo do tempo. Parte dessa reprodução deveu-se a carga cultural desses homens e suas comunidades, a qual se manteve mesmo diante dos processos de imigração<sup>2</sup> e de migração<sup>3</sup> dos homens.

No sul do Brasil, como nas demais regiões do país, a imigração<sup>4</sup> foi estratégica e imprescindível para a ocupação dos espaços vazios<sup>5</sup> e para o

---

<sup>1</sup> A mesorregião Oeste foi estabelecida em 1989 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em função dos interesses dos governadores estaduais em definir uma ordem administrativa. Do ano de 1969 até 1988, esse espaço era conhecido como Microrregião do Extremo Oeste Paranaense. (REOLON, 2007).

<sup>2</sup> Entendida como o movimento de pessoas de um país para outro, num mesmo continente ou de um continente para outro. (CRUZ, 2010).

<sup>3</sup> Entendida como o movimento de pessoas de uma região para outra em um mesmo país. (CRUZ, 2010).

<sup>4</sup> De acordo com Petrone (1984), imigração e colonização foram temas sempre presentes no debate sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Até o governo de Getúlio Vargas,

fornecimento de mão de obra após a abolição da escravatura. Especificamente no Paraná, o governo adotou uma política imigratória que visava não apenas seu povoamento, mas também a colonização de suas terras.

Ao longo do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, o Estado do Paraná recebeu um expressivo número de imigrantes europeus. Esses imigrantes concentraram-se na capital Curitiba e região e nos Campos Gerais<sup>6</sup>. A partir da década de 1940, o governo federal dá início ao processo de colonização e de povoamento do interior do Estado, incluindo nesse ínterim a mesorregião Oeste.

Colonizada ao longo das décadas de 1950 e 1960, a mesorregião Oeste paranaense foi formada por migrantes do interior dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Famílias de agricultores descendentes dos imigrantes europeus que colonizaram o interior daqueles estados ao longo do século XIX e início do século XX.

Esses migrantes trouxeram consigo, além da esperança de uma vida nova e próspera, o espírito comunitário étnico-cristão que alicerçou as iniciativas de associação e de cooperação entre as famílias como forma de sobrevivência na terra nova.

É neste sentido, que o processo de colonização dirigida, capitaneada pelo governo e pelas companhias privadas de colonização, executado na mesorregião Oeste do Paraná, contribuiu para a reprodução do modelo cooperativista implantado no Sul do Brasil. Tanto que, segundo a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), 2005, foi por meio dessas associações que se desenvolveu na mesorregião Oeste o berço das cooperativas agropecuárias mais bem sucedidas do Estado, reconhecidas como o modelo associativo mais organizado do país.

Em termos de país, o cooperativismo agropecuário brasileiro surgiu no meio rural, principalmente no sul do país, através dos imigrantes europeus e seus descendentes. O governo brasileiro pretendia, por meio desses imigrantes, ocupar e

---

recorria-se aos emigrantes europeus para a ocupação das áreas desocupadas do país. A formatação de ocupação dessas áreas obedecia ao formato de pequenas propriedades policultoras, as quais deveriam ser trabalhadas pelos seus respectivos proprietários e suas famílias.

<sup>5</sup> Eram considerados espaços vazios as regiões do interior do país, cobertas por densas florestas nativas povoadas por índios e distantes dos centros urbanos da época.

<sup>6</sup> Extensa região do segundo planalto paranaense que tem como municípios de referência Ponta Grossa e Guarapuava.

colonizar os grandes espaços vazios que existiam no interior do Rio Grande do Sul, otimizando nesse processo o aumento da produção de alimentos. Neste sentido, os imigrantes de origem alemã e italiana eram reconhecidos como especialistas. (SINGER, 1973).

Contudo, ao se instalarem nas distantes áreas disponibilizadas para a colonização, as chamadas colônias, os imigrantes se depararam com regiões inóspitas, cobertas por densas florestas nativas povoadas por índios e distantes dos centros urbanos da época. Superadas as primeiras dificuldades, esses imigrantes desenvolveram um forte espírito comunitário, semelhante ao que tinham em seus países de origem. Ou seja, no campo, desenvolveu-se uma forma distinta de organização da vida social. (SINGER, 1973). O que predominava no interior das colônias gaúchas eram associações cooperativistas coloniais com forte apelo comunitário, restrito a pequenos grupos de produtores com a mesma origem étnica.

Com o passar do tempo, mais precisamente a partir dos anos de 1930, o interior gaúcho e catarinense vivenciaram o esgotamento produtivo de suas terras. A situação se agravou ainda mais diante do grande número de filhos das famílias rurais, fato que inviabilizou a divisão de lotes coloniais à medida que esses filhos se casavam e constituíam novas famílias. Essa situação motivou estas jovens famílias a migrar para outras regiões rurais, sendo a mesorregião Oeste do Paraná uma das opções para a migração da época.

O relato acima é importante porque foi a partir deste contexto histórico que nasceram as primeiras associações de produtores rurais da Mesorregião Oeste paranaense. Os pioneiros da colonização regional trouxeram consigo mais do que a experiência em cultivar a terra, trouxeram e implantaram o modelo de comunidade culturalmente coesa que vivenciavam nas comunidades de origem. Nessas comunidades a preservação da cultura e das tradições étnico-religiosas eram intensamente preservadas.

Nesse processo de preservação, estava o cooperativismo. Sendo o cooperativismo um sistema formal de organização de grupos sociais com objetivos e interesses comuns, é entendido como uma prática social histórica. Sua doutrina institui um lugar de aprendizagem e de educação à cooperação, assim, a interação entre seus associados é o que desencadeia as condições necessárias para o processo de socialização de conhecimentos e de experiências que culminam na organização do sistema em cooperativas.

Desde o nascimento do modelo de associação cooperativista inspirado em Rochdale, Inglaterra, no ano de 1844, as organizações cooperativistas pulverizaram-se em todos os continentes do planeta, tanto nos países industrializados, tidos como desenvolvidos economicamente, quanto nos em desenvolvimento. Para tanto, essas organizações cooperativistas vêm se ajustando às realidades econômico-sociais dos países em que são implantadas, tendo por inspiração o associativismo<sup>7</sup>.

O cooperativismo, ao longo do tempo, tem uma estreita aproximação com as crises socioeconômicas. A ideia cooperativista foi alimentada pelas dificuldades econômicas da sociedade do século XIX, motivando a criação da primeira cooperativa, a dos Probos de Rochdale, Inglaterra, 1844. A história registra que o movimento cooperativista nasceu e se desenvolveu como estratégia para a resolução de situações adversas da população e/ou política de governo para desenvolver determinada região<sup>8</sup>. Assim, o cooperativismo agropecuário passa a ser uma das formas de associação cooperativa mais difundida no mundo, inclusive no Brasil e no Paraná.

O sistema cooperativo agropecuário estadual teve origem nas comunidades de imigrantes europeus (com destaque para os alemães, italianos, ucranianos e holandeses) que chegaram ao Paraná, a partir do início do século XX, e colonizaram a região de Curitiba e a dos Campos Gerais. Esses imigrantes procuraram organizar estruturas comuns para compra e venda de sua produção, além de suprirem suas necessidades de consumo e crédito através de sociedades cooperativas. As cooperativas foram sendo estruturadas em setores específicos da economia rural e urbana, principalmente nas áreas da agropecuária, crédito, saúde, transporte, infraestrutura, trabalho, educação, consumo, turismo e habitação. Contudo, as que tiveram maior expansão foram as do ramo agropecuário. (OCEPAR, 2006).

---

<sup>7</sup> Movimento social organizado em torno de indivíduos ou de grupos com os objetivos de representação e de defesa de interesses comuns. Na década de 1880, o associativismo alcançou expressão de movimento social, despertando a consciência em torno da necessidade de organização social. (SCHALLENBERGER, 2010).

<sup>8</sup> Região: um território de ação e de controle, de planejamento, unidade administrativa (definição adotada pelo IBGE ao longo do período de colonização e de povoamento do interior do Brasil, décadas de 1950 a 1970). Também é entendida enquanto localização de determinados fenômenos, associando-a "à ideia de um espaço complexo de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, construído historicamente [...] caracterizando um período e um lugar." (RONCAYOLO, 1997 apud VANDERLINDE, 2010, p.392).

Mas foi no Estado do Rio Grande do Sul, em 1902, que o Padre Theodor Amstad fundou, em Nova Petrópolis, a primeira cooperativa de Crédito do Brasil. Com o lema: "Colaborar em tudo o que é do interesse comum e deixar de lado as diferenças"<sup>9</sup>, o ideal cooperativo se dissemina nas colônias dos imigrantes alemães e italianos rio grandenses. Ao longo do século XX, partindo da fundação da primeira cooperativa brasileira, muitas transformações ocorreram na estrutura dessas organizações, principalmente nas do setor primário de alimentos, forçando-as a assumir dimensões empresariais com complexas administrações como forma de se manter num mercado cada vez mais globalizado e competitivo<sup>10</sup>.

O estudo das cooperativas, e entre elas as agropecuárias, no Brasil foi amplamente aprofundando pela academia a partir da segunda metade do século XX. Do estudo histórico de seu surgimento aos desafios de sua implantação, diversos pesquisadores das áreas econômicas e sociais buscaram compreender o sistema cooperativado e seu impacto no processo de desenvolvimento econômico-social nas diferentes regiões brasileiras, tanto do ponto de vista ideológico/doutrinário quanto do ponto de vista de mercado. Como resultado, igualou-se o sistema cooperativo às demais organizações empresariais<sup>11</sup>.

Em termos de Estado do Paraná, este estudo acompanhou a evolução da economia paranaense. Entre seus pesquisadores, destacam-se: Lima (1974), Ipardes (1974), Araújo (1982), Serra (1981 e 1986), Bortoli (1984), Rocha (1999) e Fajardo (2000 e 2007), cujo foco foi à história das cooperativas agropecuárias no Estado sob a perspectiva econômica.

Dos resultados das pesquisas acima, pode-se dizer que no Paraná, as cooperativas agropecuárias sustentaram-se pelo dinamismo do setor agrícola estadual, e com ele perpassaram as crises que o setor agropecuário sofreu ao longo do período. A partir da década de 1970 o sistema cooperativado passa por um intenso processo de modernização movido pela tecnificação das lavouras e a

---

<sup>9</sup> Rambo e Arendt (2012, p. 64).

<sup>10</sup> Entre os pesquisadores que se destacam nesta área, cita-se Bialoskosrki Neto (1998, 1994).

<sup>11</sup> Entre estes pesquisadores, os mais representativos foram: MÁURER JÚNIOR (1950, 1966), MOURA (1950, 1958), PINHO (1966, 1977, 1987), BULGARELLI (1965, 1972, 2002), MIRANDA (1977), BENECKE (1980), SCHNEIDER (1978, 1981), LOUREIRO (1981), FLEURY (1983), DUARTE (1986), BIALOSKORSKI NETO (1994 e 1998), ROCHA (1999) e várias dissertações de mestrado e teses de doutorado ao longo da primeira década de 2000.

introdução do plantio de *commodities*<sup>12</sup>, capitaneadas pela intervenção estatal do governo militar.

Especificamente para a mesorregião Oeste, a modernização agrícola acima citada foi expressiva, tanto que desencadeou programas de governo que reestruturaram o sistema cooperativista agropecuário existente, fechando àquelas consideradas inviáveis economicamente e direcionando outras a junção. Foram os projetos: Iguazu de Cooperativismo (PIC), Norte de Cooperativismo (NORCOOP) e Sul de Cooperativismo (SULCOOP), todos implantados de 1971 até 1976.

Esta reestruturação no setor possibilitou o fortalecimento do sistema cooperativista no Estado, a tal ponto que as cooperativas agropecuárias adentram na década de 2010 com mais de 735 mil cooperados e 62.300 colaboradores. Faturaram mais 32,1 bilhões de reais e congregam em torno de 2 milhões e 500 mil paranaenses. (PARANÁ COOPERATIVO, 2012).

Em termos de cooperativas agropecuárias, estavam registradas na OCEPAR, até o ano de 2012, 81 empresas, as quais são responsáveis por 55% da economia agrícola do Estado e representam 11% do PIB estadual. Essas cooperativas participam de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização da produção agropecuária<sup>13</sup> estadual.

Reconhecida como importante instrumento de difusão de tecnologias da produção agropecuária e de implementação de políticas desenvolvimentistas, as cooperativas agropecuárias são, em muitos municípios do Paraná, as mais importantes empresas locais e regionais, configurando-se nas maiores empregadoras e geradoras de receitas. Em seu quadro associativo há, aproximadamente, um terço do total de produtores rurais do Estado, cuja

---

<sup>12</sup> Termo utilizado nas relações comerciais internacionais que designa um determinado tipo de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, cujo valor é determinado, em nível mundial. (SANDRONI, 2003, p.112). Em termos agropecuários as principais *commodities* exportadas no Brasil são: soja em grão e farelo de soja, suco de laranja congelado, café em grão, açúcar bruto, carne de frango congelado e carne bovina desossada congelada (SECEX/MDIC). Mais detalhes acessar: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3752&refr=1695>

<sup>13</sup> O termo agropecuária é entendido de forma genérica para denominar as atividades de produção de alimentos, bem como de matéria-prima, à agroindústria, tanto de origem vegetal quanto animal. (SILVA, 2010, p. 30).

configuração produtiva é composta por pequenos e médios produtores (com área de até 50 hectares). (PARANÁ COOPERATIVO, 2012).

Na mesorregião Oeste paranaense há cinco cooperativas agropecuárias que se especializaram na área de alimentos. Todas industrializadas. Juntas essas cooperativas geram cerca de 28.000 empregos diretos e detém em seu quadro associativo 37.568 produtores rurais. Esses dados foram extraídos dos sites das cooperativas Cvale (com sede em Palotina), Copagril (com sede em Marechal Cândido Rondon), Lar (com sede em Medianeira), Coopavel (com sede em Cascavel) e Copacol (com sede em Cafelândia).

Para se ter uma noção do impacto econômico destas cooperativas no Estado do Paraná e na região Sul do Brasil, cabe citar o anuário publicado pela Editora Abril, Guia Exame: Maiores e Melhores<sup>14</sup>, no qual, desde a edição de 2010, posiciona as cooperativas acima citadas entre as 70 maiores empresas da região Sul do Brasil. O quadro 1 mostra a posição de cada uma delas em nível nacional (entre as 500 maiores) e em nível de região Sul (entre as 100 maiores).

Quadro 1 - Posição das cooperativas agropecuárias de alimentos em estudo no Guia Exame - Maiores e Melhores - 2014 (ano base 2013)

COOPERATIVA, MUNICÍPIO SEDE E MESORREGIÃO PARANAENSE	POSIÇÃO NACIONAL (500 maiores empresas)	POSIÇÃO REGIÃO SUL (100 maiores empresas)
Cooperativa Agroindustrial - CVALE Palotina - Mesorregião Oeste	118º	11º
Cooperativa Agroindustrial - LAR Medianeira - Mesorregião Oeste	201º	21º
Cooperativa Agroindustrial - COPACOL Corbélia - Mesorregião Oeste	284º	37º
COOPAVEL - Cooperativa Agroindustrial Cascavel - Mesorregião Oeste	360º	50º
Cooperativa Agroindustrial - COPAGRIL Marechal Cândido Rondon - Mesorregião Oeste	506º	73º

Fonte: Adaptado pela autora - Guia Exame: Maiores e Melhores 2014.

Isto posto, em termos empíricos, esta pesquisa foi direcionada às cooperativas agropecuárias de alimentos localizadas na mesorregião Oeste do Estado do Paraná. Assim, das 81 cooperativas agropecuárias em funcionamento no Estado, até o ano de 2013, 31 eram de alimentos, e dessas, 05 estão localizadas na mesorregião Oeste, sendo essas o foco da pesquisa. O período de estudo será a partir do ano de 1940 até o final da década de 1980. Esse recorte temporal foi

<sup>14</sup> Mais detalhes acessar: <http://exame.abril.com.br/topicos/melhores-e-maiores>.

definido porque é a partir da década de 1940 que a mesorregião Oeste passa a ser efetivamente colonizada e, 10 anos depois, surgem às primeiras iniciativas de associações de produtores rurais, as quais, a partir da década de 1960 se transformam em empresas cooperativas<sup>15</sup>. Quanto ao período final, década de 1980, deve-se ao fato de que no início de 1990, o governo brasileiro efetiva a abertura comercial da economia nacional ao capital estrangeiro<sup>16</sup>, inserindo o país na economia neoliberal internacional, fato que redirecionou o sistema cooperativo do país às demandas internacionais de *commodities* de alimentos, fugindo ao escopo desta pesquisa.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar e compreender a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião Oeste paranaense, a partir da cultura associativa de seus fundadores.

Para tanto, será necessário:

- a) analisar e compreender o processo de colonização e de organização social ocorrido na mesorregião Oeste do Paraná e o quanto esse corroborou para a criação do sistema cooperativo agropecuário de alimentos na mesorregião;
- b) descrever e compreender o processo de criação e de organização das cooperativas agropecuárias brasileiras e paranaenses (partindo do contexto histórico, econômico-social e político do país e do Paraná) a partir de 1900 até o final da década de 1980.

Os objetivos acima irão consubstanciar a hipótese desta pesquisa, qual seja: apesar do plano de governo de desenvolver economicamente o país, deflagrado a partir da década de 1930, por meio de uma série de políticas públicas que injetaram voluptuosos recursos federais na economia nacional, sendo uma delas a formalização e a reorganização das cooperativas agropecuárias brasileiras, no Estado do Paraná, o êxito econômico e social dessas sociedades, ao longo do

---

<sup>15</sup> Essa transformação ocorreu por força do Decreto nº 22.239/1932, uma vez que no Governo Vargas todas as categorias profissionais tiveram que se organizar em consórcios profissionais, cooperativos.

<sup>16</sup> Ressalta-se que a origem deste processo de abertura comercial fora desencadeado na política desenvolvimentista do governo militar (DREIFUSS, 1981), sendo a mesma, adensada nas políticas de governo do Presidente Collor, a partir da década de 1990. (AVERBUG, 1990).

tempo, não foi apenas consequência dessas políticas, mas sim das necessidades sociais dos sujeitos (colonos) que entenderam que a união de esforços era o que lhes possibilitaria a superação de suas dificuldades econômicas e da sua permanência no campo (tido como o ideal de vida desses colonos). Especificamente na mesorregião Oeste paranaense, o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias de alimentos se deu muito mais das necessidades sociais dos sujeitos do que das políticas públicas, uma vez que, as sociedades cooperativadas vinham de encontro aos interesses dos produtores rurais e não apenas aos do governo.

Ou seja, o espírito gregário que acompanhou este sujeito por gerações tornou-se um marco cultural mantido e replicado pela estrutura comunitária dos colonos, cujas dinâmicas relacionais mantiveram-se independentes das mudanças macroeconômicas do país. Foi esse espírito gregário, entranhado na estrutura social dos migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste do Paraná, o norteador das iniciativas de cooperação que desencadearam nas associações de produtores e, mais tarde, nas cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião em estudo.

As cooperativas se tornaram mediadoras do processo de modernização e de tecnificação da agricultura brasileira e paranaense, pois eram elas que mediavam: a) o crédito agrícola; b) a disponibilização dos insumos necessários à produção; c) a compra de maquinário e; d) a comercialização da produção. Assim, o cooperativismo agropecuário paranaense tem identidade a partir dos modelos de produção agropecuária e de agroindustrialização que se implantaram com ou por meio do papel mediador exercido pelas cooperativas.

Nesse sentido, esta pesquisa não se propõe abordar os aspectos doutrinários do cooperativismo ou se a criação e o desenvolvimento desse sistema na mesorregião Oeste do Paraná foi resultado das políticas agrícolas da época. O foco passa a ser o processo histórico em que o associado, o produtor rural, sujeito e ator social se ajustou diante dos diferentes processos de transformação da economia e da sociedade paranaense ao longo do tempo, transformando o sistema cooperativado na principal base econômico-social da mesorregião em estudo. Também possibilita outra leitura acerca do dinamismo do segmento cooperativo agropecuário, adentrando na esfera social em que o indivíduo decide se associar a seus pares como forma de sobreviver numa sociedade alicerçada no capital e nas

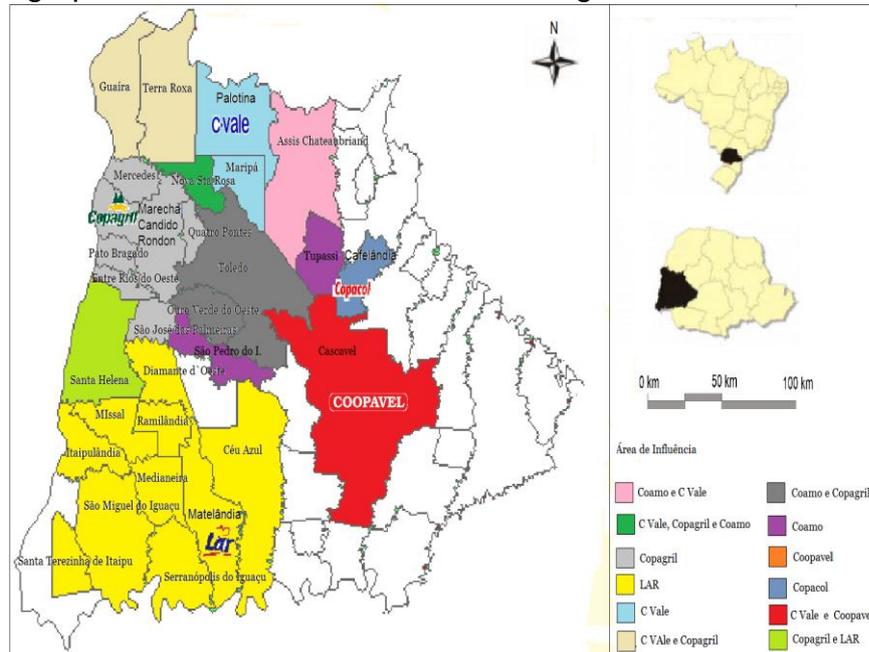
suas regras de mercado. Até porque, "[...] o desenvolvimento das relações mercantis tende a dissolver as estruturas culturais herdadas do passado". (FUCHS, 1974, p. 35).

Isto posto, a proposta metodológica adotada para a pesquisa terá por base de análise a abordagem qualitativa, partindo da premissa descritivo-explicativa. A pesquisa descritiva ira possibilitar a análise e a descrição do contexto histórico, econômico e social do Estado do Paraná e da mesorregião Oeste a partir das primeiras décadas do século XX. Essa análise possibilitará a junção e a discussão dos elementos que desencadearam a criação, a expansão e a consolidação do sistema cooperativado de alimentos na mesorregião em estudo ao longo do tempo.

Para tanto, será utilizado como fonte de dados, dados secundários, por meio de pesquisa bibliográfica, a qual possibilitará o levante de informações que consubstanciem a pesquisa. A pesquisa bibliográfica partiu de três eixos de publicações: a) referências que tratam da cultura associativa e dos sujeitos sociais; b) referências que tratam da história do cooperativismo mundial e do cooperativismo agropecuário brasileiro e paranaense; c) referências que tratam do processo de colonização e de povoamento da mesorregião Oeste do Paraná e; d) cópia das Atas de fundação das cooperativas afetas a pesquisa. Essa análise possibilitou identificar os grupos de produtores que as fundaram.

Neste sentido, esta pesquisa detém características de um estudo de caso, qual seja: as cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião Oeste do Paraná, criadas de 1960 até 1989 e que ainda estejam em funcionamento até dezembro de 2013. A figura 1 nos permite visualizar a localização da sede dessas cooperativas e de seus municípios de abrangência.

Figura 1 - Localização, por municípios sede e de abrangência, das cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião Oeste do Paraná em estudo



Fonte: Adaptado pela autora de Ocepar (2012).

De acordo com a figura 1, na mesorregião Oeste do Paraná, há 05 municípios que sediam as cooperativas agropecuárias de alimentos em estudo até o ano de 2013. São eles: Cafelândia (COPACOL) e Cascavel (COOPAVEL) (microrregião de Cascavel), Marechal Cândido Rondon (COPAGRIL) e Palotina (CVALE) (microrregião de Toledo) e Medianeira (LAR) (microrregião de Foz do Iguaçu).

A tabela 1 apresenta uma breve caracterização destas cooperativas a partir do ano de fundação das mesmas.

Tabela 1 – Relação de cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião Oeste do Paraná por ano de fundação

ANO DE FUNDAÇÃO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO SEDE (data emancipação)	COOPERATIVA (denominação atual)
1963	Cascavel	Cafelândia (1979)	Copacol
1963	Toledo	Palotina (1960)	C-Vale
1964	Foz do Iguaçu	Medianeira (1960)	Lar
1970	Cascavel	Cascavel (1951)	Coopavel
1970	Toledo	Marechal C.Rondon (1960)	Copagrill

Fonte: Resultado da pesquisa.

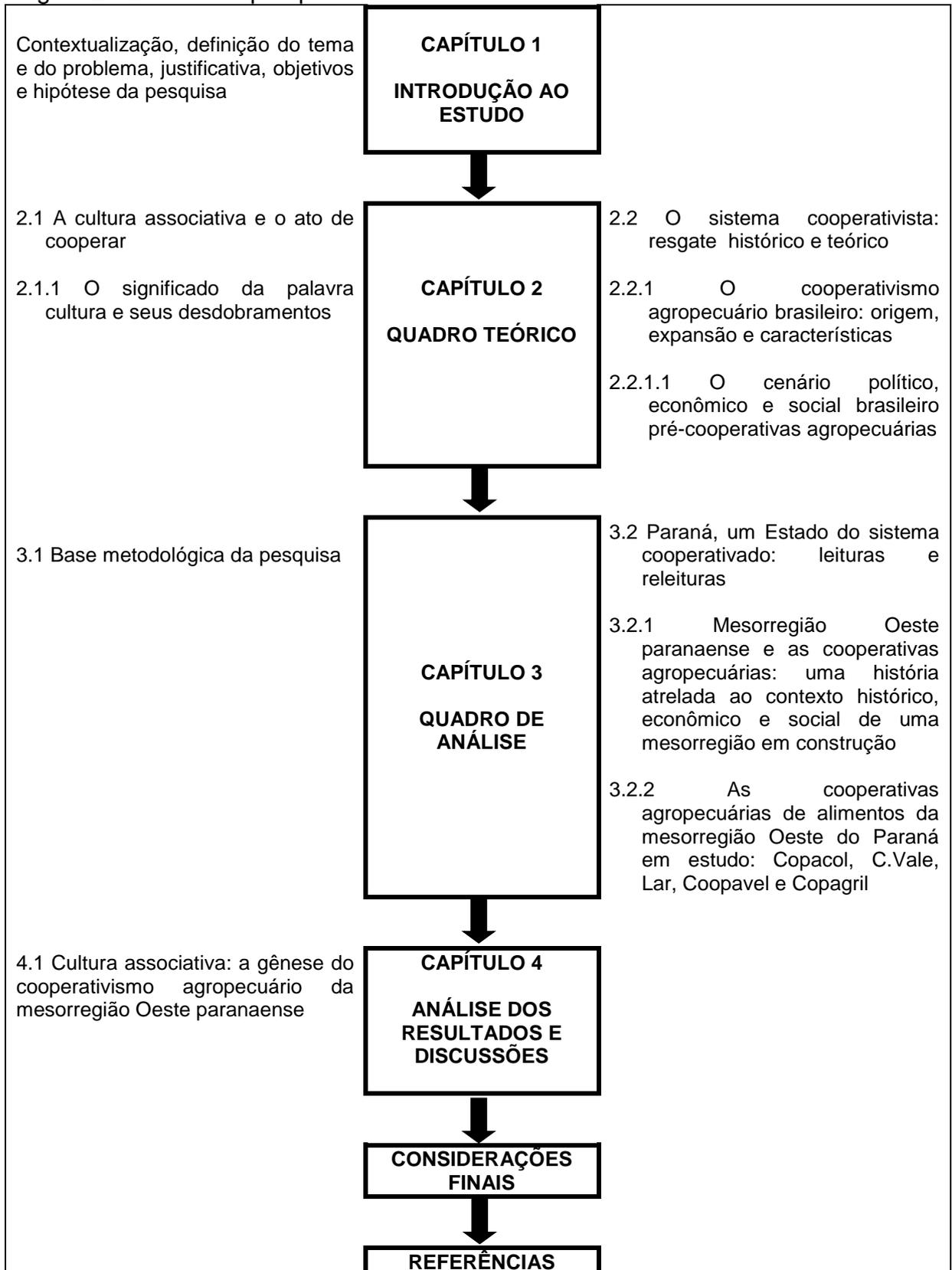
De acordo com a tabela 1, é perceptível o fato de que o ano de fundação das cooperativas em análise é muito próximo do ano de emancipação política de

seus municípios sede. Ou seja, vem de encontro ao período de colonização e de urbanização da mesorregião Oeste, uma vez que, a grande maioria destas cooperativas é fundada nas décadas de 1960 e 1970, período de intenso processo de ocupação de terras, de colonização e de emancipação política dos principais municípios da mesorregião.

Rippel (2005, p. 83), ao pesquisar a migração e o desenvolvimento econômico no Oeste do Paraná, destaca que, entre as décadas de 1950 a 2000 dos 7.645 habitantes existentes na década de 1940, a mesorregião atinge o número de 768.271 habitantes no final da década de 1970, ou seja, um crescimento de cerca de 1.000% da população. Ou seja, a mesorregião Oeste paranaense presencia ao longo de três décadas o maior índice de crescimento populacional do país, sendo que esse crescimento não foi resultado de nascimentos de bebês, mais sim, do intenso processo migratório rural-rural responsável pela colonização da mesorregião.

Isto posto, esta pesquisa esta dividida em quatro capítulos. A figura 2 abaixo ilustra essa divisão.

Figura 2 - Divisão da pesquisa



Fonte: A autora.

De acordo com a figura 2, quatro capítulos dividem e estruturam esta pesquisa. O capítulo 1 introduz o leitor ao universo da pesquisa em foco. Para tanto, o leitor tem acesso a sua contextualização, a qual contempla a definição do tema e do problema de pesquisa, sua justificativa, objetivos e hipótese.

O capítulo 2 apresenta o quadro teórico que consubstanciou a hipótese da pesquisa. Esse capítulo está dividido em dois sub-capítulos. O primeiro trata da cultura associativa e o ato de cooperar. Para tanto, foram utilizadas como referências principais os autores: Barth (1976), Geertz (1989), Williams (2000), Eagleton (2005) e White e Dillingham (2009) para o tema da cultura e, para o tema da cooperação, Baldus e Willems (1939), Bogardus (1964), Becker (1977), Todorov (1996) e Demo (2002).

À medida que o quadro teórico era construído, outros elementos conceituais foram necessários para que a autora pudesse ampliar sua margem de interpretação do tema "cultura associativa". Entre esses elementos destacam-se:

- a) o estudo dos costumes e das tradições, tendo por base as referências de Thompson (1998) e Hobsbawm e Ranger (2008);
- b) o estudo da sociedade comunitária e do sujeito social, com Poutignat e Streiff-Fenart (1998), Todorov (1996), Schallenberger (2009), Bauman (2003), Sahlins (2003) e Moscovici (2010);
- c) o estudo da identidade social com Dubar (2005) e da identidade étnica e dos grupos étnicos com Barth (1976), Dubar (2006) e Seyferth (2012);
- d) o estudo da família enquanto unidade social responsável pela manutenção da identidade étnica, com Parsons (1974), Seyferth (1985), Dubar (2005 e 2006), Anderson (2005), White e Dillingham (2009);
- e) o estudo da identidade pelo trabalho, com Sainsaulieu (1988) e Pollak (1992) e;
- f) o estudo da preservação da memória coletiva, com Halbwachs (1990).

O segundo sub-capítulo tratou do sistema cooperativista. Esse sub-capítulo resgatou o processo histórico e teórico do cooperativismo em nível mundial e no Brasil. Para tanto foram utilizadas como referências principais: Pinho (1966, 1977), Machado (1975), Ferrinho (1978), Schneider (1981), Fleury (1983), Frantz (1985 e 1999) e Schallenberger (2003, 2010). Em termos de cooperativismo agropecuário brasileiro foram utilizadas, principalmente, as referências de: Pinho (1966, 1977),

Schneider (1981), Fleury (1983), Zamberlam e Froncheti (1992), Benato (1994) e Schallenberger (2003, 2009).

O capítulo 3 apresenta o quadro de análise da pesquisa. Num primeiro momento, apresenta-se a base metodológica utilizada para a viabilização da pesquisa, para tanto, utilizou-se a abordagem qualitativa (FLICK, 2009; BÊRNI, 2002; MERRIAN, 1998; TAYLOR; BOGDAN, 1984). Em termos de métodos de pesquisa, foram utilizados os métodos descritivo e explicativo (COOPER e SCHINDLER, 2000) e a técnica de pesquisa adotada foi a de estudo de caso (YIN, 2001; CASSEL; SYMON, 1994; TRIVIÑOS, 1987).

Na sequência, expõe-se o estudo do cooperativismo agropecuário no Estado do Paraná. Nessa etapa da pesquisa reuniu-se uma série de dados que possibilitaram a pesquisadora compreender o processo histórico e econômico-social de surgimento das primeiras cooperativas agropecuárias estaduais e o quanto desse processo está atrelado à colonização, ao povoamento e ao dinamismo econômico do interior paranaense, mais precisamente da mesorregião Oeste. Em termos de referências, as principais utilizadas foram:

- a) história e estrutura econômico-social do Paraná: Martins (1944), Nicholls (1970), Wachowicz (1972, 1982), Padis (1981), Westplalen (1988), Colodel (1988), Piffer (1997), Nadalin (2001);
- b) história, migração, colonização e povoamento da mesorregião Oeste: Saatkemp (1984), Colognese e Schallenberger (1994), Freitag (2001), Gregory (2002), Lopes (2002), Balhana (2002), Colognese (2004, 2006), Klauck (2004), Rippel (2005), Schallenberger (2006) e;
- c) cooperativismo agropecuário estadual: Lima (1974), Ipardes (1974), Araujo (1982), Tavares (1985), Marandola e Rodrigues (1988), Rocha (1999), Serra (2000), Ocepar (2006).

O capítulo 4 apresenta a análise dos resultados da pesquisa teórica e as discussões acerca do tema de pesquisa, seguido das considerações finais e da lista de referências, os quais encerram a pesquisa.

## 2 QUADRO TEÓRICO

"O homem é irremediavelmente incompleto, tem necessidade dos outros."  
ARISTÓTELES (1253)

### 2.1 A CULTURA ASSOCIATIVA E O ATO DE COOPERAR: BUSCANDO REFERENCIAIS TEÓRICOS

#### 2.1.1 O significado da palavra cultura e seus desdobramentos

Definir a palavra cultura é um objetivo complexo diante da multiplicidade teórica do conceito (WILLIAMS<sup>17</sup>, 2000; EAGLETON<sup>18</sup>, 2005; WHITE<sup>19</sup>; DILLINGHAM<sup>20</sup>, 2009). O termo cultura está cerceado por conceitos polêmicos, ampliados e transformados ao longo das décadas por antropólogos, historiadores e intelectuais em geral. "A noção de cultura continua sendo alvo de discussão e reelaborações, gerando dificuldades e imprecisões". (COUCEIRO, 2002, p. 15).

Raymond Williams (2000) investigou parte da complexa história da palavra cultura. Para ele, cultura significava algo como civilidade, bons costumes. Depois do século XVIII<sup>21</sup>, tornou-se próxima ao significado de civilização, no sentido do costume e da moral. Nesse sentido, cultura passa a ser um modo de vida. Um sistema por meio do qual uma ordem social é transmitida, reproduzida e vivenciada coletivamente.

Neste cenário de mudanças, Eagleton (2005, p.23-42) afirma que é a partir do idealismo alemão<sup>22</sup>, iniciado a partir da segunda metade do século XVIII, que a palavra cultura assume algo do seu significado moderno, o de um modo de vida característico. Para tanto, as culturas deveriam incluir práticas, tais como a criação

---

<sup>17</sup> Raymond Williams (1921-1988), pesquisador inglês que se destacou na acadêmica por meio de seus estudos culturais.

<sup>18</sup> Terry Eagleton (1943), filósofo e pesquisador inglês, desenvolveu pesquisas nas áreas dos estudos culturais e teoria literária. Em 2014 completou 71 anos.

<sup>19</sup> Leslie White antropólogo norte-americano que estudou as teorias da evolução cultural.

<sup>20</sup> Beth Dillingham (1900-1975), antropóloga canadense que em conjunto com White estudou as teorias da evolução cultural.

<sup>21</sup> De acordo com Williams (2000) essas mudanças estavam diretamente associadas às transformações econômicas e sociais pelas quais a Europa passava ao longo do século XVIII.

<sup>22</sup> Maiores detalhes ver FERREIRA, M. J.C. (Coord.). A Gênese do Idealismo Alemão. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2010. 350 p.

de crianças, educação, assistência social, comunicação e apoio mútuo, caso contrário seria incapaz de se reproduzir. A cultura passa a ser interpretada no sentido de ter em comum uma linguagem, uma herança, um sistema educacional, valores compartilhados que intervêm com o princípio de unidade social.

Mas é somente a partir do desenvolvimento do colonialismo do século XIX<sup>23</sup> que o significado de cultura, como um modo de vida singular, começa a ganhar terreno. A partir desse período histórico, "a cultura pode ser, aproximadamente, resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico". As pessoas passam a constituir uma cultura somente quando começam a compartilhar modos de falar e de saber comum. Modos de executar um sistema de valores, uma autoimagem coletiva (EAGLETON, 2005, p. 55-59). Ou seja, a cultura é "[...] *una forma de describir la conducta humana* [...]." (BARTH<sup>24</sup>, 1976, p. 9).

Neste contexto, homem e cultura são inseparáveis. Por definição, "não há cultura sem homem e nem homem sem cultura". Ou seja, "não há cultura sem pessoas". Para tanto, compreender a origem e as funções da cultura exige antes de tudo, compreender o homem e seu comportamento<sup>25</sup>, até porque, "nossas ideias,

---

<sup>23</sup> Para maior compreensão ver BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Coleção Humanistas). (Bhabha é um professor indiano radicado nos Estados Unidos da América com pesquisas nas áreas de linguagem e literatura americana).

<sup>24</sup> Fredrik Barth, antropólogo norueguês, nascido em 1928 com vasta produção acadêmica na área da antropologia social.

<sup>25</sup> Entre as áreas das ciências que estudam o comportamento humano esta o da psicologia. Vygotsky (1896-1934) foi um psicólogo russo que, ao longo de sua obra, defendeu a importância do estudo histórico-sócio cultural para a compreensão do sujeito individual. Na atualidade é reconhecido como um dos mais importantes psicólogos do século XX. De acordo com Oliveira (1992) e Pino (1993) um dos principais legados de Vygotsky foi o de que o funcionamento psicológico humano fundamenta-se nas relações sociais entre o indivíduo e o mundo exterior e, que esse funcionamento, se desenvolve num processo histórico. É o sócio-histórico, que na percepção de Vygotsky é visto como um processo. Nesse processo, "[...] o mundo cultural, em seus múltiplos recortes macroscópicos e microscópicos, apresenta-se ao sujeito como o outro, a referência externa que permite ao ser humano constituir-se como tal." (OLIVEIRA, 1992, p. 67). É o que "[...] sustenta a natureza social-cultural do homem cujo desenvolvimento implica a apropriação das características humanas e da produção cultural dos homens." (PINO, 1993, p. 17). Ou seja, é no contexto das práticas diárias de interação social que o sujeito aprende a conviver com as pessoas, aprende a conviver com o coletivo, formando o social. Neste sentido, o homem é "[...] uma produção social na qual participa na condição

nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são [...] produtos culturais” (GEERTZ<sup>26</sup>, 1989, p.36; WHITE; DILLINGHAM, 2009, p.33; ). O próprio "meio ambiente é determinado por uma ordem cultural" (SAHLINS<sup>27</sup>, 2003, p. 207).

A importância de se compreender o homem, na concepção dos autores acima citados, é no sentido de que a cultura possa tornar sua vida segura, contínua e duradoura (WHITE; DILLINGHAM, p. 29 e 105). Para Geertz (1989, p.12), deve-se atentar para o comportamento com exatidão, pois é por meio do fluxo do comportamento, ou mais precisamente, da ação social desse comportamento, que as formas culturais encontram articulação. Nesse sentido, a cultura passa a ser um todo integrado, um sistema cultural no qual tudo está relacionado com o todo.

A cultura está associada à crenças e identidades. "A cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é em grande medida, aquilo para o que vivemos". (EAGLETON, 2005, p.184).

Assim, o conceito de sistema cultural passa a estar associado à ideia de sociedade como um sistema, como um organismo. "Um sistema é uma organização de fenômenos tão inter-relacionados que a relação de uma parte com outra é determinada pela relação com o todo". É nesse sentido que a cultura constitui um sistema na visão de White e Dillingham (2009, p.81). Esse sistema cultural é complementar ao homem, pois transforma e coloca em funcionamento toda a estrutura social a que pertence. Em outras palavras, um sistema cultural define as relações e o pertencimento dos diferentes sujeitos sociais a um grupo que se identifica pelos referentes e pelas ações simbólicas, mas que, ao mesmo tempo em que se relaciona com outros grupos e/ou realidades, na dinâmica social, vai criando e resignificando os seus referentes culturais.

---

de sujeito". Assim, a constituição psíquica do homem se situa na ordem da cultura e não na biológica ou da natureza como pregava a teoria psicológica do final do século XIX. Para Oliveira (1992), o pressuposto básico da teoria vigotskyana – o ser humano constitui-se como tal na sua relação com o outro social. A cultura torna-se parte da natureza humana num processo histórico que, ao longo do desenvolvimento da espécie e do indivíduo, molda o funcionamento psicológico do homem. Neste sentido, o homem só se desenvolve no interior de um grupo cultural, uma vez que, seu desenvolvimento se dá nas relações sociais mediadas pelos instrumentos e símbolos culturalmente desenvolvidos pela cultura na qual o homem está inserido.

<sup>26</sup> Clifford Geertz (1926-2006), antropólogo norte-americano considerado pela academia como um dos principais antropólogos do século XX.

<sup>27</sup> Marshall David Sahlins. Antropólogo americano nascido em 1930.

Ou, na concepção de Geertz (1989, p. 36) um sistema de teias de significado. “O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Assim, o autor assume a cultura como sendo essas teias, “redes de significações nas quais está suspensa à humanidade” (op cit., p.5). Ou seja, um sistema concatenado às conexões da estrutura social do homem. Esse sistema gera práticas coletivas decorrentes de sentimentos condicionados à prática cotidiana do homem coletivo com base em seus referenciais simbólicos, o de construir e consolidar sua comunidade.

Estas redes de significações ou teias são formadas por um sistema simbólico. Para Geertz (1989, p. 08), “todas as ações humanas são simbólicas”<sup>28</sup>. Ou seja, Os sistemas de símbolos não são dados pela natureza das coisas, mas sim, construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente (GEERTZ, 1989). White e Dillingham (2009, p. 28-29) também entendem que a cultura depende da simbologização, principalmente daquela que é expressa por meio dos discursos articulados entre os homens.

Desta forma, o conceito de cultura deve ser visto,

Como um conjunto de mecanismos simbólicos para o controle do comportamento, fontes de informação [...]. A cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam [...]. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados e transmitidos historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. [...] Denota um padrão de significados historicamente incorporados em símbolos; um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. (GEERTZ, 1989, p.37 e 66).

Quer dizer, a cultura humana é construída socialmente e simbolicamente ao longo da história. “A mudança começa com a cultura” e não o inverso. A história começa com uma cultura já presente (SAHLINS, 2003, p.31) e é formulada a partir de atividades práticas e de interesse utilitário, de grupo para grupo e de uma época para outra, sendo transmitida e perpetuada por meio do homem junto ao sistema

---

<sup>28</sup> Até porque é a referência simbólica que identifica um grupo, na concepção de Bourdieu. (Pierre Félix Bourdieu - 1930-2002, sociólogo francês que desenvolveu ao longo de sua vida diversos trabalhos abordando a questão da dominação. É um dos autores mais lidos, em todo o mundo, nos campos da antropologia e sociologia).

social a que pertence<sup>29</sup>. É nesse sentido que a cultura promove o progresso de uma coletividade na visão de Norbert Elias<sup>30</sup> (1994). Coletividade que inspira o sentido de um pertencimento social, cuja cultura "guia o seu comportamento" (DUBAR<sup>31</sup>, 2005, p.50); um comportamento cerceado pelos costumes e pelas tradições do homem social.

De acordo com Thompson<sup>32</sup> (1998, p.14-15), com o passar do tempo, o termo "costume" foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implícito na palavra cultura. "O costume era a segunda natureza do homem [...] a principal diretriz da vida humana [...]. Os homens procuravam ter bons costumes".

Thompson (1998) relata que nas sociedades rurais é comum encontrarmos heranças importantes de definições e de expectativas marcadas pelo costume, uma vez que, esses são produzidos e reproduzidos entre as pessoas comuns localizadas num mesmo espaço territorial.

Nesse sentido, o costume advém de práticas sociais. Qualquer prática social repetida tende, por conveniência e para maior eficiência, gerar certo número de convenções e rotinas, formalizadas com o fim de facilitar a transmissão do costume (HOBBSAWM<sup>33</sup>; RANGER<sup>34</sup>, 2008). Quer dizer, a manutenção de um costume depende de sua renovação contínua e uma das maneiras mais eficientes dessa manutenção é por meio da invenção das tradições.

---

<sup>29</sup> Como na percepção de Anderson (1993), em que a cultura é uma prática de significações, formas de compreender o mundo social e de produzir sentidos que estão relacionados às identidades dos grupos que a compõem. Ou seja, a identidade se torna cultural a partir do momento em que é construída pelos grupos. É o conjunto das características pelos quais os grupos se definem como grupos, aquilo que eles são. (Benedict Anderson nasceu em 1936 e é considerado pela academia norte-americana um dos cientistas políticos mais renomados dos últimos anos).

<sup>30</sup> Norbert Elias (1897-1990). Sociólogo alemão de grande influência na academia a partir da década de 1970, com seus estudos na área da sociedade.

<sup>31</sup> Claude Dubar. Sociólogo francês nascido em 1945, cujo foco de estudos é a sociologia das identidades profissionais.

<sup>32</sup> Edward Palmer Thompson (1924-1993). Historiador britânico de concepção marxista. Considerado pela academia britânica como o maior historiador inglês do século XX. Seus estudos focaram a história social, a história do trabalho e a história cultural.

<sup>33</sup> Eric Hobsbawm (1917-2012). Historiador marxista britânico reconhecido pela academia britânica como um dos mais importantes historiadores do século XX. Entre seus temas de estudos destaca-se o estudo das tradições.

<sup>34</sup> Terence Ranger. Historiador britânico nascido em 1929 que desenvolve pesquisas na área da história das tradições. Tem várias publicações nessa temática com Hobsbawm.

A invenção das tradições é definida por Hobsbawm e Ranger (2008, p.08) como:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade e relação ao passado. [...], aliás, sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Ou seja, a invenção das tradições é um processo de formalização e de ritualização, porque se refere ao passado, mesmo que pela imposição da repetição. Inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. "Há adaptações quando se faz necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins" (HOBBSAWM; RANGER 2008, p.12-13). Quer dizer, para os autores, o mais importante no processo de invenção das tradições é a utilização de elementos antigos na elaboração de novos, o que significa que o estudo das tradições inventadas não pode ser separado do contexto histórico social em que está inserido.

Foi por meio do estudo das velhas tradições, àquelas reproduzidas ao longo da vida das sociedades agrárias vigentes até o século XVIII, que os autores acima constataram a importância das tradições no processo de interação das relações humanas com o passado e seu presente e concluíram: "toda tradição inventada utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal". (op cit., p.21).

Assim, o mais importante quando se estuda as novas tradições é a utilização de elementos antigos, do passado, sob pena de perder sua originalidade. Para tanto, se deve atentar para a linguagem elaborada e utilizada, pois é ela que se compõe de práticas e de comunicações simbólicas. O exemplo utilizado por Hobsbawm e Ranger (2008) para retratar essa linguagem é a religião, considerada por eles como uma das tradições inventadas mais antigas e de grande poder simbólico para a sociedade.

São os símbolos e seus sistemas que induzem à ação do homem. "O homem tem uma dependência tão grande em relação aos símbolos e sistemas simbólicos a ponto de serem eles decisivos para sua viabilidade como criatura". (GEERTZ, 1989, p. 73).

Desse modo, “as formas simbólicas podem servir a múltiplos propósitos”, desde que seus significados estejam armazenados por meio de símbolos concretos. (op cit., p. 83 e 93).

Os símbolos concretos expressam o ambiente do mundo, modelando-o. Eles o modelam por meio de induções de conjuntos culturais distintos e cotidianos, como: tendências, capacidades, propensões, habilidades, hábitos, compromissos e inclinações. (GEERTZ, 1989).

O mundo da vida cotidiana em si é um produto cultural, uma vez que, “é enquadrado em termos das concepções simbólicas [...], passado de geração a geração [...] é por intermédio dos padrões culturais, amontoados ordenados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido nos acontecimentos através dos quais ele vive”. (op cit., p.81). Assim, os símbolos culturais são fontes extrínsecas de informações, modelos para a organização dos processos sociais e psicológicos, os quais passam a desempenhar um papel crucial nas situações cotidianas do homem.

Dentro do contexto acima, o homem, pela vivência cotidiana com seus símbolos culturais, tece sua vida por meio de padrões culturais. Entre esses padrões está a cooperação.

Etimologicamente cooperação vem do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* (operar juntamente com alguém) (PINHO<sup>35</sup>, 1966, p. 7). Do ponto de vista sociológico, é uma forma de integração social que pode ser entendida como uma ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. (BALDUS; WILLEMS, 1939).

Nesse sentido, a cooperação é cultural. É cultural porque modelou a vida social do homem desde o mais remoto tempo. (TODOROV<sup>36</sup>, 1996, p. 44).

Segundo White e Dillingham (2009), a cooperação entre os seres humanos é muito antiga. Os homens se agrupavam, desde a pré-história, como forma de suprir suas necessidades básicas, se agrupavam para sobreviver<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> Diva Benevides Pinho. Cientista social com doutorado e pós-doutorado em economia. Entre suas áreas de pesquisa destaca-se o cooperativismo e o cooperativismo agropecuário. Em 2009 passou a ser professora Emérita da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

<sup>36</sup> Tzvetan Todorov. Filósofo e linguista búlgaro nascido em 1939 radicado na França desde 1963.

<sup>37</sup> Desde a pré-história os homens desenvolveram formas de cooperação, principalmente nas plantações e no artesanato.

Dentro da tradição sociológica, a cooperação é estabelecida entre indivíduos, grupos e categorias sociais. Ela se constitui em uma das formas de ação coletiva que mais despertaram interesse de estudo, na medida em que a própria sociedade é entendida como uma extensa rede de colaboração entre os mais diversos atores sociais (BECKER<sup>38</sup>, 1977). Assim, embora se admita que o conflito e a competição sejam processos intrínsecos aos sistemas sociais, considera-se a cooperação uma relação primordial, visto que, sem ela, não pode existir sociedade.

Para Demo<sup>39</sup> (2002, p. 90), "a cooperação é o resultado natural de indivíduos, homens, tentando maximizar seu proveito". Segundo o autor, a noção de que os homens são inerentemente egoístas, cooperando só quando é de seu interesse econômico, é questionada, sobretudo porque não está amplamente testada, além de basear-se mais em crenças culturais do que em evidência empírica.

Olson<sup>40</sup> (1999, p. 72) também reconhece que "as pessoas [...] sentem-se motivadas [...] por um desejo de prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológico" para cooperar, e não, necessariamente, apenas por interesse econômico. O que nos leva a citar Mannheim<sup>41</sup> (1971, p. 133) quando diz que a cooperação é uma atividade integradora. Para esse último autor, "as forças integradoras mais importantes são a afinidade mental, a simpatia e o auxílio mútuo. A afinidade mental, por si, não integra os indivíduos por muito tempo. Se desejarmos estabilizar a integração devemos ter um objetivo externo comum". É nesse sentido que o autor defende que se "aprende a cooperar, cooperando".

---

Exemplos contundentes dessa prática foram encontrados na Babilônia, no Egito, na Grécia e na China. No continente americano, as civilizações asteca, maia e inca também viviam de forma cooperativa. A principal característica dessa forma de cooperação era a organização agrária, forte e desenvolvida. (WHITE; DILLINGHAM, 2009).

<sup>38</sup> Howard Becker. Sociólogo norte-americano nascido em 1928 com amplas pesquisas nas áreas de sociologia do desvio, sociologia da arte e sociologia da música.

<sup>39</sup> Pedro Demo. Filósofo e sociólogo brasileiro aposentado da Universidade de Brasília. Seus estudos concentram-se nas áreas da metodologia científica, no contexto da teoria crítica e da pesquisa qualitativa.

<sup>40</sup> Mancur Olson (1932-1998). Economista e cientista social norte-americano que, de forma pioneira, utilizou-se de modelos econômicos para o estudo dos fenômenos sociais e políticos.

<sup>41</sup> Karl Mannheim (1893-1947). Sociólogo judeu nascido na Hungria. Precursor da teoria sociológica a partir da ideologia e utopia.

Dentro das concepções de cooperação apresentadas, Dugatkin (1997) citado por Demo (2002, p. 92-93; 137-140) apresenta dois caminhos que motivam o homem para o ato de cooperar: a) a cooperação motivada por dinâmicas familiares e, b) a cooperação por transações recíprocas. A cooperação motivada por dinâmicas familiares nada mais é do que as relações de parentesco que reforçam o processo cooperativo. Segundo Dugatkin (1997), primeiro cuidamos de nós mesmos e dos nossos para depois cuidarmos dos outros. É a família que guarda a imagem de grupo colaborativo. "Tendemos a cooperar com parentes e familiares, mais do que com os outros [...] é fato que cooperamos melhor com conhecidos, amigos e parentes porque a relação está plantada em ambiente de relativa confiabilidade [...]".

Já a cooperação por transações recíprocas é ao estilo do "olho por olho". Somos cooperativos na exata medida dos outros. Sem reciprocidade, nada feito. O que quer dizer: uma boa ação leva a outra. Esse autor também ressalta que, na maioria das vezes, a cooperação por transações recíprocas pode gerar relações sociais fortes de aproximação, por vezes até mais fortes que as geradas pelo grau de parentesco, podendo transcender grupos étnicos.

Desse modo, a cooperação é um processo social buscado pelo homem como forma de superar as barreiras naturais e sociais criadas por ele próprio. Para tanto, supõe objetivos e interesses comuns. O próprio desenvolvimento social implica cooperação. Assim, a "cooperação assume formas diferentes segundo as relações sociais existentes [...] e assume formas específicas na relação capital e trabalho<sup>42</sup>." (DEMO, 2002, p. 21-23). Até porque, "a lógica econômica é socialmente constituída". (SAHLINS, 2003, p.22).

A cooperação é mais do que trabalhar em conjunto, é mais do que viver em sociedade, é lutar em prol de uma meta, de uma causa, tão inclusiva como o é a humanidade. A cooperação é uma causa capaz de absorver a concorrência e subordinar-lhe a atuação ao bem comum. A cooperação é uma causa capaz de levar um homem a orientar as suas atividades ao serviço de terceiros e em prol do mais amplo bem humano. (BOGARDUS<sup>43</sup>, 1964, p. 23).

---

<sup>42</sup> Para Durkheim (1978) à medida que a divisão do trabalho e a respectiva especialização da produção crescessem, cresceria também a interdependência entre os indivíduos e grupos. Este fato iria favorecer o surgimento dos laços de solidariedade ou de cooperação. Segundo Giddens (1990, p. 84), Durkheim idealizou um tipo de sociedade organizada segundo a lógica da interdependência e da cooperação instauradas no processo de trabalho.

<sup>43</sup> Emory S. Bogardus (1882-1973). Pesquisador de destaque na história da sociologia americana. Fundou um dos primeiros

A cooperação é uma forma de interdependência social em que todos “saem ganhando”, isto é, em que todos alcançam os seus objetivos (existe um objetivo comum) como resultado do trabalho em colaboração. (DEUTSCH, 1949 apud BRANCO, 2006, p. 46).

Portanto, pode-se dizer que a cooperação gera o embrião que motiva os homens a trabalhar coletivamente e, sendo o homem um ser histórico-social, então a cooperação pode ser o cerne da motivação social. Para Branco (2006, p.44), a motivação social é construída diante de “[...] um sistema aberto de orientações para crenças, valores e objetivos que levam às ações da pessoa em determinados contextos sócio-históricoculturais”. Esse sistema é integrado à pessoa em desenvolvimento e dotado de características de mudança e estabilidade relativa. (op cit.).

Schallenbeger (2009), em seus estudos sobre o associativismo cristão no Sul do Brasil, no capítulo 1 (páginas 43-89), discorre sobre a emergência do social-catolicismo e do associativismo cristão alemão. Esse aprofundamento teórico de sua obra consubstancia sua interpretação quando da análise da formação e composição da estrutura comunitária desenvolvida pelos teuto-brasileiros no processo de colonização do sul do país, no qual, o espírito comunitário e cooperativo desenvolvido em seu país de origem “[...] alimentavam o imaginário e animaram as ações dos sujeitos sociais na produção do espaço colonial e na organização da sociedade”. Ou seja, “nas comunidades teuto-brasileiras, luteranos e católicos, alicerçados na cultura e na fé germânicas, ensaiaram caminhos e desencadearam formas de organização social que, adaptados às condições locais, tornaram-se características no desenvolvimento regional” (op cit., p.44).

Auxiliados pela Igreja da Imigração, os imigrantes alemães que se instalaram no Rio Grande do Sul organizaram-se em associações de produtores. Nessas associações, o espírito comunitário cristão era o desencadeador da organização do trabalho coletivo desses colonos-produtores. “A organização idealizada era a da associação produtiva”. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 67).

Neste sentido, o desenvolvimento das relações sociais do homem parte de seu desenvolvimento comunitário, da ajuda mútua, reconhecidamente um dos meios

cooperativos mais antigos da humanidade no que tange ao enfrentamento de situações de crise e de doença.

Assim, a ação comunitária é uma forma de cooperação que tem como objetivo a superação de barreiras. O processo de cooperação e sua conseqüente organização comunitária tornam-se imperativas diante das barreiras econômicas e/ou físicas que afligem determinada comunidade. "A ação comunitária é resultado do esforço cooperativo de uma comunidade que toma consciência de seus próprios problemas e se organiza para resolvê-los por si mesma [...]". (DEMO, 2002, p. 29).

Mas o que se entende por comunidade?

Comunidade é o cotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns. Para Bauman<sup>44</sup> (2003, p. 7-22), a comunidade é um lugar "cálido", confortável, aconchegante. "[...] numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé [...]". É onde nos sentimos seguros, "um seguro coletivo contra as incertezas." Segundo esse autor, a lealdade humana é natural no seio de uma comunidade, uma vez que, é do entendimento compartilhado que se criam as comunidades. Assim, toda comunidade é fiel a sua natureza, por isso precisa ser construída e mantida, para que não perca sua principal característica, a "de lar comum".

Isto posto, comunidade relaciona-se à ideia do entendimento, supõe um conjunto de relações mais próximas, diretas e totais, onde um agrupamento distinto e com auto-referência encontra sentido para a produção simbólica e para as suas práticas sociais. (SCHALLENBERGER, 2006).

Como resultado, é na comunidade que nasce o espírito associativo. O espírito associativo se expressa por meio do senso de comunidade. Ele impõe a existência de interesses e objetivos comuns no que diz respeito aos elementos mais fundamentais da existência humana: os meios de reprodução física e social do homem, o que na concepção de Bogardus (1964), são os principais estímulos para a cooperação humana.

É no processo da cooperação humana que o ato de associar-se torna-se uma função social. É desse ato que os atores sociais fundam suas associações. Essas associações são "constituídas de membros solidários [...], visam à

---

<sup>44</sup> Zygmunt Bauman. Sociólogo polonês nascido em 1925. Suas pesquisas se destacam em temáticas da modernidade e na pós-modernidade.

constituição de uma comunidade de interesses baseada na defesa de direitos sociais iguais [...] visam à criação de formas de inserção social e de responsabilização [...]". (WAUTIER, 2001, p. 11). É por meio das associações que o trabalho se torna uma função social.

Para a autora acima, o fenômeno associativo é uma realidade complexa, diversificada e instável, uma vez que está inserido em contextos sociais de mudanças históricas e dos indivíduos que o compõem. Assim, a busca pela compreensão do fenômeno associativo pressupõe uma abordagem conceitual inseparável do contexto histórico no qual se desenvolveram as associações<sup>45</sup>. Até porque, a ideia de associação renasce das memórias historicamente herdadas, reafirmando os sentidos de pertença dos integrantes de determinado território<sup>46</sup>. "O grupo não pode identificar-se por outra coisa a não ser pelo sentimento que seus membros têm de constituir uma unidade, pelo sentimento de pertencimento a uma única sociedade". (POUTIGNAT; STREIFF-FENART<sup>47</sup>, 1998, p. 58).

Quer dizer, o homem enquanto ser social já nasce num contexto historicamente dado, encontrando em tal contexto um conjunto de relações e de instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinados sistemas de pensar e de agir. É nesse sentido que a participação associativa passa a ser uma questão social, um processo social. (SOUZA, 1996).

Desde o século XVIII, os estudiosos das relações sociais passam a perceber que "a sociabilidade não é um acaso nem uma contingência: é a própria definição da condição humana". (TODOROV, 1996, p. 26). Nesse sentido, "o ser humano difere dos animais por possuir, além de sua sensibilidade física [...], uma sensibilidade

---

<sup>45</sup> Entre os autores pesquisados, Tocqueville (1805-1859) é citado como o pioneiro na reflexão das associações. Para esse historiador e pensador político francês, ao cooperar os homens evitam/amenizam conflitos.

<sup>46</sup> Segundo Myskiw (2010), território é entendido, genericamente, como uma área de terra ou a extensão geográfica de um município, estado ou país. Contudo, no contexto do parágrafo, cabe a definição de território de Haesbaert (2002). Para esse autor, a definição de território parte de sua concepção cultural, ou seja, o autor o vê, antes de tudo, como um espaço dotado de identidade, uma identidade territorial. Ratzel e Moraes (1990) admitia a existência de "um laço" ou uma "ligação psicológica" a esse solo, criada "no costume hereditário da coabitação, no trabalho comum e na necessidade de se defender do exterior".

<sup>47</sup> Antropólogos cujas pesquisas concentram-se na temática da etnicidade.

social”. É a partir das relações com os outros que se desenvolve o eu social. “Somos feitos para nos tornar sociáveis”, somos “dependentes do social”. (op cit., p. 73).

Todorov (1996, p. 33-43), ao citar Hegel e Kant, destaca que para esses filósofos, “a realidade humana não pode ser senão social”, por isso que a vida em sociedade é uma experiência cultural. “É precisamente aí (na vida em comum) que são dados, verdadeiramente, os primeiros passos que os conduzem do Estado bruto à cultura, que reside, no fundo, no valor social do homem”.

“Em toda a história da humanidade, não se encontra o sujeito isolado [...], não se encontra na história da cultura humana nenhuma forma de vida que não seja conduzida socialmente”. (ADLER, 1990 apud TODOROV, 1996, p. 43). Ou seja, o coletivo sempre existiu entre os homens.

Até porque, o homem na concepção de Moscovici (2010, p. 156) é "uma unidade biológica que dever ser transformada em uma unidade social", e cabe à sociedade desempenhar o papel de equilíbrio na vida desse homem, pois é ela que "reduz suas incertezas e tensões".

É nesse sentido que Moscovici<sup>48</sup> (2010, p. 287) define sociedade como um ambiente natural dos seres humanos. Um sistema de relações que geram crenças<sup>49</sup>, normas, linguagens e rituais coletivamente partilhados que mantêm as pessoas coesas. É por meio dessas crenças que o homem age. Para esse autor, "a crença é essencial para a ação". São as crenças e as ideias que possibilitam às pessoas viverem.

Assim, "o indivíduo é um produto da sociedade [...]. É a sociedade que o força a se tornar indivíduo e a acentuar sua individualidade em seu comportamento.” Ou seja, o indivíduo é um produto social e a sociedade um sistema de relações entre indivíduos coletivos. (MOSCOVICI, 2010, p. 157-158).

Isso posto, tanto grupos quanto indivíduos são objetos sociais que adquirem identidade por meio de relacionamentos coletivos. São esses relacionamentos

---

<sup>48</sup> Serge Moscovici. Psicólogo social romeno nascido em 1925 e radica na França. Estudioso nas áreas da epistemologia e da história das ciências.

<sup>49</sup> DURKHEIM (1978) fala de crenças religiosas como cimento da sociedade em geral. MOSCOVICI (2010, p.178) diz que atrás dos rituais ou emoções existem representações coletivas que são partilhadas e transmitidas de uma geração a outra sem que mudem. As condutas rituais têm por finalidade manter a comunidade, revigorar o sentido de pertencer a um grupo. São expressas por meio de conteúdos mentais e comportamentos simbólicos.

coletivos que criam a realidade social, controlando-os mutuamente e desenvolvendo laços de solidariedade<sup>50</sup> como também de diferenças. É o que Moscovici (2010, p. 159-160) acredita quando afirma que "os sujeitos sociais se formam por meio da solidariedade social".

Contudo, Moscovici (2010) entende que o comportamento social acima descrito, o da solidariedade, é determinado, específico. Sua característica essencial é que ele é simbólico. "Os estímulos que deslancham o comportamento social e as respostas que daí resultam são elos em uma cadeia de símbolos [...]. O comportamento expressa [...] um código e um sistema de valores que são uma forma de linguagem", a qual é essencialmente social e criada por relações sociais. (op cit. p. 160).

Até porque o indivíduo vive de ideias sociais, as quais são formuladas e codificadas por uma estrutura social. Quer dizer, "[...] os homens não sobrevivem simplesmente. Eles sobrevivem de uma maneira específica, [...] e se reproduzem como [...] classes sociais e grupos". (SAHLINS, 2003, p. 168).

Neste processo de reprodução é que Reynaud (1983, p. 91) define o grupo social. Para esse autor, um grupo social é um ator coletivo. É "uma finalidade, uma intenção, uma orientação de ações [...] um projeto". Um projeto que o autor denomina de projeto associativo, o qual, além de gerar uma cultura coletiva, gera uma cultura associativa<sup>51</sup>, que quer ser mobilizadora, comprometida. O fato de associar-se contribui para a criação de relações de dependência afetiva cujo funcionamento compartilhado cria uma história coletiva em torno de um projeto comum.

Na percepção de Dubar (2006), o sistema de sobrevivência específico acima citado advém da identificação social, tida como um mecanismo essencial na construção deste indivíduo.

---

<sup>50</sup> Segundo Geertz (1989, p. 115), "A explicação da solidariedade significa o poder da ideologia de unir um grupo ou classe social. Na medida em que ela existe, [...] a comunidade repousa em grau significativo, numa orientação ideológica comum."

<sup>51</sup> Cultura associativa: hábito de associar-se, de conferir certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas. Visão de mundo expressa nos discursos, nos rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdadas de formas organizacionais mais antigas. Um conjunto de valores compartilhados.

As identidades sociais são produzidas pelas histórias dos indivíduos, assim, resultam do encontro entre trajetórias socialmente condicionadas e campos socialmente estruturados. São essas identidades sociais que conferem aos indivíduos o sentimento de pertencimento social. [...] "cada individuo considera o modelo de sua própria cultura guia de seu comportamento e é raro que ele tente imitar os modelos de outras subculturas mesmo que as conheça bem". (DUBAR, 2005, p. 50).

Esta identificação social é consequência do fortalecimento das identidades pessoais. As identidades pessoais são construídas pelos próprios indivíduos no decurso das suas trajetórias, com a contribuição das instituições e do social-comunitário, ou seja, de suas interações sociais<sup>52</sup>. É por meio das interações sociais que os indivíduos passam a compartilhar sentimentos de identificação em torno de ideias comuns. (DUBAR, 2005).

Para Dubar (2005), a primeira identidade é antes de tudo uma herança: étnica, social e cultural, história familiar que vai modelar, através de rupturas e continuidades, uma trajetória biográfica social. A identidade não é apenas "transmitida por uma geração à seguinte. Ela é construída por cada geração com base nas categorias e posições herdadas da geração anterior<sup>53</sup> [...]". (op cit., p. 54).

---

<sup>52</sup> Essas interações sociais advêm de duas formas identitárias segundo Dubar (2006, p. 10): A primeira é a comunitária, que supõe a crença na existência de grupos denominados "comunidades". Essas comunidades são consideradas como sistemas de lugares e de nomes predeterminados aos indivíduos que se reproduzem de forma idêntica através de gerações, cujas formas são estreitamente dependentes das crenças das pertenças (consideradas pelo autor como fontes essenciais de identidades, quais sejam: cultura, nações, etnias ou corporações) a certos grupos, imutáveis à existência individual e que podem ser "para si" assim como "para o outro". A segunda é a societária, que supõe a existência de coletivos múltiplos, variáveis, aos quais os indivíduos aderem durante períodos limitados e que lhes fornecem as fontes de identificação. Nessa perspectiva cada um possui múltiplas pertenças que podem mudar ao longo da vida, até porque, a forma societária esta assimilada à econômica e a identidade pessoal ao modelo do *homo economicus*. (sem grifo no original).

<sup>53</sup> Aqui, Dubar (2006, p. 13) fala de Durkheim e o "ser social" dos indivíduos (sua identidade social, sinônimo de pertença a uma categoria socialmente pertinente) considerado como aquilo que eles herdam e o que modela suas condutas [...]. Nesse sentido a identidade social torna-se sinônimo de identidade para o outro.

Assim, as identidades são sociais e profissionais. As identidades sociais são produzidas pela história dos indivíduos, portanto, resultam do encontro entre trajetórias socialmente condicionadas e campos socialmente estruturados.

Entre esses campos socialmente estruturados estão as formas comunitárias. São essas formas comunitárias que valorizam a pertença herdada dos indivíduos a um grupo cultural, quer se trate de uma etnia, religião, comunidade linguística ou territorial ou de tudo ao mesmo tempo. (DUBAR, 2006, p. 132).

Como consequência, a identidade pessoal é inseparável da profissional. A personalidade individual se organiza em torno de uma forma identitária dominante comunitária ou societária. É a partir dessas formas de identificação por outro (cultura, grupo social, étnico, religioso) que as pessoas constroem e desenvolvem "identidades para si". (op cit. p. 149).

Dentro das formas de identificação citadas por Dubar (2006), têm-se os grupos étnicos e as identidades étnicas. Para Barth (1976, p. 15), os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social.

O termo, grupo étnico, segundo Barth (1976, p. 11) vem seguindo nas últimas décadas, a concepção de Narrol (1964), que o entende como uma população que: a) perpetua-se biologicamente de modo amplo; b) compartilha valores culturais fundamentais; c) constitui um campo de comunicação e de interação e; d) que possui um grupo e membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo.

Contudo Barth (1976, p. 11-12) critica a definição acima:

[...] mi principal objeción es que tal formulación nos impide comprender el fenómeno de los grupos étnicos y su lugar en las sociedades y culturas humanas. Y esto se debe a que incurre en una petición de todos los principios, pues cuando se propone aportar un modelo típico ideal de una forma empírica recurrente, ya está presuponiendo una opinión preconcebida de cuáles son los factores significativos en la génesis, estructura y función de estos grupos.

Ou seja, para Barth (1976) a concepção de Narrol (1964) reduz a diversidade cultural, o que pode levar ao entendimento de que um grupo étnico é, por essência, uma ilha de pessoas, uma sociedade isolada, quando deveria ser visto e entendido como pessoas que partilham uma cultura comum.

Ao partilhar uma cultura comum, as pessoas formam grupos étnicos. Esses grupos são constituídos por pessoas que possuem uma identidade étnica categorizada<sup>54</sup>, necessária para a interação com seus pares. Assim, os grupos étnicos se mantêm como unidades mediante a perpetuação/manutenção das diferenças culturais que os caracterizam e que persistem ao longo do tempo.

Um grupo étnico é distinguível quando interage com outros grupos dentro de um mesmo sistema social. "Etnicidade é essencialmente uma forma de interação entre grupos culturais atuando dentro de contextos sociais comuns". (COHEN apud WEBER, 2002, p. 170).

Quando pessoas de diferentes culturas interagem, espera-se que as diferenças sejam reduzidas, uma vez que, a interação requer e gera uma congruência de valores e códigos. Em outras palavras, uma cultura ou comunidade de semelhanças geridas por um conjunto sistemático de regras equilibram os encontros sociais interétnicos, estabilizando-os diante de uma estrutura de interações semelhantes. (BARTH, 1976). Por exemplo, onde há uma sociedade multiétnica integrada num mercado, como o de produção agropecuária, mesmo que possua ampla diversidade cultural em setores domésticos e religiosos, suas atividades tendem a convergir em uma espécie de cooperação produtiva. As características culturais de cada grupo étnico se estabilizam, uma vez que, suas diferenças acabam se complementando. Nesse sentido, onde existem essas condições, os diferentes grupos étnicos se adaptam, tornando-se parte do ambiente natural.

As comunidades étnicas se articulam com outras culturas, readequando-se e compondo outro grupo, como o dos euro-brasileiros<sup>55</sup>. A disposição territorial comum

---

<sup>54</sup> São essas categorias étnicas que possibilitam a interface entre as formas de conteúdo em diferentes sistemas sócio-culturais. Nesse sentido o que define um grupo são suas fronteiras étnicas, as quais, para Barth (1976, p. 48) são as que canalizam a vida social desses grupos. "[...] as fronteiras étnicas são preservadas [...] por um conjunto de traços culturais". A história de um grupo étnico é a história de uma cultura. Os elementos culturais de hoje surgiram de determinado conjunto de elementos constitutivos da cultura do grupo no passado. Ou seja, o grupo organizou uma existência continuada dentro desses limites históricos.

<sup>55</sup> Termo cunhado por Gregory (2002, p. 55) para referir-se a sociedade colonial europeia das colônias gaúchas do início do século XX. "[...] o euro-brasileiro pôde constituir uma sociedade colonial na qual a herança cultural, no seu sentido amplo, europeia mesclou-se com a realidade encontrada e constituída pelos colonos para formar o espaço colonial dinâmico e instável. Nesta

destinada à colonização dos descendentes de imigrantes constitui-lhes uma outra tipologia básica, a de euro-brasileiros. Onde há dois ou mais grupos étnicos em contato, suas adaptações culturais se tornam necessárias para o bem comum de cada grupo que passa a ser visto como uma unidade social. Como resultado, a confiança<sup>56</sup> mútua passa a ser um valor que possibilita atenuar as diferenças e promover as adaptações necessárias, até porque, onde um grupo étnico tem o controle dos meios de produção utilizados por um outro grupo uma relação de desigualdade e estratificação é criado.

Desse modo, a identidade étnica está associada a um conjunto de padrões e de valores especificamente culturais, cujas formas de vida comunitárias valorizavam a pertença *herdada* dos indivíduos ao seu grupo cultural, quer se trate de uma etnia, duma religião, de uma comunidade linguística ou territorial ou de tudo ao mesmo tempo. (DUBAR, 2006, p. 132).

Podemos aqui, citar a configuração do "nós-eu" preconizado por Norbert Elias, como forma histórica do "laço social". Ou seja, para o autor, "não há identidade do EU sem identidade do NÓS". Não se pode considerar o indivíduo sem e sociedade, até porque se considera indivíduo e sociedade inseparáveis no seio do processo histórico. Como resultado, nos grupos étnicos a identidade do NÓS domina a identidade do EU. (DUBAR, 2006, p. 22).

Partindo do pressuposto de que para a maioria dos indivíduos a principal identidade é sua língua, sua cultura, sua nação e sua etnia, então a forma identitária que permanecerá é aquela que reúne um NÓS LOCALIZADO, organizado em torno de um Estado legítimo ou de um grupo cultural<sup>57</sup>, e de EUS identificados ao seu grupo local e à sua cultura. Assim, ter uma nacionalidade significa ter "escolhas motivadas por valores e por crenças", entendidas por Dubar como definidoras das identidades simbólicas<sup>58</sup>. (DUBAR, 2006, p. 114).

Portanto, a etnicidade é, essencialmente, uma forma de interação entre grupos culturais que operam dentro de contextos sociais, a qual acaba orientando o

---

dinamicidade e nesta instabilidade, estava o homem eurobrasileiro colono-imigrante e camponês típico a manter, construir e reconstruir o seu mundo."

<sup>56</sup> Tida como universalmente válida para todos os grupos étnicos (BARTH, 1976).

<sup>57</sup> O que Manuel Castells chamou de comunidade cultural: identidades resistentes por meio de uma comunidade.

<sup>58</sup> Para Dubar (2006), identidades simbólicas são as diversas formas identitárias existentes no campo das crenças político-religiosas.

comportamento dos atores sociais por lhes oferecer sentido. (COHEN (1978 apud WEBER, 2006).

É neste sentido que, para a antropologia, a identidade étnica é construída, ou seja, é resultado de um processo histórico e como tal, estaria na essência dos grupamentos humanos, constituindo, portanto, um laço afetivo. (WEBER, 2006).

No contexto dos grupos étnicos, a identidade étnica associa-se à ideia de descendência comum. A identidade étnica é concebida por Seyferth<sup>59</sup> (2012) como uma construção social que produz efeitos na vida de indivíduos e coletividades. Para a autora, há várias maneiras de pensar a etnicidade.

Dentre estas maneiras, Seyferth (2012) destacou a que diz respeito às formas de representação e de ação que dão suporte à identidade étnica por meio da distintividade cultural. Essa identidade é coletiva, supondo o reconhecimento de pertença a um grupo ou coletividade, e individual, porque significa a pessoa na sociedade.

Ou seja, ter e manter uma identidade étnica são premissas fundamentais para se pertencer a um grupo étnico e cabe à família a tarefa dessa manutenção.

A família é parte dos sistemas sociais (WHITE; DILLINGHAM, 2009). É a estrutura familiar que produz a fidelização às raízes culturais, condição essencial para a manutenção e a transmissão desses valores entre as gerações dos núcleos culturais específicos de cada sociedade, de cada grupo étnico. Ou seja, a família é a instituição que rege as "relações entre as gerações". (DUBAR, 2005; 2006, p. 66).

Parsons (1974, p. 23) vem no encontro ao descrito no parágrafo acima quando afirma que a família é a fonte primária de aprendizagem do indivíduo. É por meio dela que se aprendem os valores, as normas e os modos de comunicação necessários para a manutenção do padrão societário. Até porque a família é, tradicionalmente, concebida como a base da solidariedade comum. (ANDERSON, 2005).

Em vista disso, Seyferth (2000) afirma que a família é a mais importante instituição transmissora dos valores étnicos. É por meio da estrutura familiar que se preserva a herança cultural de cada etnia. A família perpetua sua cultura étnica porque entende ser essa um valor indissociável que foi construído coletivamente ao

---

<sup>59</sup> Giralda Seyferth. Antropóloga brasileira e professora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Suas pesquisas estão centradas nas áreas de colonização, imigração, imigração alemã, nacionalismo e racismo.

longo do tempo, que define sua identidade e, portanto, compete a ela sua manutenção.

A família é a primeira instituição social do indivíduo e parte dela suas primeiras relações sociais. Essas relações sociais são desencadeadas pelo sentimento de pertença e perpetuadas pelo grau de parentesco. É esse grau de parentesco que garante a manutenção dos laços culturais. (ANDERSON, 2005).

"O discurso articulado, ao expressar sistemas de parentesco, tem sido o recurso mais poderoso para a sobrevivência e o progresso do homem e da cultura". Um sistema de parentesco é uma forma organizada de comportamento em termos de ajuda mútua e cooperação, proporcionando segurança social. (WHITE; DILLINGHAM, 2009, p. 27 e 116).

Como consequência, as principais relações de produção são desencadeadas pelos graus de parentesco. "O parentesco é uma atribuição simbólica por definição. [...] pode ser da natureza da produção agrícola o pai e o filho cooperarem entre si [...]". (SAHLINS, 2003, p. 19).

O processo de cooperação desencadeado pela estrutura familiar e seus graus de parentesco desenvolvem um sistema de trabalho coletivo que identifica e diferencia o grupo étnico, formatando-o de acordo com esse trabalho.

Quer dizer, as relações de trabalho são fundamentais para a constituição da identidade. (SAINSAULIEU<sup>60</sup>, 1988). São as relações de trabalho que reproduzem representações e hábitos coletivos que influenciam a conduta dos grupos, sua sociabilidade e seus comportamentos coletivos. (SAINSAULIEU, 1988).

Dubar (2006) também reconhece a importância do trabalho na construção das identidades, pois são campos de identificação social. Assim, "todo espaço, toda organização produtora de vínculo social (família, escola, espaço de trabalho ou de lazer), é suscetível de gerar um processo identitário". (WAUTIER, 2001, p. 54).

O trabalho e o sentido atribuído a ele enquanto forma e meio de reprodução da unidade familiar é o principal elemento de identificação dos colonos que migraram para a mesorregião Oeste do Paraná. A troca de experiências, as práticas comungadas e os desafios a serem superados os aproximaram e, em muitas situações, transcendeu as diferenças étnicas e religiosas.

---

<sup>60</sup> Renaud Sainsaulieu (1935-2002). Sociólogo francês especializado no estudo da sociologia das organizações e na identidade do trabalho.

Antes da modernização da agricultura, décadas de 1960 e 1970, era necessário vencer os desafios do mercado: comercialização de produtos para compensar as carências e aquisições de insumos. Com a mecanização e tecnificação da agricultura, os colonos se viram diante de um processo produtivo inovador, o qual não controlavam. Isto representou para o sujeito individual uma ameaça. Essa ameaça o moveu para uma ação coletiva, tida como uma forma de fazer frente ao novo fenômeno. Nesse contexto, tem-se o sujeito coletivo.

A constituição de um sujeito coletivo, de uma sociedade cooperativa, encontrou na cultura e suas práticas sociais os seus fundamentos, como foi retratado nas páginas anteriores.

É na geração do processo identitário citado acima que a memória tem papel fundamental na elaboração das identidades. (POLLAK<sup>61</sup>, 1992). Por isso, da importância de cercá-la levando em conta seu quadro social (HALBWACHS<sup>62</sup>, 1990), ou seja, a memória coletiva.

Para Halbwachs (1990, p. 14-15), a memória coletiva é aquela que recompõe o passado<sup>63</sup>. Assim, "[...] toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado, no espaço e no tempo". (op cit., p. 86).

A memória coletiva, na concepção do autor acima, é o grupo visto de dentro e durante um período determinado, o de vida desse grupo, no sentido de reconstrução de seu passado. Desse modo, a memória passa a ser uma contínua recordação/ reconstrução, desde que esteja alicerçada nos contextos sociais reais que a evoca.

Halbwachs (1990, p. 39) entende que é no quadro da família, o primeiro grupo social a que o homem pertence, que a imagem/memória se situa. Até porque, os homens são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo. Esse conjunto de lembranças comuns se apoia umas sobre as outras, e cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, a qual muda conforme o lugar em que esse homem está e ocupa.

---

<sup>61</sup> Michael Pollak (1948-1992). Sociólogo e germanista francês que se especializou em sociologia alemã e nos estudos da memória e da identidade social.

<sup>62</sup> Maurice Halbwachs (1877-1945). Sociólogo francês precursor do conceito da memória coletiva.

<sup>63</sup> Uma espécie de arquivo que garante a manutenção da memória, sendo esse arquivo o responsável pela manutenção das tradições, dos aspectos culturais e dos conhecimentos que herdamos. (CORACINI, 2007).

Como o homem carrega consigo uma bagagem de lembranças históricas que pode ser ampliada pela conversação ou pela leitura, é na história vivida que se apoia sua memória e não na história<sup>64</sup> aprendida. (HALBWACHS, 1990, p. 54-60).

Nessa linha de raciocínio, Halbwachs (1990, p. 65-87) cita Marc Bloch<sup>65</sup>. Para Bloch (1925), é comum, principalmente nas sociedades rurais, os pais trabalharem o dia todo e as crianças ficarem sob a guarda dos "velhos", provavelmente avós ou tios. É desses que as crianças recebem o legado dos costumes e das tradições de toda a espécie. O grupo, no momento que considera seu passado, sente, acertadamente, que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.

As lembranças transmitidas de geração a geração, servem de base à memória coletiva e à individual na construção simbólica do passado, legitimando a identidade compartilhada por aqueles que podem traçar sua genealogia. De certo modo, isso mostra o papel da história e da memória na formação de identidades étnicas, dando significado à consciência de pertencimento a uma coletividade. (SEYFERTH, 2012, p. 34).

## 2.2 O SISTEMA COOPERATIVISTA: PROCESSO HISTÓRICO E TEÓRICO

*“As cooperativas são as únicas instituições do sistema capitalista as quais é necessário conservar, e conservar a qualquer preço” (LENIN).*

*“O cooperativismo é a paz”*  
(Princípio proclamado pela Organização das Cooperativas de Consumo Alemãs do Século XIX).

Há poucas pesquisas de caráter sociológico sobre as cooperativas no Brasil e no Paraná. O tema cooperativismo aparece através de políticas concretas e de propaganda ideológica, indicado como uma das saídas para o crescimento agrícola e a melhoria das condições de vida dos pequenos produtores brasileiros, principalmente a partir da década de 1930.

Segundo Schneider (1981, p. 12), o “predomínio absoluto de uma visão apologética do sistema cooperativista na literatura brasileira sobre o tema, calcado

---

<sup>64</sup> Por história se entende tudo aquilo que se faz com que um período se distinga de outro (HALBWACHS, 1990, p. 60).

<sup>65</sup> *Mémoire collective, traditions et coutumes*. Revue de synthèse historique, 1925, nº 118-120, p.79. (Marc Bloch - 1886-1944, foi um historiador francês morto pelos nazista na II Guerra Mundial).

numa pretensa imutabilidade dos seus princípios doutrinários, de pouco ou nada contribuiu para o debate em torno do real significado deste cooperativismo no contexto nacional”. Portanto, é preciso, sem negar ou desmerecer as intenções dos defensores do cooperativismo, elevar a análise do funcionamento desse sistema ao patamar dos fatos concretos, medir a distância que vai entre o idealizado e o observado e, tentar compreender as condições materiais e concretas que determinam essa distância.

A doutrina cooperativista<sup>66</sup> surgiu em meados do século XIX, como uma proposta de superação “pacífica” do sistema capitalista e das mazelas econômico-sociais desencadeadas pela revolução industrial, sendo delineada na Escola de Nimes<sup>67</sup>, em 1886, por Charles Gide. Seu ideal era de uma organização cooperativista que se imporia ao *laissez-faire* capitalista. A cooperação mútua tomaria o lugar da competição e da ganância pelo lucro, integrando as instâncias de produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituindo a base de uma nova sociedade, mais justa e mais humana, uma vez que, não comportaria nem exploradores e nem explorados. (PINHO, 1966, 1977; SCHNEIDER, 1981).

Ou seja, as ideias cooperativistas surgiram no ápice do liberalismo econômico europeu do século XIX, tendo por inspiração a corrente liberal dos socialistas franceses e ingleses e as experiências associativas que marcaram a primeira metade daquele século. As cooperativas surgem da necessidade de superação da pobreza a que estavam submetidos os trabalhadores europeus. (PINHO, 1966, 1977).

Entre seus precursores, a autora destaca:

- a) Robert OWEN (1771-1858): inglês, filho de artesãos. Considerava que o homem é resultado de seu meio social, para modificá-lo é necessário modificar esse meio de forma pacífica, gradual e moderada, para tanto

---

<sup>66</sup> Segundo Pinho (1966), a doutrina cooperativista tem como objetivo central a correção do meio econômico social, utilizando a cooperativa como instrumento para essa correção.

<sup>67</sup> A Escola de Nimes fomentou a doutrina cooperativista. Pregava a união dos consumidores em cooperativas, as quais absorveriam todas as atividades econômicas por meio de três etapas sucessivas: as cooperativas de consumo, que centralizariam a venda dos produtos; as cooperativas de produção, que fabricariam os produtos para as de consumo; e as cooperativas de exploração agrícola, que forneceriam a matéria-prima para as de produção. (SCHALLENBERGER, 2010, p.130).

propunha a escola enquanto meio dessa mudança. Combateu o lucro e a concorrência, por considerá-los os principais responsáveis pelos males e injustiças sociais. Sua influencia foi de elevada relevância sobre os Pioneiros de Rochdale, tanto que é considerado o pai do cooperativismo;

- b) François Marie Charles FOURIER (1772-1837): filho de comerciantes de tecidos na França, imaginava a possibilidade de resolver os problemas sociais por meio de unidades autossuficientes, comunidades que se organizavam em regime cooperativo, comunitário, onde se prestariam serviços coletivos, criando um ambiente de convivência espontânea. Idealizador das cooperativas integrais de produção criou comunidades onde os associados tinham tudo em comum, chamadas de falanstérios;
- c) Philippe Joseph Benjamin BUCHEZ (1796-1865), médico francês católico, defendia a associação cooperativa de produtores livres, de forma pacífica e sem espoliação (roubo). Esta associação deveria ocorrer entre pessoas de uma mesma classe profissional. Buscou criar um cooperativismo autogestionado, independente do governo ou de ajuda externa;
- d) Luis BLANC (1812-1882): historiador, orador e político francês. Defendia a ampla intervenção do Estado para que as associações de trabalhadores pudessem modificar o meio socioeconômico em que viviam, para tanto era necessário que esses trabalhadores se especializassem.
- e) Charles GIDE (1847-1932) - Francês, professor universitário, é conhecido mundialmente por suas obras sobre economia, política e cooperativismo. Fundador da Escola de Nimes, França, em 1886, contribuiu com a produção do conhecimento sobre o cooperativismo mundial, sendo o precursor do “corpo doutrinário” que formatou o cooperativismo. (SCHALLENBERGER, 2003, p. 13).

Os precursores do pensamento cooperativista acima citados inspiraram o cooperativismo rochdaleano a partir de 1844. Apesar das peculiaridades de cada um, sete foram os pontos em comum, sendo esses que fundamentaram a ideia do modelo cooperativista a partir daquele período, quais sejam: a) a ideia de

cooperação; b) de organização do trabalho; c) de livre iniciativa; d) de prestação de serviços sem interesse de lucro; e) de que o capital é apenas um meio; f) de que a cooperativa é uma forma de economia coletiva; g) de concentração cooperativista e continuidade e h) de reforma social por meio de associações. (PINHO, 1977).

Mas a história se encarregou de demonstrar a utopia da proposta de socialização contida na doutrina cooperativista de Robert Owen e outros ideólogos do movimento como Charles Fourier<sup>68</sup>. A dialética de interação entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo presentes no mercado, levou as cooperativas a se inserirem no mercado capitalista, sem fundir-se nem identificar-se com a ideologia e a tendência dominante na expansão desse mercado. A proposta original dos pioneiros de Rochdale continuou sendo caracterizada e difundida como um movimento social capaz de levar à transformação de sociedades baseadas no regime de cooperação e de ajuda mútua.

Uma das formas de se combater esse tipo de cooperativismo é relatado por Schallenberger (2009; 2003) é seu conceito de associativismo cristão<sup>69</sup>. Esse tipo de associativismo nasceu do princípio da solidariedade cristã, sendo concebido como um meio através do qual, certas funções sociais poderiam ser desenvolvidas com maior eficiência, para melhor atender as necessidades de cada um e de todos. “O sentido do pertencimento, segundo o qual cada associado tornava-se um coproprietário, um cogestor e um beneficiário dos resultados, representava, de certa forma, uma possibilidade de libertação das relações de dominação pela afirmação das de cooperação” (SCHALLENBERGER, 2003, p. 12). Ou seja, apresentava o cooperativismo como uma forma de organização socioeconômica desejável, no qual, a cooperação de cada um o tornaria sujeito do processo. Cabe ressaltar que o

---

<sup>68</sup> Tanto Robert Owen quanto Charles Fourier pensaram e projetaram formas de organização social estruturadas para a cooperação e a solidariedade

<sup>69</sup> De acordo com Schallenberger (2009 e 2010), o acelerado processo de industrialização na Europa do século XIX e a desenfreada concentração de capital promoveram um quadro de exclusão social e um clima de instabilidade institucional, gerando a questão social. Para organizar os setores excluídos da sociedade pensadores do social catolicismo alemão, como Emmanuel G. Ketteler, Franz Hitze, os irmãos August e Peter Reichensperger e o pastor evangélico luterano Friedrich Naumann, fomentaram o associativismo e formularam a teoria social cristã, inspirada nos princípios da solidariedade e da cooperação, que se tornaria referência matricial para a doutrina social da Igreja, expressa na encíclica papal *Rerum Novarum*, promulgada por Leão XIII, em 1891.

cooperativismo brasileiro, especialmente o da região Sul do país, teve sua origem fortemente vinculada ao associativismo cristão, sendo esse tipo de cooperativismo que também se destacou na mesorregião Oeste paranaense, na qual cada um se tornou sujeito e usuário do processo.

Segundo Abrantes (2004), há várias religiões que explicitam em seus livros sagrados a necessidade dos fiéis viverem de forma cooperativa. Entre essas, o autor cita as religiões católica, judaica e muçulmana.

Seguindo na visão idealista do cooperativismo, sua origem adveio de diversos organismos internacionais desde o início do século XX, os quais tinham por objetivo sensibilizar os países em desenvolvimento a adotar a estratégia de cooperação nos moldes das experiências europeias e norte-americanas. A estratégia cooperativista foi proposta como um instrumento de mudança social capaz de assegurar a harmonização das dimensões econômicas, social e cultural do processo de desenvolvimento. (PINHO, 1966; 1977).

O cooperativismo surge então como um sistema formal de organização de grupos sociais com objetivos e interesses comuns, cujo funcionamento ampara-se nos princípios da ajuda mútua e do controle democrático da organização pelos seus sócios, ou seja, os associados seriam, ao mesmo tempo, proprietários e usuários. (PINHO, 1977).

O cooperativismo é entendido como uma prática social histórica, cuja doutrina institui um lugar de aprendizagem, de educação à cooperação. A sua instituição se dá como uma condição inerente à sua organização, ao seu funcionamento e ao seu progresso. Na interação dos seus associados, enquanto partícipes de um projeto comum, produz-se as condições para um processo de socialização de conhecimentos e de experiências. Nesse sentido, a cooperativa é uma sociedade de pessoas, constituída e dirigida em bases rochdaleanas, com o fim de prestar serviços aos seus sócios e à comunidade a que pertence. (PINHO, 1966; 1977; FRANTZ<sup>70</sup>, 1985; 1999).

---

<sup>70</sup> Walter Frantz é Doutor em sociologia pela Universidade de Münster, Alemanha (Westfälische-Wilhelms Universität) em 1980. Entre seus temas de pesquisa destaca-se o estudo da empresa cooperativa e economia cooperativa. É professor titular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, no Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais e do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências.

O cooperativismo é a forma mais evoluída do associativismo. O associativismo nasceu junto com o homem e provém da necessidade da união para vencer os desafios do mundo. Contudo, sua evolução histórica mostra que esse sistema não conseguiu desenvolver-se a revelia da complexidade das organizações econômicas e sociais ao longo do século XX<sup>71</sup>. Assim, o sistema cooperativista se ajustou à dinâmica econômica vigente ao longo daquele período, ratificando o capitalismo como modelo de produção dominante. (PINHO, 1966 e 1977; SCHNEIDER, 1981, FLEURY, 1983).

Neste contexto, o cooperativismo incorporou os métodos organizacionais e operacionais adotados pelas demais empresas do sistema capitalista, objetivando atingir graus de eficiência econômica compatíveis com o mercado. Este enquadramento resultou na transformação das cooperativas em organizações de grande porte e, com elas, em reestruturações administrativas cada vez mais complexas, levando para a grande parte delas, a inviabilidade do princípio da participação efetiva e do controle democrático da organização por parte de seus associados.

Assim, as cooperativas são organizações relativamente complexas. Nasceram da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela organização e instrumentalização, com vistas a objetivos e resultados, normalmente, de ordem econômica. Contém elementos sociais, culturais e políticos<sup>72</sup>, por isso mesmo, tem a característica de incorporar esses elementos ao seu sentido econômico. (FRANTZ, 1999).

A economia envolve aspectos de ordem técnica e política. É algo construído, inacabado, dinâmico, submetido a interesses. É um espaço entrecruzado de poder técnico e de poder político, no qual atuam os seus

---

<sup>71</sup> Segundo (Pinho (1977, p.50), pode-se esquematizar a evolução da atividade econômica cooperativa em quatro fases: a) fase da indiferenciação: a unidade doméstica e o grupo de trabalho constitui uma unidade indissolúvel; b) fase da diferenciação tipológica: caracterizada pela organização de múltiplos tipos de cooperativas, adaptadas às exigências técnicas e econômicas específicas da economia de mercado, da economia integralmente planejada ou da economia mista; c) fase da constituição de grandes agregados cooperativos: os quais buscam a racionalidade econômica, inspirada pela sociedade tecnológica e; d) fase da reintrodução da valorização humanística no contexto dos grandes complexos cooperativos modernos.

<sup>72</sup> De acordo com Bourdieu (2010, p. 159), “a política é o lugar por excelência da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”.

agentes e que é produzido a partir do conhecimento dessa dupla dimensão e relação. Assim, no espaço da organização cooperativa, se fazem presentes também questões sociais, políticas e culturais, que perpassam a sua natureza associativa e seu caráter instrumental. (FRANTZ, 1999, p. 59).

De toda forma, coube aos pioneiros de Rochdale a iniciativa de provar na prática que era possível criar uma alternativa de trabalho e renda, sem grande capital e dentro do capitalismo por meio da associação de pessoas. Independente dos ajustes que o sistema cooperativo sofreu ao longo do tempo, foi o modelo de Rochdale que serviu de exemplo para a expansão do cooperativismo no mundo. (ABRANTES, 2004).

Sendo a cooperativa um dos temas desta pesquisa, se faz necessário definir o que é cooperativismo e cooperativa, como forma de se evitar confusões terminológicas futuras. Para Pinho (1966, p. 7), “Cooperativismo é a doutrina<sup>73</sup> que visa à renovação social através da cooperação”. Assim, quando organizada sob a forma de estatutos estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais, entre os quais estão as cooperativas.

Nesta linha de raciocínio, a doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constituiu o cooperativismo.

**Cooperativismo**, no sentido de doutrina que tem por objetivo a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; **cooperativas** no sentido de sociedade de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se [...] de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesses lucrativos e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e étnica e desenvolvimento do ensino (PINHO, 1966, p. 8-9) (grifo nosso).

---

<sup>73</sup> Para Pinho (1966) a doutrina cooperativista evidencia a pessoa humana, procurando, por meio da ajuda mútua e da associação democrática, corrigir os males da sociedade capitalista através da prestação de serviços, permitindo a eliminação do comerciante intermediário, tornando o produtor o próprio comerciante de sua produção, ampliando suas condições de adquirir os bens necessários à satisfação de suas necessidades e de sua família. Neste sentido, cria-se ao longo do tempo, um meio de cooperação no qual não haverá conflitos, pois usuário e proprietário é uma só pessoa.

Assim, o cooperativismo é uma doutrina econômica que objetiva reorganizar a sociedade de forma a assegurar a harmonização das dimensões econômicas, sociais e culturais do processo de desenvolvimento econômico, independente das condições estruturais existentes. (LOUREIRO, 1981).

Schallenberger (2010, p. 128) também define cooperativismo como uma doutrina econômica. Para ele, é essa doutrina "que sustenta a associação livre e autônoma de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum, para promover solidariamente a realização de suas aspirações e as necessidades de cada um [...]". Ou seja,

É um sistema de organização socioeconômica fundamentada nos princípios da adesão livre e voluntária, da gestão democrática e solidária, da participação responsável, da limitação de quotas-partes do capital de cada associado, da distribuição equitativa dos resultados, da honestidade e da confiabilidade, da transparência e da ajuda mútua (SCHALLENBERGER, 2010, p. 128).

Já a cooperativa é, antes de tudo, uma associação de pessoas (não de capitais) que se propõe a atuar na perspectiva da economia dos componentes dessa associação, isto é, na perspectiva de sua racionalidade econômica enquanto economias individuais. Porém, ao fazê-lo, essa associação cria, organiza e estrutura um instrumento adequado que vem a ser a empresa cooperativa, uma empresa comum com o objetivo de apoiar e complementar a administração das economias individuais, dando-lhes suporte no jogo competitivo do mercado. Portanto, a cooperativa se constitui em uma extensão da economia dos associados, os quais encontram nesse instrumento cooperativo, uma opção mais vantajosa do que a ação individual para se lançar ao mercado. (FRANTZ, 1985). Ou seja, a "cooperativa é uma sociedade civil, organizada para a defesa dos interesses e a promoção econômica e social dos seus associados". (SCHALLENBERGER, 2010, p. 127). "Representa uma simbiose de ajuda mútua e da ajuda própria." (MACHADO, 1975, p. 17).

Já na visão de Ferrinho (1978, p. 99-100) cooperativismo é um movimento social que ocorre quando homens com necessidades comuns estabelecem entre si uma relação de interdependência orientada para uma filosofia de vida<sup>74</sup> que os leva

---

<sup>74</sup> Entendida pelo autor como uma **ideologia cooperativa** (sem grifo no original). Para Ferrinho (1978, p. 49), "uma ideologia é um padrão de crença cognitiva e moral organizado em torno de

a procurar satisfazer aquelas necessidades por meio da solidariedade<sup>75</sup>, da equidade, do respeito do homem pelo homem e pelo ativismo constante. O autor critica as definições estáticas usadas no ocidente, as quais encaram as cooperativas como empresas e não como resultado de um processo social.

O conceito de cooperativa tal como tem sido definido sistematicamente no Ocidente não se tem mostrado ajustável a outras regiões [...] nem mesmo a todo o Ocidente; [...] é um conceito definido com base em certos atributos bem específicos, particularistas, que dando caráter estático e unívoco, não admitem a sua adaptação à pluralidade de situações da vida dos diferentes povos. (op cit., p. 100).

Ferrinho (1978) defende a ideia de que a processo associativo precede a organização cooperativa. É o processo associativo que é visto pelos seus membros como algo unificado, algo que os une em prol de objetivos comuns. É essa união que desencadeia as ações associativas que se configuram no principal laço entre os indivíduos e a cooperativa propriamente dita. "É, sobretudo, participando na vida da cooperativa como associação que o indivíduo e a sua família se ligam aos outros cooperados intensificando a interação entre eles". É a associação que envolve o

---

valores fundamentais num sistema de ideias e julgamentos que descreve, explica, interpreta ou justifica uma situação que ela pretende manter ou modificar mediante uma ação precisa de que define os fins e os meios". Desse modo, a ideologia é um instrumento racional de ação histórica, pois justifica e esclarece o porquê é necessário agir num dado momento. Toda ideologia refere-se a interesses individuais ou coletivos imediatos, inspirando-se em padrões de moral e conhecimento preexistentes. Assim, por referir-se a interesses, a ideologia constitui-se em um forte apelo psicológico, o qual se traduz numa unidade representativa de motivação e de ação em comum. "A grande força dinâmica da ideologia reside em fundir em si o social com o psicológico para serviço de uma causa definida como legítima e digna de ser apoiada em benefício de um grupo bem identificado" (op cit., p.50). Nesse sentido, o sentimento de unidade e de pertencimento a um grupo é condição necessária à construção da ideologia cooperativa, até porque o ato de cooperar e de se unir diante das dificuldades comuns, desenvolve o pensamento cooperativo. É esse pensamento cooperativo que alimenta o sistema de ideias que serve de núcleo à ideologia cooperativa na visão do autor.

<sup>75</sup> A solidariedade, enquanto processo histórico-social, aqui é interpretado de acordo com as considerações de Demo (2002, p. 144-151), para o qual, a solidariedade é marca central da natureza humana e, de certa maneira, é necessidade básica, desde que seja proposta de forma endógena. "A solidariedade [...] mais importante é sempre a de dentro, aquela da qual somos sujeitos". Para Parsons (1974, p. 35), é a partir do início da sociedade moderna que o fundamento mais forte da solidariedade foi encontrado onde os três fatores de **religião, etnia e territorialidade** coincidem com a nacionalidade.

indivíduo na cooperativa como ser humano e não apenas como produtor e consumidor (FERRINHO, 1978, p. 61-63).

É com a associação que emerge um corpo comum de hábitos de pensamentos e de comportamentos que contribuem para a coesão social e a uniformidade entre os associados, o que, na visão de Ferrinho (1978, p.93), constitui o requisito básico para o sucesso econômico e social da cooperativa. "A coesão social entre os cooperadores aumenta a viabilidade da cooperativa se tornar e manter como um grupo de referência normativo para os seus membros, e de influir mais poderosamente, na moldagem das suas personalidades".

Ou seja, é nas situações reais que se definem as verdadeiras necessidades do homem, e uma das maneiras encontradas pelo homem de superar essas necessidades são as associações cooperativas. As cooperativas, enquanto instituições sociais,<sup>76</sup> não devem ser encaradas apenas como elementos do sistema cooperativo, mas sim de um dado sistema sociocultural integrado, até porque o comportamento associativo do homem geralmente busca a superação de situações de crise. (op cit.).

Posto isso, Ferrinho (1978, p. 102), define cooperativa como:

Uma instituição resultado do processo pelo qual pessoas que sentem necessidades comuns, decidem formar voluntariamente uma associação integrada no meio sociocultural e cujos membros agem em conjunto utilizando uma empresa econômica de que são simultaneamente donos e usuários para melhoria da vida doméstica de cada um e do bem-estar social de todos.

Tanto Ferrinho (1978) quanto Schallenberger (2003; 2010) comungam de definições semelhantes quando definem cooperativa. Assim, no contexto desta pesquisa, será utilizada a definição de cooperativa defendida por Schallenberger (2010) citada na página 46, por entender ser esta definição a que melhor se ajusta ao escopo desta pesquisa, qual seja: quando do processo de fundação das associações cooperativas da década de 1960, em alguns Municípios da mesorregião Oeste paranaense, seus fundadores, os colonos pioneiros desses Municípios, viam

---

<sup>76</sup> Segundo Ferrinho (1978, p. 68) os objetivos cooperativistas consideram o homem como ser social, neste sentido, o objetivo das cooperativas é a própria vida social, por isso devem organizar-se num sistema de ação que ajude dar respostas à totalidade dos problemas sociais do homem.

na cooperativa a entidade que iria defender seus interesses econômicos enquanto produtores rurais, lhes possibilitando a sobrevivência e a permanência no campo.

Quanto a sua forma de atividade, existem vários tipos de cooperativas. Como forma de facilitar o conhecimento dessas, Pinho (1966, p. 9) as agrupou em três graus distintos, quais sejam: I Cooperativas de primeiro grau: 1) cooperativas de produção ou de produtores: a) agrícola ou agropecuária; b) industrial; 2) cooperativas de consumo ou de consumidores: a) de consumo de bens; b) de consumo de serviços; 3) cooperativas de crédito: a) de tipo Luzzatti; b) de tipo Raiffeisen; c) outros tipos; 4) cooperativas mistas; II Cooperativas de segundo grau: 1) Federações; 2) Uniões; 3) Centrais; III Cooperativas de terceiro grau: 1) Confederações.

Para este estudo o tipo analisado será o das cooperativas de primeiro grau: cooperativas de produção ou de produtores (agrícolas ou agropecuárias<sup>77</sup>).

Este tipo de cooperativa caracteriza-se por ter como associado pessoas físicas. Geralmente se estruturam no exercício coletivo do trabalho agropecuário segundo as normas rochdaleanas, podendo ser organizadas por trabalhadores/produtores rurais que colocam em comum seus próprios recursos ou obtêm crédito de cooperativas creditícias, bancos comerciais ou do Estado. Geralmente congregam pequenos e médios produtores. (PINHO, 1966). São “aquelas organizações que se prestam [...] a orientar a produção agrícola, comercializar os produtos ou mesmo industrializá-los. Incluem-se nesta categoria todas as cooperativas ligadas à produção agropecuária [...] que comercializam o que é produzido pelos seus associados”. (ARAÚJO, 1982, p. 58).

Desse modo, o cooperativismo surge, historicamente, como um sistema simples de organização de grupos de pessoas com objetivos e interesses comuns. Seu funcionamento está amparado nos princípios de ajuda mútua e do controle democrático da organização pelos seus membros, como forma de “promover solidariamente a realização de suas aspirações e a satisfação das necessidades de cada um, à medida que os objetivos e as necessidades de todos sejam alcançados” (SCHALLENBERGER, 2010, p.128). Daí, na percepção de Schneider (1981, p. 32),

---

<sup>77</sup> Como forma de evitar confusão terminológica, neste estudo será adotado o termo agropecuária, por entender que esse congrega um maior número de cooperativas deste segmento na mesorregião Oeste do Paraná.

“o caráter *sui generis* desse tipo de organização, da qual associados seriam, ao mesmo tempo, proprietários e usuários”.

A cooperativa é um agente econômico produtivo, assim defronta-se com os problemas econômicos como qualquer outra organização. Enquanto solução para problemas de ordem econômica passa a ser influenciada pelos fins e valores da sociedade a que pertence, pela escassez dos recursos disponíveis e pela doutrina cooperativista (PINHO, 1977). Mas é, antes de qualquer tipo de organização econômica, uma organização de pessoas.

E é a partir deste princípio que a Aliança Cooperativa Internacional (ACI)<sup>78</sup>, a define como toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros, por meio da exploração de uma empresa sobre a base de ajuda mútua e que observe os princípios de Rochdale. As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade. Do ponto de vista da tradição cooperativista, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos seus semelhantes. Assim, o cooperativismo em si, caracteriza-se por ser um movimento social, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico, o qual é capaz de unir desenvolvimento econômico e bem estar social, tendo por referência a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia.

Ou, como afirma Ferrinho (1978), o movimento cooperativo é a manifestação de uma solidariedade individual harmonizada, que só se constitui diante das relações de cooperação com a comunidade a que pertence. Ou seja, não é possível falar de cooperativismo sem falar da comunidade<sup>79</sup> em que esse se desenvolveu e da capacidade de associação de seus membros. As associações cooperativas são o

---

<sup>78</sup> A Aliança Cooperativa Internacional foi fundada em Paris, no ano de 1895, mas com sede em Londres, e constitui-se num organismo mundial que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas. Objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo. Desde 1980 sua sede está localizada em Genebra (Suíça), e se organiza através de quatro sedes continentais: América, Europa, Ásia e África. Na América, a sede está localizada em San José, capital da Costa Rica. (ACI, 1998).

<sup>79</sup> Ferrinho (1978, p.108) define comunidade "como uma pluralidade de pessoas com uma cultura comum que lhes dá o forte sentimento de pertencerem a um grupo bem definido, perfeitamente individualizado onde os interesses coletivos se identificam com os interesses individuais dos seus membros de uma maneira geral".

resultado direto do seu meio social, interconectando-se e condicionando-se mutuamente.

Quer dizer, a cooperativa gira em torno das pessoas que a compõe, o que a caracteriza como uma organização de caráter diferenciado: o cooperado é associado à organização cooperativa ao mesmo tempo em que é, também, usuário de seus serviços.

Assim, a cooperativa detém características próprias que a diferencia dos demais tipos de organização econômica, uma vez que direciona os seus resultados para os seus associados e/ou os reinveste na própria estrutura da cooperativa.

Em termos de legislação brasileira, a Lei nº 5.764/71, em seu artigo 4º define que as cooperativas:

[...] são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Para Pinho (1977, p. 23) as características acima descritas refletem, em sua maioria, as definidas pelos princípios dos Pioneiros de Rochdale<sup>80</sup>. Cabe ressaltar,

---

<sup>80</sup> Os Princípios dos Pioneiros de Rochdale foram elaborados pelos 28 tecelões que fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda, em Rochdale, Inglaterra 1844. Em 1854 sofreram sua primeira modificação pelos próprios pioneiros e, mais tarde, pelos cooperados presentes nos Congressos da ACI – Aliança Cooperativa Internacional, em 1937 (Paris) e 1966 (Viena). (PINHO, 1977, p. 23).

que esses princípios sofreram leves ajustes de texto ao longo das reuniões promovidas nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Os princípios de Rochdale sofreram algumas e poucas mudanças. Uma em Paris no ano de 1937, outra em Viena, em 1966, onde se definiram seis princípios básicos, e a terceira no ano de 1995, em Manchester. Desde então, são sete os princípios que constituem a base do cooperativismo mundial. Cabe ressaltar que os valores cooperativos são os mesmos desde os professados pelos Pioneiros<sup>81</sup>.

Em sua versão atual, datada de 1995, os sete princípios que constituem a base do cooperativismo são:

- a) adesão livre e voluntária: cooperativas são organizações voluntárias abertas às pessoas aptas que queiram seus serviços e estão dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio, sem discriminação de gênero, classe social, raça, opção política ou religiosa;
- b) gestão democrática pelos membros (sócios): cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres que servem como representantes eleitos são responsáveis perante os demais sócios. Nas cooperativas primárias os sócios têm igualdade na votação (é mantida a proporção um sócio, um voto). Nas cooperativas de outros níveis também é mantida a organização democrática;
- c) participação econômica dos membros (sócios): os sócios contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital deve ser propriedade comum da cooperativa. Os sócios, usualmente, recebem uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito, como uma condição da sociedade. As prováveis sobras são alocadas para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa possibilitando o estabelecimento de reservas (parte dessas podendo ser indivisíveis), benefícios aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios;

---

<sup>81</sup> Tanto Maurer Júnior (1966) quanto Schneider (1991) descrevem com riqueza de detalhes os objetivos dos Pioneiros de Rochdale.

- d) autonomia e independência - as cooperativas são organizações autônomas de autoajuda controladas por seus membros (sócios). Se elas entram em acordo com outras organizações - inclusive governamentais - ou recebem capital de origens externas, elas devem fazê-lo de modo que assegure o controle democrático de seus sócios e mantenha sua autonomia;
- e) educação, formação e informação - as cooperativas promovem a educação e a formação, por meio de treinamentos, para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, como forma de contribuição desses para o efetivo desenvolvimento das cooperativas. O público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, é informado pelos sócios já melhor instruídos, sobre a natureza e os benefícios da cooperação;
- f) intercooperação: as cooperativas atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem seu movimento cooperativo trabalhando juntas em eventos, através de parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais;
- g) interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades submetendo-se a políticas aprovadas por seus membros.

Isso posto, as cooperativas, do ponto de vista doutrinário, não são sociedades de capital, mas sim de pessoas, tendo como fim a prestação de serviços a seus associados. O cooperativismo se configura numa oportunidade singular de desenvolvimento econômico-social para regiões, Estados e países, tanto que esse reconhecimento é ratificado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), quando da publicação de sua Recomendação nº 193, de junho de 2002<sup>82</sup>.

Como forma de retratar o cenário histórico do surgimento das cooperativas agropecuárias em nível mundial, o quadro 2 apresenta, sucintamente, alguns países que capitanearam a criação e a fundação das primeiras cooperativas agropecuárias. A elaboração desse quadro é pertinente ao escopo desta pesquisa em função de

---

<sup>82</sup> Nesta Recomendação, a OIT destaca a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento humano sustentável, bem como de sua atuação no processo de combate à exclusão social. Para tanto recomenda aos governos a adoção de políticas que incentivem o cooperativismo. (ILO, 2002).

que o cooperativismo agropecuário brasileiro desenvolveu-se a partir dos processos de colonização do interior do Estado do Rio Grande do Sul no final do século XIX. Naquele período o território do interior gaúcho foi colonizado por famílias de imigrantes, pequenos agricultores europeus de origem alemã e italiana.

Quadro 2 - Países que capitanearam a fundação das primeiras cooperativa agrícolas ao longo do século XIX

CONTINENTE	PAÍS	PERÍODO HISTÓRICO	CONTEXTO HISTÓRICO E FINALIDADE
Europeu	França	Século XII  Final do Século XIX	Primeiros registros da existência de cooperativas agrícolas. Marco do movimento cooperativo agrícola francês. Por meio dos sindicatos agrícolas emergem as cooperativas, as quais se consolidam nos períodos entre e pós-guerras (1ª e 2ª Guerras Mundiais).
Europeu	Alemanha	1847	A origem do cooperativismo agrícola alemão está pautado no sistema Raiffeisen <sup>83</sup> . Raiffeisen fundou em conjunto com outros agricultores, neste ano, uma cooperativa de crédito destinada a atender as necessidades dos agricultores, diante da grave crise financeira que acometida a Alemanha. Em uma década este modelo de cooperativa já havia se proliferado em parte do território alemão <sup>84</sup> .
Euroasiático	Turquia	1863	É a partir deste ano que se tem os primeiros registros de fundação das cooperativas agrícolas. Ressalta-se que essas associações eram autofinanciadas pelo banco de crédito agrícola do país.
Europeu	Itália	1866	Registro de fundação das primeiras cooperativas agrícolas no interior do país.
Americano	Estados Unidos	1867	Nesta época já existiam pelo menos 400 queijarias e cremerias, constituídas na forma de cooperativas. Essas cooperativas surgiram diante da necessidade de defesa de seus associados, para tanto estavam estruturadas em três vertentes: a) a compra de insumos; b) a venda dos produtos agrícolas e; c) a produção agroindustrial (alguns anos depois).
Europeu	Holanda	1877	Registro de fundação das primeiras cooperativas agrícolas no interior do país. Nesse país, o segmento cooperativista teve dois marcos principais: a) 1877 (primeiras cooperativas de compra de insumos) e; b) 1886 (primeiras cooperativas leiteiras).
Europeu	Dinamarca	1882  1899	Fabricar e vender, diretamente no mercado consumidor, a manteiga. Alguns anos à frente, outras cooperativas surgiram com esse modelo e comercializavam carne, toucinho defumado, ovos e outros produtos agropecuários que seus cooperados produziam. É fundado o Comitê Central Cooperativo, o qual representava as cooperativas agropecuárias existentes junto ao Governo Dinamarquês e lhes prestava assistência técnica.

<sup>83</sup> Friedeich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888).

<sup>84</sup> De acordo com Pinho (2004, p. 269) as principais características das cooperativas raiffeiseanas eram: a) fundar-se no princípio cristão de amor ao próximo; b) adotar o princípio de entre ajuda; c) grande importância à formação moral de seus associados, os quais se responsabilizavam de modo solidário e ilimitado, às obrigações da cooperativa; d) preconizavam a organização de um banco central [...].

Europeu	Irlanda	1889	Registro de fundação das primeiras associações de produtores de leite, as quais culminaram nas primeiras cooperativas agropecuárias do país.
Europeu	Polônia	Décadas de 1900 a 1920	A agricultura polonesa dividia-se em três formas de propriedade: particular, cooperativa e estatal. Essas propriedades se agrupavam em três gêneros de granjas agrícolas, sendo a maior delas de propriedade estatal, exploradas pelas cooperativas de produção.

Fonte: A autora com base em Maurer Junior (1966), Ramos (1984), Pinho (2004).

### 2.2.1 O cooperativismo agropecuário brasileiro: origem, expansão e características.

Cerca de 400 anos atrás, para fugir ao preamento de índios pelos Bandeirantes, em terras que integram hoje os territórios do Paraguai, da Argentina, do sul do Brasil, da Bolívia e do Uruguai inaugurou-se uma experiência societária intercultural, marcada pela redução de populações nativas, sobretudo guaranis, em povoados onde, pela combinação de elementos da cultura tribal com a euro-cristã, se desenvolveu um tipo de economia solidária, pautada em relações de cooperação. Lá já se praticava o terceiro princípio do cooperativismo.

Essa experiência sociocultural, estudada por historiadores, antropólogos, cientistas sociais e políticos, economistas, arquitetos, dentre outros, ainda representa um desafio para os estudiosos em função da particularidade que representou no encontro de dois mundos: o europeu com o ameríndio. Se esta experiência mereceu a atenção dos pensadores e cientistas sociais do século XIX, o historiador Erneldo Schallenberger sublinha que ela representa, na contemporaneidade, um aporte importante para a discussão de modelos sociais, sobretudo os fundados nas relações de cooperação<sup>85</sup>.

Nesse sentido, o surgimento das associações de produtores rurais no Brasil, berço das cooperativas agropecuárias nacionais, datam do ano de 1841. Nesse ano, o imigrante francês Benoit Jules de Mure, funda em Palmital, município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina uma colônia de produção e consumo baseada nos ideais cooperativistas, a Vila da Glória. Cinco anos mais tarde, em 1847, o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a

<sup>85</sup> SCHALLENBERGER, Erneldo. **A Integração do Prata no sistema colonial:** colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá. Toledo: Editora Toledo, 1997; SCHALLENBERGER, Erneldo Estudos missionários: Temas e abordagens Ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4318.pdf > 21/08/2014.

colônia Tereza Cristina, também organizada em bases cooperativas; e, em 1889, no município de Palmeira, também no Paraná, o agrônomo italiano Giovanni Rossi funda uma colônia de base cooperativista e doutrina socialista, de nome Colônia Santa Cecília, a qual operou até o ano de 1894.

As colônias acima descritas, apesar da breve existência, contribuíram para a memória coletiva formadora do cooperativismo brasileiro. Para Schallenberger (2010), tanto as reduções cristãs indígenas quanto a organização da colônia Tereza Cristina podem ser consideradas como modelos de organização social solidária, sustentadas a partir das relações de cooperação.

Em termos de cooperativas agropecuárias, foi no Estado de Minas Gerais, em 1907, que surgiram as primeiras experiências do país, seguidas depois por iniciativas em São Paulo e Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões colonizadas por alemães, italianos e japoneses (os quais trouxeram consigo conhecimentos acerca das associações cooperativas de produtores rurais de seus países de origem). (PINHO, 1966 e 1977; BENATO, 1994).

Há também registros que datam do ano de 1892, em Nova Venécia, atual Município de Antônio Prado/RS de que Vicente Monteggia teria fundado uma cooperativa agropecuária com estatutos redigidos em italiano. Por quanto tempo essa cooperativa teria existido não se sabe. O que se tem registrado é que alguns anos depois, Stéfano Paternó e o Padre Teodoro Amstad, iniciam a divulgação do cooperativismo nas regiões colonizadas pelos teutos e italianos.

Assim, ao longo das três primeiras décadas do século XX, as cooperativas agropecuárias surgem no Sul do Brasil, principalmente nas comunidades de origem alemã e italiana, conhecedoras do sistema cooperativista europeu, tendo como um dos seus principais divulgadores o italiano Stéfano Paternó. Esse período é retratado na literatura especializada em cooperativismo brasileiro, como movimentos espontâneos do cooperativismo nacional.

Da espontaneidade ao reconhecimento legal das associações de produtores/trabalhadores em cooperativas, o marco histórico do princípio cooperativista no Brasil surge no período da Primeira República, entre 1889 a 1930. Santana Nery, intelectual e historiador brasileiro, participou na França do Congresso Cooperativista de 1886, fato que o levou a publicar em maio de 1888 uma nota na Revista Financeira do Rio de Janeiro. Nessa nota, Santana Nery diz que as cooperativas seriam uma forma de reorganizar a produção e a comercialização

agrícola do país, diante da crise de trabalhadores criada em função da libertação dos escravos. Tanto que na constituição brasileira de 1891, assegura-se o direito de criação de associações cooperativistas e sindicais no país. Assim, as primeiras experiências cooperativistas institucionalizadas no Brasil datam do ano de 1888 a 1897<sup>86</sup>. (PINHO, 1966; 1977).

O quadro 3 sumariza as iniciativas cooperativistas particulares no Brasil fundadas a partir do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Quadro 3 - Associações cooperativas brasileiras: do Século XIX aos primeiros anos do século XX

ANO	LOCAL	RAMO DE ATUAÇÃO	IDEALIZADOR (ES)	ENVOLVIDOS
1829	Colônia Rio Negro (PR)	Agrícola	Sociedade cooperativa Colônia Rio Negro	Imigrantes alemães
1841	Palmital (SC)	Produção e consumo	Francês Benoit Jules de Mure	Imigrantes franceses
1847	Colônia Tereza Cristina (PR)	Agrícola	Médico Jean Maurice Faivre	Imigrantes franceses
1889	Palmeira (PR)	Agrícola	Eng.Agr. Giovanni Rossi	Imigrantes italianos
1889	Rio dos Cedros (SC)	Sem informação	Sociedades solidárias da Comunidade	Comunidade de Rio dos Cedros
1889	Ouro Preto (MG)	Sem informação	Sociedades solidárias da Comunidade	Comunidade de Ouro Preto
1891	Veranópolis (RS)	Agrícola	Vicente Monteggia	Imigrantes italianos
1891	Limeira (SP)	Companhia Telefônica	Empregados Cia. Telefônica	Empregados Cia. Telefônica
1894	Rio de Janeiro	Consumo	Cia Militar	Cia Militar
1895	Recife/Camaragib (PE)	Consumo	Proletariado Industrial	Proletariado Industrial de Camaragibe
1897	Campinas (SP)	Consumo	Cia Paulista de Estradas de Ferro	Funcionários da Cia
1902	Linha Imperial (Nova Petrópolis/RS)	Cooperativa de crédito	Padre Suíço Theodor Amstad	Imigrantes alemães
1907	Miraí (MG)	Agropecuária	Sem informação	Sem informação
1908	Urussunga (SC)	Agrícola		Imigrantes italianos
1911	Rio de Janeiro (RJ)	Agrícola	Sociedade Nacional de Agricultura	Soc.Nac.Agric. Sind.Central Agric. Brasil, Assoc. Agrícolas, agricultores isolados
1911	Salvador (BA)	Agrícola e de consumo	Sem informação	Sem informação
1913	Santa Maria (RS)	Consumo	Empregados Viação Férrea do RS	Empregados Viação Férrea do RS
1913	Garanhuns (PE)	Crédito agrícola mútuo, consumo e produção	Sem informação	Sem informação
1916	Ribeirão Claro	Crédito agrícola	Sem informação	Sem informação

<sup>86</sup> Destas experiências Pinho (1966, p.76) cita: a associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica (Limeira/SP) em 1881; Cooperativa Militar de Consumo em 1894, no então distrito Federal; a Cooperativa de Consumo de Camaragibe em 1895 e a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas/SP no ano de 1897.

	(PR)			
1920	Cruz Machado (PR)	Agrícola e de consumo	Padre Teodoro Drapienski	Imigrantes poloneses e ucranianos

Fonte: A autora com base em Luz Filho (1961); Pinho (1966 e 1977); Lima (1974); Benato (1994); Ocepar (2006).

Mas é somente a partir da década de 1930 que se verificam as efetivas campanhas de difusão do cooperativismo no Brasil por parte do governo<sup>87</sup>, sendo que, em 1932 surge o primeiro estatuto jurídico que regulamenta as cooperativas nacionais, o Decreto nº 22.239 de 19/12/1932. Por meio desse Decreto, os governos federal, estadual e alguns municipais, passam a estimular o cooperativismo como forma de solucionar os problemas da produção agropecuária, da comercialização e do consumo, tendo por objetivo abastecer o mercado interno e fornecer alimentos para o mercado externo (PINHO, 1966; 1977). Tanto que em 1933, por meio do Decreto nº 23.611, o governo institui os consórcios profissionais cooperativos<sup>88</sup>, determinando, por força de lei, que as associações de produtores rurais existentes até então deveriam se transformar nesses consórcios.

Depois da Revolução de 1930, ao perceber o potencial político-reformista do 'movimento cooperativo', o Estado engaja-se ativamente e passa a promover esta proposta visando amainar as recorrentes crises de abastecimento nos grandes municípios. As origens do cooperativismo agrícola no Brasil se encontram vinculadas à problemática do abastecimento, problemática esta que assume contornos de crise a partir das últimas décadas do século XIX, com o crescimento dos centros urbano-industriais. O cooperativismo surgiu como uma alternativa a essa situação, proposta inicialmente por grupos de produtores mercantis e a partir

<sup>87</sup> Segundo Pinho (1966, p. 76), o governo viu nas cooperativas uma das mais eficientes soluções para os graves problemas resultantes da conjuntura econômica mundial (oriundos da 1ª Grande Guerra e da crise de 1929) e de nossa própria estrutura econômica, fragilizada pelos longos anos do cultivo de monoculturas cana-de-açúcar e café e trabalho escravo.

<sup>88</sup> Por meio do decreto nº 23.611/1933 os consórcios profissionais cooperativos deveriam ter personalidade jurídica, a qual ocorreria por meio de registro na Diretoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministério da Agricultura. Assim, mediante várias medidas, o Estado assegurava o controle fiscal sobre os consórcios cooperativos. Com personalidade jurídica e por Decreto também proibia expressamente o seu envolvimento em qualquer atividade de ordem político-social ou religiosa. Limitava, também, o exercício dos cargos diretivos dos consórcios a brasileiros natos ou naturalizados, com residência de no mínimo três anos no país e no pleno gozo dos direitos civis. Ou seja, inicia-se o controle estatal no cooperativismo brasileiro. (SCHALLENBERGER, 2003).

da década de 1930, incorporado e incentivado pelo Estado. (FLEURY, 1983, p. 50-51).

O período que compreende o surgimento das primeiras cooperativas, 1829 até meados de 1950, ficou conhecido como a “era romântica do cooperativismo”, uma vez que, o objetivo principal destas associações era o de eliminar o intermediário da comercialização da produção agrícola dos cooperados. Para tanto, os imigrantes fundaram cooperativas coloniais. Mais tarde, a partir de 1950, essas cooperativas são substituídas pelas cooperativas agropecuárias, criadas pela ação direta do Estado. (PINHO, 1966 e 1977; SCHNEIDER, 1981; FLEURY, 1983; ZAMBERLAM; FRONCHETI, 1992; SCHALLENBERGER, 2004).

A evolução das cooperativas agropecuárias brasileiras, a partir de 1950, é marcada pelo associativismo e pelas características de empresa, uma vez que o mercado passa a impor regras de produção e de comercialização. A partir dessa demanda, pequenos, médios e grandes produtores rurais estabelecem alianças, via associação, com o sistema cooperativista implantado pelo Estado. (PINHO, 1966 e 1977; FLEURY, 1983; ZAMBERLAM; FRONCHETI, 1992).

Entre as décadas de 1950 e 1970, com as transformações na economia brasileira desencadeadas pelo programa de substituição de importações<sup>89</sup> e consequente industrialização, exige-se a modernização da agricultura nacional, a qual ocorre por meio da Revolução Verde<sup>90</sup>. Para que o processo de modernização da agricultura desse certo, o Estado delegou às cooperativas agropecuárias a responsabilidade de executar as políticas públicas voltadas para o setor rural, fato

---

<sup>89</sup> O Programa de Substituição de Importações fora deflagrado na década de 1930, com o Governo Vargas, contudo sua execução efetivamente ocorre a partir do governo JK, em 1950. Seu objetivo era promover a indústria da economia nacional, para tanto o programa propunha atender a demanda interna, substituindo produtos que até então eram importados.

<sup>90</sup> Processo de aumento da produtividade de cereais básicos, idealizado através do financiamento norte-americano, para permitir que a agricultura dos países em desenvolvimento aumentasse sua produção. Contudo seu êxito só foi alcançado em áreas em que a agricultura já estava modernizada, ocorrendo o inverso nas regiões mais pobres, que ainda utilizavam métodos tradicionais de cultivo (SANDRONI, 2003, p. 531). Fundamentada na melhoria da produtividade agrícola, substituindo formas de produção tradicionais por um novo conjunto de práticas tecnológicas. O Brasil optou pela adoção deste padrão tecnológico, através da estratégia agrícola contida no I PND. (TRINTIN, 2005).

esse que impulsionou fortemente a expansão dessas cooperativas, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país<sup>91</sup>.

Desde o ano de 1971, o sistema cooperativo nacional está sob a responsabilidade da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Constituída em 02/12/1969, essa organização foi institucionalmente legalizada com a Lei Federal nº 5.764/71, que no seu Art. 105º define que a representação do sistema cooperativista nacional caberia a OCB, sociedade civil, com sede em Brasília, caracterizada como um órgão técnico consultivo do governo e que se estruturou nos termos da citada lei, sem finalidade lucrativa e com neutralidade política e religiosa.

A Lei Federal 5.764/71 disciplinou a criação das cooperativas, contudo restringiu a autonomia dos associados, interferindo na criação, no funcionamento e na fiscalização dos empreendimentos cooperativos do país. Essa limitação só foi superada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual proíbe a interferência do Estado. A partir deste momento, as associações cooperativas iniciam processos de autogestão, modificando, sistematicamente a estrutura administrativa e de inserção de mercado das mesmas.

O que é nítido com a exposição dos parágrafos acima é a intervenção estatal no seio do cooperativismo agropecuário brasileiro. Como forma de facilitar a visualização dessa intervenção, o quadro 4 sintetiza parte da evolução da legislação cooperativista nacional desde a proclamação da república em 1889.

---

<sup>91</sup> Pinho (1966, p. 76) relata que a difusão das cooperativas no Brasil se deu de forma desigual pelas regiões do país. As regiões Sul e Sudeste, mais dinâmicas economicamente, eram as mais prósperas e com elas o sistema cooperativista se apresentou mais evoluído, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, concentrando já na década de 1940 mais de 65% das cooperativas brasileiras e mais de 70% do total nacional de cooperados.

Quadro 4 – Evolução da legislação cooperativista brasileira

LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA (Decreto, Lei, Medida Provisória)	DATA	CAPUT DO DOCUMENTO
Decreto nº 796	1890	Primeira lei cooperativista
Constituição Federal	1891	Art. 72§ 8º - A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública.
Decreto nº 979	1903	Conhecido como a lei geral dos sindicatos agrícolas, foi regulamentado pelo Decreto nº 6.532/1907, permitindo aos sindicatos organizar cooperativas.
Decreto nº 1637	1907	Definiu o conceito, as principais características e a forma de funcionamento da sociedade cooperativa. Regulou as sociedades cooperativas brasileiras. Art.13 – [...] adquirir personalidade jurídica e funcionar validamente [...].
Decreto nº 22239	1932	Aperfeiçoou o modelo jurídico de sociedade cooperativa e definiu o seu contrato social. No Art. 2º, definiu o conceito de sociedade cooperativa (importante marco jurídico para a consolidação do cooperativismo no país)
Decreto nº 23611	1933	Instituiu os Consórcios Profissionais Cooperativos, os quais absorveriam as associações de produtores rurais existentes e os demais sindicatos dessa categoria.
Constituição Outorgada pelo governo Vargas	1937	Permitiu que as unidades federativas pudessem legislar em matéria relacionada às sociedades cooperativas, facilitando a criação de cooperativas via políticas estaduais regionais.
Decreto-Lei nº 581	1938	Dispõe sobre registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas e revigora o decreto nº 22.239/1932.
Decreto nº 6980	1941	Aprova o Regulamento para a fiscalização das sociedades cooperativas estabelecidas no Decreto-Lei nº 581/1938.
Lei nº 5154	1942	Permitiu a intervenção estatal no funcionamento das cooperativas (vetada pela Constituição Federal de 1988).
Decreto nº 5893	1943	Dispõe sobre a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas.
Decreto nº 6274	1944	Altera disposições do decreto-lei 5893, de 19/10/1943.
Decreto nº 46.438	1959	Criou o Conselho Nacional de Cooperativismo.
Decreto nº 59 reg. Decreto nº 60597/1967	1966	Revogou o decreto nº 22.239/32.
Decreto-lei nº 1.110	1970	Criou o INCRA, dando-lhe poderes de controle, fiscalização, intervenção e assistência técnica às cooperativas.
Lei nº 5764	1971	Define a política nacional do cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências (ainda em vigor). Ressalta-se que seu objetivo maior foi o de sumarizar a fragmentada sucessão de Leis e de Decretos regulamentados a partir de 1932.
Constituição Federal	1988	Concedeu <i>status constitucional</i> às sociedades cooperativas no Brasil. No Cap.1, Art.5º, item XVIII: reconhece a independência administrativa das cooperativas em relação à interferência estatal em seu funcionamento.

Fonte: A autora com base em Frank et al. (1988), Perius (2001) e Bulgarelli (2002).

De acordo com o quadro 4, constata-se que o governo, desde a proclamação da república, incentivou o sistema cooperativo alicerçando-o via legislação. Esta regulamentação se fazia necessária à medida que as políticas agrícolas foram sendo implantadas e o sistema cooperativo, neste caso, o agropecuário, precisava se ajustar à realidade econômica de cada política. Para o

Estado do Paraná, mais precisamente a partir das regulamentações das Leis e Decretos promulgados a partir da década de 1950, as associações de produtores rurais passam a se tornar cooperativas, incluindo o interior do Paraná no sistema cooperativo agrícola nacional. O quadro 5 resume, a partir da década de 1950 até o final da década de 1980, as políticas agrícolas implantadas pelo governo diante do cenário econômico do país e que impactaram diretamente no dia a dia das cooperativas agropecuárias desse período.

Quadro 5 – Cenário e políticas agrícolas brasileiras de 1950 ao final da década de 1989

DÉC.	CENÁRIO ECONÔMICO	CENÁRIO AGRÍCOLA	POLÍTICA AGRÍCOLA	OBJETIVO E ABRANGÊNCIA DA POLÍTICA
1950 a 1970	a) gerar divisas para financiar as importações necessárias à industrialização (Política macroeconômica de substituição de importações).	a) abastecer os centros urbanos e gerar divisas; b) predomínio de monoculturas exportadoras; c) distância das áreas produtivas dos centros urbanos e portos; d) dificuldade de transporte (falta de rodovias) e de armazenagem das safras (falta de armazéns).	a) investimento público em rodovias federais (transportes) e armazenagem (melhoria da infraestrutura de comercialização); b) Investimento na modernização agrícola em larga escala; c) Sistema Nacional de Crédito Rural <sup>92</sup> (1965) (empréstimos a juro zero, 3 anos de carência e 5 anos para pagar).	a) modernizar o setor agrícola (insumos, equipamentos e maquinário); b) subsidiar a importação de insumos modernos; c) Ampliar o sistema de assistência técnica; d) fornecer crédito subsidiado para incentivar a produção agrícola em larga escala.
1980	a) instabilidade macroeconômica, altas taxas de inflação (prioridade gov. combater a inflação via corte de gastos públicos); b) implantação de quatro planos de estabilização econômica: - Plano Cruzado I (fev. 1986); - Plano Cruzado II (nov. 1986); - Plano Bresser (jul. 1987); - Plano Verão (jan. 1989).	a) aumento dos custos financeiros da agropecuária; b) limite de crédito rural para custeio (deixa de ser um instrumento de fomento); c) redução do seguro rural para 80% do valor financiado; d) alteração na taxa de juros do crédito rural (diminuição dos subsídios governamentais, as taxas são as de mercado); e) aumento da importação de alimentos.	a) Política de Preços Mínimos (PGPM), 1985; b) complemento à PGPM com os Empréstimos do Gov. Federal (EGF) e as Aquisições do Gov. Federal (AGF); c) política de incentivo ao uso de fertilizantes e compra de máquinas agrícolas.	a) PGPM objetivou proteger setor agrícola das oscilações acentuadas de preços na época da comercialização da safra, assegurando renda mínima p/o produtor rural. Responsável direta pelo aumento da produção de grãos no período; b) EGF: contrato de crédito para comercialização dentro do ano-safra. O Governo federal financiava estocagem de curto prazo, ampliando o poder barganha do produtor na safra. Permitiu a formação estoques reguladores. Estabilizou os preços dos produtos agrícolas fundamentais p/o consumo população; c) aumento da produção das regiões de fronteira agrícola (região Centro – Oeste)

Fonte: A autora com base em Lucena e Souza (2011), Belik e Paulillo (2001), Gasques e Spolador (2003).

<sup>92</sup> O Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR foi considerado a principal política de incentivo à agricultura brasileira da década de 1960 até meados da década de 1970. (DELGADO, 1985).

Em resumo, no quadro 5 relata-se que entre as décadas de 1950 a 1970 a conjuntura macroeconômica foi direcionada para o processo de industrialização e de expansão da fronteira agrícola<sup>93</sup>, como forma de modernizar a agricultura e dar suporte ao setor primário exportador. Nesse sentido, a política de crédito rural foi imprescindível para esta modernização e ocupação das novas fronteiras agrícolas do país (interior dos Estados do Paraná e de Mato Grosso). Durante a década de 1980, mesmo com um quadro macroeconômico desfavorável em função da 'década perdida', a agricultura brasileira cresceu porque o governo federal deu prioridade ao setor agrícola. Reconheceu sua importância para o desenvolvimento econômico e sua relevância para o ajustamento macroeconômico nacional, dada à crise.

Segundo Schneider (1981, p. 31-32), a análise do funcionamento do cooperativismo agrícola brasileiro "[...] sugere, desde uma perspectiva macro, o confronto do sistema com dois dilemas de fundamental importância e de difícil resolução a partir da dinâmica própria do movimento". De um lado, ele tende a tirar partido e a se ajustar às condições estruturais quando essas favorecem o desenvolvimento e a expansão da organização enquanto empresa, configurando-se então a primazia do econômico sobre o social. Do outro lado, esse mesmo sistema revela-se incapaz de neutralizar os condicionamentos estruturais hostis a uma atuação compatível com o conteúdo social da doutrina e dos princípios em que se apoia. Isto é, uma atuação que responda satisfatoriamente aos interesses e necessidades básicas da grande massa de produtores rurais, desprovidos dos meios que lhe assegurariam uma participação significativa nas atividades e benefícios decorrentes da ação cooperativa proposta.

#### 2.2.1.1 O cenário político, econômico e social brasileiro pré-cooperativas agropecuárias.

O Brasil deixa o século XIX e entra no século XX com uma estrutura produtiva e econômica voltada para o mercado externo. Herdeiro de um longo período de produção de extensas áreas de monocultura com a cana-de-açúcar e o

---

<sup>93</sup> Segundo Müller (1989, p. 49), fronteira agrícola pode ser entendida como áreas de ocupação agropecuária a partir das políticas de colonização e de assentamento de migrantes. "É um conjunto de atividades, uma combinação concreta de forças produtivas e de relação de produção que se introduz numa área de fronteira."

café<sup>94</sup>, produzidas por mão de obra escrava, o país detinha um precário mercado interno, circunscrito às poucos municípios existentes na época, cuja localização da maioria delas estava nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país.

Com a proclamação da república, em 1889, reforça-se o processo de imigração e de colonização europeia no Brasil. Contudo, o estabelecimento dessas colônias sofreu uma série de limitações e problemas advindos da falta de infraestrutura material e do sistema social existente na época. Inseridos num modelo de produção dominado pelas grandes propriedades de monoculturas, os imigrantes europeus tiveram que se ajustar ao padrão econômico-social brasileiro, uma vez que, advinham de pequenas propriedades de policulturas voltadas para o mercado interno e com base no trabalho familiar. (ERTHAL, 2011).

O governo da primeira república dá continuidade ao modelo latifundiário e de monocultura existente no país, dado que, do ponto de vista econômico, defendia o comércio exterior<sup>95</sup> como elemento chave da economia do país; para tanto, era premente a disponibilidade de mão de obra, a qual seria suprida via imigrantes europeus. Com a Lei de Terras de 1850, o processo de imigração se intensifica, uma

---

<sup>94</sup> Segundo Cano (1995) foi a economia cafeeira que iniciou a economia de mercado brasileira. Através do padrão de acumulação primário-exportador da economia cafeeiro-escravista, o país se capitalizou e esse capital propiciou o surgimento da base industrial nacional no município de São Paulo, que apesar de tardio, inicia-se em 1870 e se consolida em 1930.

<sup>95</sup> A defesa, por parte do governo, de manutenção da base produtiva brasileira em prol do mercado exterior, é histórica e cultural. Prado Junior (1984) aponta o comércio exterior enquanto consequência do capitalismo comercial e mercantilista europeu desde o século XVI, sendo esse, o principal elemento norteador da colonização brasileira. Neste sentido, os europeus estruturam suas colônias em grandes propriedades monocultoras, cuja produção seria transferida às respectivas metrópoles via comerciantes. É com essa configuração que Novais (1979) e Prado Junior (1984) concebem a sociedade colonial brasileira, uma sociedade de caráter empresarial. Ou seja, a colonização portuguesa no Brasil, teve por objetivo principal a produção e a posterior transferência de produtos agrícolas para Portugal. A imposição desse sistema mercantil provocou tamanha dependência da colônia brasileira à portuguesa, que inviabilizou a acumulação de capital na colônia, bem como o desenvolvimento de um mercado interno que pudesse sustentá-la. O cenário produtivo voltado à economia exportadora predominou no país até meados do século VXIII, foi este o principal motivo dos sérios problemas de abastecimento que os núcleos urbanos enfrentaram no país naquela época, no qual “a insuficiência alimentar tornou-se quase sempre a regra”. Somente com a retração da demanda externa de açúcar (final do século VXII) e o esgotamento das minas (meados do século VXIII) inicia-se com maior envergadura a plantação de gêneros alimentícios no país (PRADO JÚNIOR, 1984, p. 43).

vez que, o governo demandava grande volume de alimentos para o crescente mercado interno advindo da expansão das regiões urbanas do país.

É nesse cenário que as primeiras associações de produtores rurais surgem. O objetivo dessas associações era: a) enfrentar os atravessadores que ficavam com praticamente todo o lucro da produção da colônia; b) dividir o custo do transporte da produção, diante das distâncias e da falta de infraestrutura e; c) minimizar os problemas de logística e de armazenamento da produção.

Na região Sul do Brasil, a primeira associação de produtores rurais registrada foi a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli*, fundada no Rio Grande do Sul, na região de Veranópolis, em 1891. A partir daí, esse segmento se desenvolveu com vigor no Sul do País<sup>96</sup>, estimulado por imigrantes europeus que traziam do seu continente o conhecimento da doutrina cooperativista e buscavam a união para amenizar as dificuldades de começar a vida nova longe da terra natal. (BRASIL, 2006).

---

<sup>96</sup> Em 28/12/1902, nasce no Estado do Rio Grande do Sul a primeira cooperativa de crédito do país. Incentivada pelo Padre Theodor Amstad (grande conhecedor do sistema cooperativista europeu), na Linha Imperial (no atual Município de Nova Petrópolis). Essa cooperativa nascia nos moldes das Caixas Raiffeisen e era administrada por uma associação de agricultores católicos e evangélicos. Assim, o Estado do Rio Grande do Sul, se torna o berço do cooperativismo brasileiro. Colonizado por alemães e italianos, a população do Estado detinha alto grau de solidariedade e espírito associativista, advinda das práticas cooperativistas de seus países de origem. Conciliado a vontade política da época, o então Presidente do Estado sulino, Dr. Carlos Barbosa, em 1911, faz o seguinte pronunciamento em favor do sistema cooperativista: “os meios de impedir as adulterações mais do que o Governo, os possui vós, ó agricultores, somente associando-vos e constituindo cooperativas, podereis bem defender os vossos produtos, deles auferindo maior proveito”. Neste sentido, o então presidente sulista, convidou e custeou a vinda e a estadia do técnico e doutrinador cooperativista italiano, Giuseppe di Stéfano Paternó, o qual, quinze dias depois já fundava a cooperativa agrícola de Vila Nova, próxima de Porto Alegre. Orador de grande poder persuasivo, Paternó, não teve dificuldades de se comunicar com a população regional, fato que facilitou seu discurso de necessidade de cooperativas enquanto entidades de promoção e de proteção da produção agrícola daqueles agricultores, o que lhe permitiu percorrer toda a região colonial do estado disseminando a doutrina cooperativa (THENÓRIO FILHO, 2002). O poder persuasivo de que o autor fala é o mesmo que Bourdieu (2000, p.52 a 61) denomina de “*habitus linguístico*”. Esse *habitus* se refere à fala, entendida como uma competência linguística que se origina do conhecimento de determinada situação e que permite ao orador uma fala oportuna. Até porque o poder das palavras só se exerce sobre aqueles que estão dispostos a ouvi-las e a escutá-la, em suma, a crer nelas.

Portanto, foi no início dos anos 1900 que o cooperativismo agropecuário começou a ser delineado no Brasil, influenciado pelos princípios éticos cristãos e pela vivência societária dos imigrantes. O movimento seguiu principalmente o chamado “modelo alemão”, que defendia a educação cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas, a união de todo o sistema na defesa dos interesses comuns e a distinção entre o cooperativismo e a economia de mercado, sendo o primeiro marcado pelo comprometimento com a justiça social. (SCHALLENBERGER, 2009).

Eram as associações cooperativas estimuladas pelo social catolicismo veiculado pela Igreja da Imigração<sup>97</sup>. A vida associativa pregoada pelo social catolicismo tornou-se,

" [...] instrumento de modelação social, de promoção das mudanças sociais desejadas e de construção dos espaços sociais comunitários do Sul do país." "[...] tanto a igreja católica quanto a de confissão luterana buscou legitimar o seu campo religioso pela organização de comunidades, promovendo o seu bem-estar material e espiritual. Sob a luz da doutrina cristã, fomentou o associativismo [...]." ( SCHALLENBERGER, 2003, p. 10 e 13).

Diante da crescente demanda por alimentos, a colonização de parte do interior do Brasil, desencadeada pelo Governo Vargas (década de 1930), amplia a área de cultivo e o governo vê nas cooperativas agropecuárias a instituição que iria disseminar a agricultura moderna junto aos produtores rurais do interior do país. Nesse sentido, a colonização e a produção de alimentos das novas fronteiras agrícolas, garantiriam o fornecimento da matéria prima necessária para o processo de industrialização nacional.

É o Estado tecendo as regras do crescimento econômico brasileiro via mercado capitalista. Para Lipietz (1988), a formação de um mercado para o capitalismo compreende dois aspectos: o desenvolvimento do capitalismo em

---

<sup>97</sup> Este tema é profundamente discutido por Schallenberg (2009). Aqui parece pertinente destacar o relato descrito no artigo de 2003 (p. 15) onde o autor diz que: "A Igreja da Imigração, atenta aos vazios da colonização, tratou de mediar a organização do espaço público, tomando-se portadora de um discurso identitário e valendo-se para tal dos instrumentos da religião e da língua. Tratou, tão logo, de associar o espaço público à formação de comunidades religiosas, constituídas sobre os pilares das escolas paroquiais e das igrejas, que, além das funções da recreação cultural e do culto, dinamizaram a vida associativa".

profundidade, isto é, o desenvolvimento de uma agricultura e de uma indústria capitalistas em um território dado, preciso e bem delimitado; e o desenvolvimento do capitalismo por extensão, ou seja, a extensão de sua esfera de dominação sobre novos territórios.

Quer dizer, as relações inter-regionais são, antes de qualquer coisa, relações sociais. O que justifica o modelo de colonização adotado pelo governo Vargas no planejamento de ocupação do território brasileiro. Dividir o território em pequenas propriedades possibilitaria a vinda de famílias de pequenos agricultores, nas quais a mão de obra seria eminentemente familiar. Nesse modelo de ocupação, o trabalhador direto é o proprietário e possuidor dos seus meios de produção, cuja finalidade é a reprodução simples de unidade produtiva.

Nesse sentido, Lipietz (1988) diz que a primeira função do Estado é a organização do território, seguida da constituição de uma classe exploradora<sup>98</sup>, no caso da expansão das fronteiras agrícolas, as companhias colonizadoras. Na sequência, ocorre a mobilidade das forças de trabalho entre regiões e dessas alianças de classes nas estruturas regionais como forma de sobrevivência. Pouco a pouco, as forças de produção aumentam, “a população mais densa cria interesses, aqui comuns, lá antagônicos, entre as diversas comunidades, cujo agrupamento [...] provoca [...] a criação de órgãos para proteger os interesses comuns e defender-se contra os interesses antagônicos”. (op cit., p. 166).

Por isso da necessidade de se organizar a agricultura. Para Amaral (1958), produzir é organizar. O que há de mais importante na agricultura é a organização, e quando o autor fala em organização para a lavoura, ele fala de cooperativismo<sup>99</sup>. Relata que “o agricultor brasileiro vive isolado na sua gruta, sem contato nem com os seus pares, e com isso, sem conhecimentos dos progressos de sua arte, sem notícias das exigências do consumo para o qual produz”. (AMARAL, 1958, p. 276 – v.1).

---

<sup>98</sup> Para Harvey (2005, p. 64), o capitalismo, para que sobreviva, precisa criar um espaço novo para a acumulação. Nesse sentido, o Estado se compromete em criar estes espaços, dotando-os de infraestrutura necessária para a atração do investidor (foi o que aconteceu com a colonização do interior do Paraná).

<sup>99</sup> Em vista disso, Amaral publicou em 1938 o Tratado Brasileiro de Cooperativismo, no qual expressa a necessidade premente de organização agrícola no país via cooperativas agrícolas.

Diante dessa necessidade, o governo incentivou a fundação de cooperativas agrícolas como forma de organizar a produção do país. Para tanto, implantou o crédito agrícola para que os agricultores desenvolvessem suas propriedades e atendessem as demandas do processo de crescimento das indústrias nacionais da época. (AMARAL, 1958).

É nesse cenário que o sistema cooperativo agropecuário paranaense emerge.

### **3 QUADRO DE ANÁLISE**

#### **3.1 BASE METODOLÓGICA DA PESQUISA**

O aporte metodológico utilizado para a viabilização desta pesquisa levou em conta que o estudo e a análise da gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião Oeste paranaense perpassa pela cultura associativa dos produtores rurais que as fundaram e que permanecem no quadro social das cooperativas foco da pesquisa. Assim, de um modo geral, elas apresentam características e especificidades que requerem o resgate do processo histórico de surgimento dessas cooperativas e dos sujeitos que a fundaram, para que se possa compreender e, posteriormente, buscar os elementos que favoreceram a fundação e a manutenção dessas associações.

Para tanto, se fez necessário resgatar o processo histórico de formação, de colonização e de povoamento da mesorregião Oeste paranaense, para que se pudesse compreender os fatores políticos, econômicos e sociais de sua formação enquanto mesorregião, uma vez que, foi a partir dessa composição social que as cooperativas agropecuárias de alimentos surgiram.

Esse processo histórico foi obtido por meio de fontes secundárias:

- a) publicações de pesquisadores estaduais e nacionais que se propuseram a pesquisar, a analisar e a retratar o contexto histórico, político e econômico-social de formação, colonização e de povoamento da mesorregião em foco. Sendo esse o ponto de partida do estudo, até porque: "Não é que tudo já tenha sido pesquisado, mas quase tudo o que se queira pesquisar provavelmente esteja relacionado a um campo existente ou adjacente." (FLICK, 2009, p. 62). Entre os pesquisadores

- acima citados, destacam-se: a) quanto à história do Paraná: Martins (1944), Nicholls (1970), Wachowicz (1972, 1982), Padis (1981), Westplalen (1988), Colodel (1988), Piffer (1997), Nadalin (2001);
- b) quanto a história da mesorregião Oeste paranaense: Saatkemp (1984), Colognese e Schallenberger (1994), Freitag (2001), Gregory (2002), Lopes (2002), Balhana (2002), Colognese (2004, 2006), Klauck (2004), Rippel (2005), Schallenberger (2006);
- c) as cópias das Atas de fundação das cooperativas objeto de estudo, quais sejam: Copacol (Município de Cafelândia), C.Vale (Município de Palotina), Lar (Município de Medianeira), Coopavel (Município de Cascavel) e Copagrill (Município de Marechal Cândido Rondon).

A figura 3 apresenta a estrutura da base metodológica da pesquisa.

Figura 3 – Estrutura da base metodológica da pesquisa

<p>ABORDAGEM DE ANÁLISE</p> <p>↓</p> <p><b>QUALITATIVA</b></p> <p>Flick (2009) Bêrni (2002) Merriam (1998) Taylor e Bogdan (1984)</p>	<p>MÉTODOS DE PESQUISA</p> <p>↓</p> <p><b>DESCRITIVO e EXPLICATIVO</b></p> <p>Cooper e Schindler (2000)</p>	<p>TÉCNICA DE PESQUISA</p> <p>↓</p> <p><b>ESTUDO DE CASO</b></p> <p>Yin (2001) Cassel e Symon (1994) Triviños (1987)</p>
---	---	--

Fonte: A autora.

Portanto, a abordagem de pesquisa utilizada foi a qualitativa, uma vez que, se fez necessário o entendimento específico de um fenômeno, nesse caso a gênese das sociedades cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião Oeste do Paraná. A pesquisa qualitativa é definida por Taylor e Bogdan (1984) como humanística e indutiva, pois focaliza as pessoas, cenários e grupos como um todo, não os reduzindo a variáveis, procurando compreender as pessoas a partir de seu próprio quadro de referência. Ou seja, este tipo de pesquisa leva em consideração o contexto social em que ocorre o fenômeno, possibilitando sua descrição, ajudando a explicá-lo. (BÊRNI, 2002).

"A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida." (FLICK, 2009, p. 20). E, no

contexto desta pesquisa, estudar as sociedades cooperativas é estudar as relações humanas, é estudar as relações sociais destes sujeitos que fizeram sua história.

Assim, segundo Merriam (1998), quando o foco de uma pesquisa está sobre os participantes individuais e sociais, a pesquisa qualitativa possibilita uma abordagem mais consistente, propiciando ao pesquisador conhecer as perspectivas individuais e sociais do fenômeno que se está pesquisando. A pesquisa qualitativa também possibilita resgatar o processo histórico do fenômeno em estudo, através do qual se assinalam suas causas e consequências, contradições e relações, podendo, a partir destes elementos, definir a ação mais adequada ao processo de transformação da realidade pesquisada. Quer dizer, não se buscou captar, apenas, a aparência do fenômeno, mas sim sua essência, buscando explicar sua origem, evolução, relações e forças que foram responsáveis pela sua evolução e transformação ao longo do tempo (TRIVIÑOS, 1987).

Por isto da utilização de fontes secundárias. "[...] a pesquisa qualitativa trabalha, acima de tudo, com textos [...] o processo de pesquisa qualitativa pode ser representado como sendo um caminho da teoria ao texto e outro caminho do texto de volta à teoria." (FLICK, 2009, p. 14). Quer dizer, com base na análise das publicações dos pesquisadores que estudaram o processo histórico de formação e de composição da mesorregião Oeste paranaense, a partir da década de 1940, foi possível reunir os elementos que consubstanciaram a hipótese desta pesquisa. Até porque é por meio dos "[...] *insights* e das informações provenientes da literatura, enquanto conhecimento sobre o contexto [...]" que o pesquisador toma conhecimento do tema de pesquisa. (FLICK, 2009, p. 62).

Quanto ao acesso ao teor das Atas de fundação das cooperativas agropecuárias em estudo, extraiu-se o nome dos sócios fundadores e demais informações que estivessem registradas sobre sua condição civil, residencial e profissional dos mesmos. Essas Atas foram enviadas à pesquisadora por meio eletrônico, e-mail pessoal, entre os dias 06 a 24/10/2014, após contato telefônico, e eletrônico, via e-mail, ao setor de comunicação social e/ou de imprensa das respectivas cooperativas, de 01 a 03/10/2014.

Em termos de métodos de pesquisa, foram utilizados os métodos descritivo e explicativo. O método de pesquisa descritivo é utilizado quando da necessidade de se descrever as características de determinado fenômeno e estabelecer relações entre as variáveis do fenômeno. Já o método explicativo foi adotado porque a

pesquisa interessou-se na identificação das causas do surgimento de um determinado fenômeno. Desta forma, além de identificar as causas do surgimento das sociedades cooperativas se quis saber o quanto desse surgimento resultou da cultura associativa de seus fundadores. Outra finalidade da pesquisa explicativa é a utilização do referencial teórico construído como base para a explicação do fenômeno pesquisado (COOPER; SCHINDLER, 2000).

Assim, para que se pudesse resgatar a gênese do cooperativismo agropecuário da mesorregião em estudo, optou-se pelo estudo de caso, tido por Triviños (1987) como um dos principais tipos de pesquisa qualitativa. Nesta pesquisa, a unidade que foi analisada foi constituída pelas cooperativas agropecuárias de alimentos localizadas na mesorregião Oeste do Paraná. O estudo de caso consiste em uma investigação detalhada, na qual a pesquisadora coleta informações durante certo período. Essas informações possibilitaram a análise do contexto histórico e econômico-social em que o fenômeno ocorreu, bem como a compreensão dos processos nele envolvidos (CASSEL; SYMON, 1994).

Outra característica que apontou o estudo de caso como a metodologia mais adequada para a pesquisa é a ausência de controle sobre o fenômeno a ser pesquisado, uma vez que, o mesmo já aconteceu, sendo de competência da pesquisadora apenas investigá-lo e direcionar ações em prol do objetivo da pesquisa (YIN, 2001).

Desta forma, para que se pudesse viabilizar o objetivo desta pesquisa e a resposta à hipótese, foram identificados e analisados os principais elementos que compuseram a história de fundação das cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião Oeste do Paraná. Do mesmo modo, foi resgatado a história do processo de colonização e de povoamento dessa mesorregião e nela o contexto de surgimento das associações de produtores rurais que se tornaram, ao longo do tempo, nas cooperativas agropecuárias em estudo.

As informações obtidas através das fontes secundárias foram analisadas e sistematizadas de forma que pudessem constituir-se em elementos explicativos da gênese do cooperativismo agropecuário da mesorregião Oeste paranaense.

### 3.2 PARANÁ, UM ESTADO DO SISTEMA COOPERATIVADO: LEITURAS E RELEITURAS

O surgimento e a expansão das cooperativas agropecuárias no Paraná acompanharam a ascensão, estabilização temporária e o declínio dos grandes produtos da agricultura estadual até a década de 1970: o mate, a madeira e o café, e, a partir daquela mesma década, das *commodities* soja, trigo e frango. A penetração do capitalismo na economia do Estado deu-se, sobretudo, pela organização, em moldes comerciais, de uma agricultura destinada à exportação, com estruturas econômicas que vigoravam enquanto o mercado externo era favorável. (ARAÚJO, 1982).

Com o avanço da ocupação do território, novas cooperativas surgem ajustando-se aos contextos das diferentes regiões do Estado. Nesse sentido, as cooperativas agropecuárias tornaram-se as principais agentes da modernização e da industrialização da agricultura estadual. Ou seja, as cooperativas agropecuárias acompanharam as modificações do espaço rural paranaense de forma ativa e ininterrupta ao longo das décadas de 1960 a 1970, consolidando a implantação de lavouras modernas e da agroindustrialização no Paraná.

No primeiro momento de sua história, as cooperativas agropecuárias paranaenses foram fruto da organização dos colonos advindos do período de colonização dos imigrantes alemães, italianos, holandeses e poloneses, a partir das últimas décadas do século XIX. Esses imigrantes viviam em forma de comunidades, sendo a solidariedade e a cooperação uma de suas características mais marcantes<sup>100</sup>. (LIMA, 1974; SERRA, 2000; OCEPAR, 2006).

Essa cooperação passa a ser formalizada através de sociedades cooperativas de produtores rurais, sendo a pioneira delas a Colônia Rio Negro, hoje Município, no ano de 1829. Essa colônia era composta por um grupo de 248

---

<sup>100</sup> O que na concepção de Ferrinho (1978, p. 54-57) seria a vida social tranquila almejada pelos imigrantes. Sendo que essa vida seria consequência da solidariedade e da equidade entre as partes, base moral do cooperativismo. A solidariedade humana, a equidade nas relações sociais, o respeito do homem pelo homem e um ativismo constante alicerçado na educação cooperativa, seriam os princípios fundamentais do cooperativismo na visão do autor. Por isso é que se deve analisar o processo cooperativo enquanto uma associação de pessoas e não somente como uma empresa econômica.

alemães imigrantes que a fundaram. Ou seja, quinze anos antes do surgimento da cooperativa pioneira de Rochdale e dois anos após a fundação da primeira cooperativa de consumo, fundada por W. King em 1827 em Brighton, Inglaterra.

Outro registro de associação cooperativa da época data de 1847, com a Colônia Thereza Cristina, formada pelo médico francês Jean Maurice Faivre. Mas a primeira cooperativa paranaense destinada especificamente para o produtor rural e registrada de acordo com a Lei Estadual nº 32, de 02/07/1932, foi a de Ribeirão Claro, mesorregião Norte-Pioneiro, que desde 1916 funcionava como um sistema de caixa de crédito agrícola. (OCEPAR, 2006).

Durante o período de 1918 a 1930, o ucraniano Valentin P. Cuts foi o responsável pela fundação de quatorze cooperativas no Paraná<sup>101</sup>, entre elas a Sociedade Cooperativa de Consumo *Svitlo* (luz, em ucraniano) em Carazinho, município de União da Vitória e a Cooperativa Agrária de Responsabilidade Ltda<sup>102</sup>, Liberdade, em Vera Guarani, hoje município de Paulo Frontin. Seu objetivo era atender as necessidades dos imigrantes ucranianos e poloneses fixados na região Centro-Sul do Estado. Nesse mesmo período, o padre Teodoro Drapienski, em 1920, funda a Sociedade Cooperativa de Comércio União Lavoura<sup>103</sup>, atual município de Cruz Machado. (LIMA, 1974; SERRA, 2000; OCEPAR, 2006).

A tabela 2 sintetiza o ano de fundação e/ou instalação das cooperativas citadas no parágrafo acima, a partir das associações de produtores rurais das antigas colônias de imigrantes.

---

<sup>101</sup> Um dos canais utilizados por Cutz para difundir o ideal cooperativista entre os imigrantes na região foi o jornal em língua ucraniana *Pracia e Lavrador*.

<sup>102</sup> Cooperativa Agrária de Responsabilidade Ltda foi fundada em 1930, mas seu registro ocorre somente em 19/05/1942, por força do Decreto-Lei 581 de 1938, tornando-se a primeira cooperativa agropecuária brasileira registrada no país (OCEPAR, 2006).

<sup>103</sup> A Sociedade Cooperativa de Comércio União Lavoura, além de defender os interesses da classe dos produtores associados, propunha-se também a prestar assistência de caráter educativo e social, ampliando o espaço de convivência social daqueles produtores (LIMA, 1974, p. 46).

Tabela 2 – Estado do Paraná: Cooperativas agropecuárias de antigas colônias

Cooperativa	Fundação	Município	Colônia	Instalação	Origem
-----	1829	Rio Negro	Rio Negro	1829	Alemã
-----	1847	Cândido Abreu	Tereza Cristina	1847	Francesa
-----	1889	Palmeira	Palmeira	1889	Italiana
Mista Agropec. São José Ltda	-----	São José dos Pinhais	Murici	1897	Polonesa e italiana
Afonso Pena Ltda	-----	Curitiba	Afonso Pena	1908	Alemã e polonesa
Mista Iguassu Ltda	-----	Curitiba	Afonso Pena	1908	Alemã e polonesa
-----	-----	Ribeirão Claro (Norte PR)	-----	1916	-----
De Consumo <i>Svitlo</i> Agrária Com.União Lavoura	-----	União da Vitória Paulo Frontin Cruz Machado	Carazinho Liberdade	1918 a 1930	Ucraniana e polonesa
Garcês Ltda	-----	Curitiba	Garcês	1935	Alemã e polonesa
Maracanã Ltda	-----	Castro	Maracanã	1935	Alemã
Mista Cipó Ltda	-----	Castro	-----	1935	Alemã
Agropecuária Batavo Ltda	1935	Castro	Carambeí	1911	Holandesa
Castrolanda Ltda	1951	Castro	-----	-----	Holandesa
Central Agropec. Ltda	1951	Guarapuava	-----	-----	Alemã
Mista Agropec. Witmarsun Ltda	1952	Palmeira	Witmarsun	1951	Holandesa
Central de Laticínios PR	1954	Castro	Carambeí	1911	Holandesa
Agropec. de Arapoti Ltda	1960	Arapoti	Arapoti	1960	Holandesa

Fonte: A autora com base em Lima (1974) e Serra (2000).

As cooperativas acima citadas foram surgindo à medida que os imigrantes se instalavam e iniciavam a produção agropecuária. No período das antigas colônias, as associações cooperativas eram vistas como uma forma de se proteger dos atravessadores e conseguir alocar a produção no mercado local e regional de forma mais lucrativa. No entanto, sua atuação era bem mais abrangente, executando na maioria das vezes as funções inerentes ao poder público da época, como: a) intermediar os agricultores imigrantes junto às autoridades e os estabelecimentos de crédito; b) colaborar no planejamento e na organização das colônias em termos de infraestrutura (estradas, energia, entre outros); c) assistência técnica às lavouras; d) promoção do ensino; e) assistência médica e hospitalar. (LIMA, 1974).

O surgimento das cooperativas agropecuárias no Paraná, a exemplo de outros estados brasileiros, também foram incentivadas por parte do governo em tempos de crises econômicas, como as cooperativas do café do Norte do Estado. O

cooperativismo agrícola, ao longo do tempo, acompanhou os ciclos econômicos do Estado, quais sejam: o ciclo da erva-mate (final do século XIX até meados do século XX), o do café (1930 até o início de 1970) e dos cereais: trigo, soja e milho (a partir de 1970 até os dias de hoje) (TAVARES, 1985). Ressalta-se que as cooperativas do mate<sup>104</sup> foram implantadas na região Sul do Estado a partir de 1943 e a dos cafeicultores, região Norte, a partir de 1957<sup>105</sup>. Ambas as culturas, mate e café, faziam parte da pauta de exportação do país na época. Assim, essas cooperativas, desde seu início, se caracterizaram “por um alinhamento econômico que tinha, numa ponta, a produção de matérias-primas alimentares e na outra, consumidores estrangeiros pagando em dólares por essas matérias-primas”. (SERRA, 2000, p. 145).

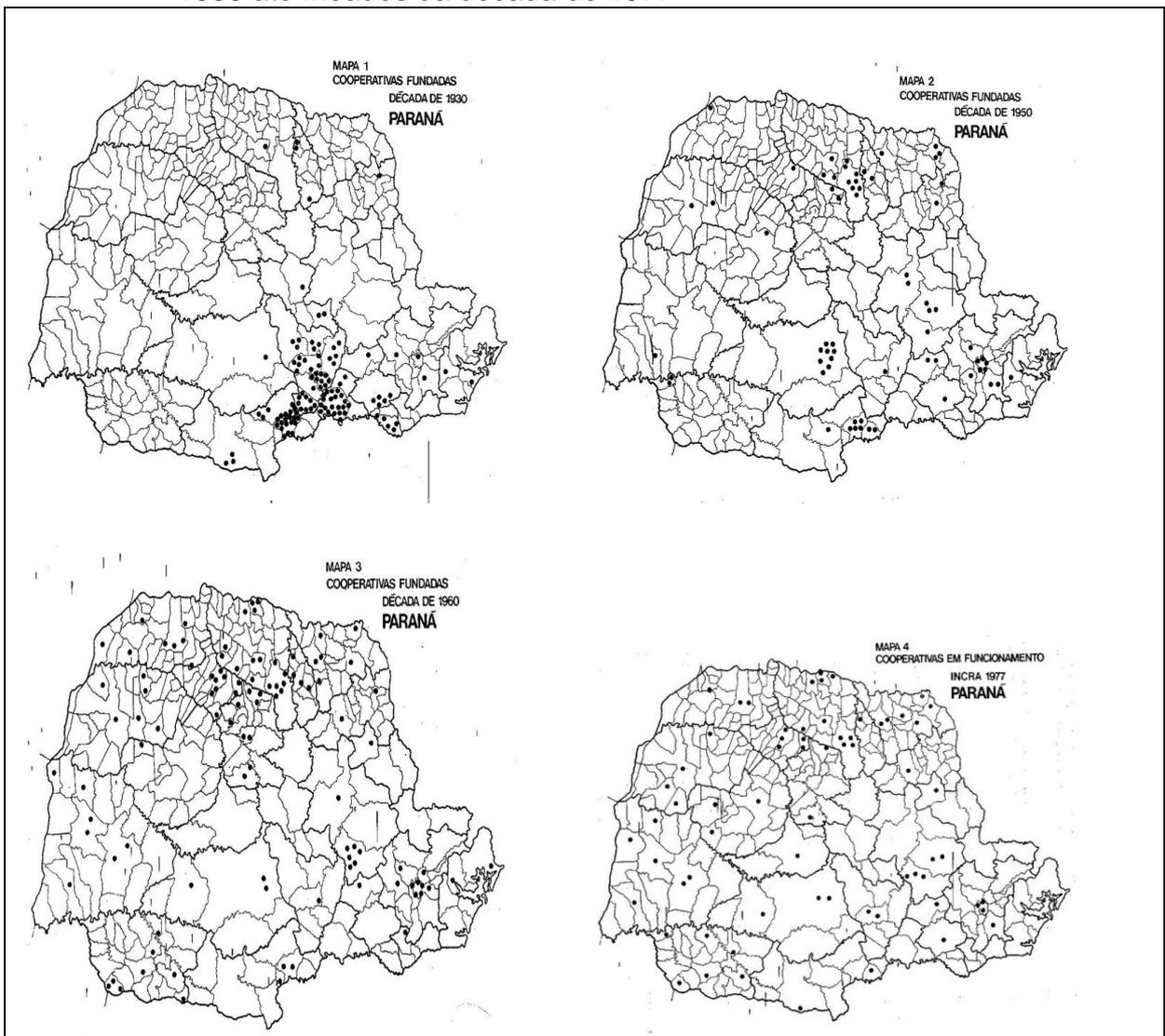
De acordo com a figura 4 é possível visualizar a evolução do número de cooperativas agrícolas no Paraná e o quanto esse aumento estava relacionado com os ciclos econômicos do Estado.

---

<sup>104</sup> As cooperativas de produtores de mate começaram a ser estruturadas a partir de 1943 sob a orientação da COCPM - Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate, criada pelo governo Federal. Maiores detalhes ver: Lima (1974) e Linhares (1953).

<sup>105</sup> Foi o café que abriu as portas para o cooperativismo na região Norte do Paraná. A cultura cafeeira foi responsável pela rápida ocupação da região por migrantes paulistas que detinham a habilidade de produzir a cultura. Maiores detalhes ver Cancian (1981).

Figura 4 – Mapas do Estado do Paraná com a pontuação, por municípios, da evolução do número de cooperativas fundadas a partir da década de 1930 até meados da década de 1977



Fonte: A autora com base em Araújo (1980).

Segundo Araújo (1980), no mapa 1 da figura 4, as cooperativas fundadas ao longo da década de 1930 refletiram o ciclo da erva mate, mais precisamente, quando a produção encontrava-se em grave crise de comercialização, fato que incentivou os ervateiros a se organizarem em associações cooperativas com o objetivo de comercializar a produção de seus sócios.

O mapa 2, da figura 4, reflete as cooperativas fundadas ao longo das décadas de 1940 e 1950. No final da década de 1940, as cooperativas do mate entram em declínio em função da crise do mercado exportador da época<sup>106</sup>. Nesse

<sup>106</sup> O declínio do setor ervateiro refletiu-se em todas as etapas da comercialização do mate, sacrificando sobremaneira o produtor do

mesmo período tem-se o registro de algumas cooperativas relacionadas à produção do açúcar e seus derivados (região que hoje compreende a Região Metropolitana de Curitiba). Já na década de 1950, duas grandes regiões do Estado concentram um número significativo de cooperativas. Toda a grande região Norte avança na produção do café<sup>107</sup> e do algodão (esse especificamente no extremo nordeste do Estado), fato que instigou a criação de várias associações cooperativas entre os produtores<sup>108</sup>. Quanto à região Centro-Sul multiplicavam-se as associações de cooperativas ligadas ao setor de laticínios e dos produtores de trigo<sup>109</sup>.

A década de 1960, Mapa 3 da figura 4, é marcada pelo expressivo crescimento das cooperativas ligadas ao café (região Norte do Estado). Também nessa região outras cooperativas são criadas em função do algodão e da cana-de-açúcar. Surgem também cooperativas ligadas ao trigo na recém-colonizada região Oeste e Sudoeste do Estado, inserindo essas regiões no circuito nacional da economia agrícola mercantil.

Já o mapa 4 da figura 4, ilustra a situação das cooperativas estaduais a partir das fusões e integrações provocadas pelo Plano Integrado<sup>110</sup> executado pelo governo do Estado a partir da década de 1970. Ao longo dessa década, as cooperativas agropecuárias do Paraná são inseridas nos programas do governo federal que objetivavam modernizar a agricultura brasileira, via introdução do plantio de *commodities* e de mecanização das lavouras; para tanto, as cooperativas eram estratégicas para o êxito deste programa, como já foi exposto nas páginas

---

interior os quais, apesar da sociedade via cooperativas não foi suficiente para sua sobrevivência. (ARAÚJO, 1980).

<sup>107</sup> Em 1952, o Governo Federal cria o Instituto Brasileiro do Café, responsável pela política econômica do café brasileiro no mercado interno e externo. Entre seus objetivos estava o de incentivar a criação de cooperativas. (ARAÚJO, 1980).

<sup>108</sup> De acordo com Pinho (1966), a multiplicação do número de cooperativas de produtores de café no Paraná deve-se a dois fatores: a) predomínio de pequenas e médias propriedades e; b) a dependência desses junto aos maquinistas do café, que passaram a agir com intermediários dos bancos.

<sup>109</sup> A criação dessas cooperativas foi impulsionada pelo Decreto Federal nº 22.239/1932, que regulamentou programas específicos de associações cooperativas. Os produtores rurais das colônias de imigrantes formadas por alemães, poloneses, holandeses, russos, entre outros, radicados na região, adquiriram terras com o objetivo de cultivá-las e de entregar nas cooperativas toda a produção obtida, para que a mesma a vendesse para o mercado consumidor. (ELFES, 1973 apud ARAÚJO, 1980).

<sup>110</sup> Este Plano Integrado será apresentado e discutido neste mesmo capítulo, nas páginas seguintes.

anteriores. Ou seja, tanto o mate quanto o café, tiveram grande importância econômica e social para as regiões onde seu cultivo era praticado, tanto que o governo, por meio das cooperativas, subsidiava a produção e a respectiva comercialização daqueles produtos.

Das cooperativas do mate e do café para as da soja e do trigo, a concepção foi a mesma. Com o declínio da produção do café no Norte do Estado e a introdução das *commodities* soja e trigo, as lavouras passam a ser mecanizadas, as quais, diante das condições edafoclimáticas favoráveis da região alcançam altos índices de produtividade. Nesse contexto, o governo passa a subsidiar largamente o cultivo das mesmas, injetando recursos financeiros que possibilitariam os financiamentos necessários à mecanização e à compra dos insumos para a produção da soja e do trigo. Esse processo financeiro gerou um novo fôlego às cooperativas estaduais, o que para Serra (2000) foi reflexo direto da expansão do cultivo da soja e do trigo. Para o autor, essas culturas foram a salvação da agricultura estadual, uma vez que fortaleceram o cooperativismo paranaense que estava em formação desde a década de 1950 e que entra em declínio com a produção do café.

Com a introdução do cultivo de *commodities*, advindos da importação do pacote tecnológico americano conhecido como Revolução Verde, o Governo decide reorganizar as cooperativas paranaenses, ajustando-as à estrutura de empresas comerciais. É nesse período que o Técnico em Cooperativismo Henry H. Gerber, se instala em Curitiba, capital paranaense, no final da década de 1960. Atuando junto ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA<sup>111</sup>, Gerber auxilia na organização de três cooperativas agrícolas situadas na mesorregião Oeste do Paraná: Copagrill (Município de Marechal Cândido Rondon), Coopagro (Município de Toledo) e Coopavel (Município de Cascavel).

Essa decisão por parte do governo foi reflexo de outras experiências cooperativistas bem sucedidas, tanto no Estado do Paraná quanto em São Paulo. No Paraná essas experiências foram: Cooperativa Batavo (1925, Município de Castro, mesorregião Centro-Oriental), Agrária (1930, no Vera Guarani, hoje

---

<sup>111</sup> Criado no primeiro governo do regime militar (Gov. Castelo Branco), fez parte do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), a partir do qual se cria o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), os quais, em 1970, por meio do Decreto nº 1.110 são absorvidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (INCRA, 2012).

Município de Paulo Frontin (mesorregião Sudeste), Agro-Mate (1930, mesorregião Centro-Sul), Witmarsun (1952, município de Palmeira, mesorregião Centro-Sul), Capal (1960, município de Arapoti, mesorregião Centro-Oriental), e no Estado de São Paulo a Cooperativa Cotia (1927, município de Cotia, RMSP). (OCEPAR, 2006).

Diante deste quadro, em 1966, é criado o COFEP – Conselho de Coordenação e Fomento ao Cooperativismo do Paraná<sup>112</sup>, cuja finalidade era a manutenção de uma equipe de trabalho em regime de mútua colaboração para coordenar e orientar o desenvolvimento do cooperativismo estadual. Já o INCRA atuou fortemente no sistema cooperativista estadual, assessorando os projetos de integração das cooperativas até meados da década de 1970<sup>113</sup>. Após esse período, suas funções se restringiram a fiscalizar as cooperativas até a promulgação da Constituição de 1988. (OCEPAR, 2006).

Assim, ao longo da década de 1970, o governo estadual implanta o Plano Integrado que objetivou reorganizar as cooperativas existentes no Paraná<sup>114</sup>. Três

---

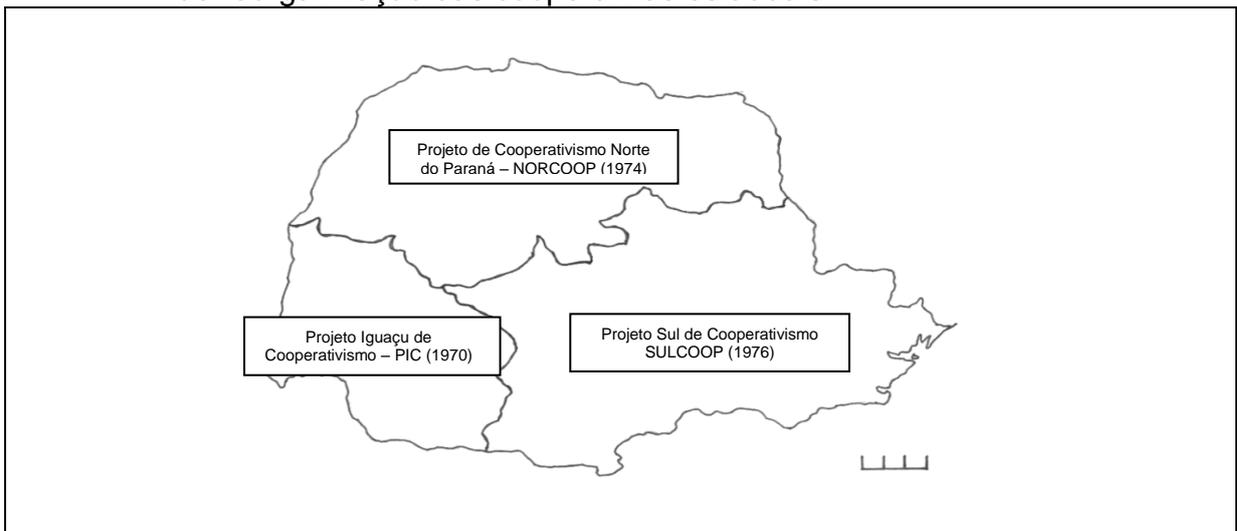
<sup>112</sup> O COFEP era administrado por um conselho composto pelos titulares da Delegacia Regional do INDA, Departamento de Assistência ao Cooperativismo e Departamento de Economia Rural, ambos da Secretaria de Agricultura do Paraná, pela Acarpa (hoje Emater), pelos Bancos do Brasil e Nacional de Crédito Cooperativo e por Henry H. Gerber. (OCEPAR, 2006).

<sup>113</sup> Antes da atuação do INCRA, foi criado no Paraná em 20/05/1956, o Serviço de Extensão Rural. Esse serviço surgiu em decorrência de convênio firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, denominado Escritório Técnico de Agricultura- ETA Projeto15. Tendo por objetivo prestar assistência técnica aos produtores rurais do Estado. Foram instalados sete escritórios municipais: Foz do Iguaçu, Campo largo, Prudentópolis, Rebouças, São Matheus do Sul, Toledo e União da Vitória. Ao término da vigência do convênio e diante da relevância do projeto é criado em 04/12/1959 a ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), vinculada à SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento) como forma de manter os trabalhos de assistência técnica ao produtor rural. Em 1977, por meio da Lei nº 6.969 é criado a EMATER/PR (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) a qual absorveu as atividades da ACARPA. (EMATER, 2012).

<sup>114</sup> Este plano integrado seguiu a mesma divisão territorial adotada pelos autores do livro História do Paraná de 1969, no qual o Estado é dividido em três grandes áreas de acordo com as *ondas de colonização* ocorridas. Essas três grandes áreas eram: a) Região Centro-Sul ou tradicional, ligada à onda de povoamento que se expandiu desde o séc. XVII de Paranaguá e Curitiba em direção aos campos gerais, com a criação de gado e mais tarde com a indústria do mate e da madeira de pinho; b) Região (Projeto) Norte com o povoamento de paulistas e nordestinos movidos pelo transbordamento da cultura cafeeira, diretamente ligada ao Estado de São Paulo; e c) Região (Projeto) Sul com o povoamento dos colonos dos Estados do Rio Grande do Sul e de

projetos específicos fizeram parte desse plano: Projeto Iguaçu de Cooperativismo – PIC (1970), Projeto de Cooperativismo Norte do Paraná – NORCOOP (1974) e o Projeto Sul de Cooperativismo – SULCOOP (1976). De acordo com Lima (1974), o documento base que regulamentou tal plano determinava que essas três entidades deveriam levar em conta suas responsabilidades específicas no campo do cooperativismo, trabalhando em conjunto e de forma integrada, para que não houvesse contradições ou dispersão de suas atividades. Também definia para cada cooperativa, desde que considerada viável, sua área de atuação e de abrangência, para tanto, além da sede, foram definidos os locais de seus respectivos entrepostos<sup>115</sup>. Por meio da figura 5, é possível visualizar as áreas de abrangência no Estado de cada Plano.

Figura 5 – Mapa do Paraná com a divisão territorial proposta pelo Plano Integrado de reorganização das cooperativas estaduais



Fonte: A autora com base em Lima (1974) e Serra (2000).

Ou seja, o cooperativismo agropecuário paranaense, até a década de 1950, estava concentrado na região de Curitiba e nos Campos Gerais, sendo capitaneado

---

Santa Catarina, com sua agricultura de subsistência (cereais) e criação de suínos. (LIMA, 1974).

<sup>115</sup> Entrepostos são construções menores pertencentes à determinada cooperativa. Sua finalidade é estender o atendimento da sede aos associados de sua área de abrangência. Para tanto, dispunham de infraestrutura semelhante ao da sede como: armazéns, comercialização, fornecimento de insumos, crédito, assistência técnica, produção de sementes e educação cooperativista. De 1976 a 1987 foram implantados 641 entrepostos no Paraná. (MARANDOLA; RODRIGUES, 1988).

pelos imigrantes europeus que aportaram no Estado até aquele período. Esses imigrantes eram de origem alemã, italiana, holandesa, polonesa e ucraniana.

A partir da década de 1950, o cooperativismo agropecuário estadual surge no interior paranaense. Na mesorregião Oeste e Sudoeste é idealizado pelos filhos dos colonos sulistas, descendentes de imigrantes alemães e italianos que colonizaram o interior gaúcho e catarinense nas primeiras décadas do século XX. Nas mesorregiões que compõem o extenso território do Norte do Estado, foi idealizado por migrantes paulistas, mineiros e descendentes de imigrantes japoneses que migraram do Estado de São Paulo.

Contudo, a sistematização e organização territorial das cooperativas agropecuárias paranaense foram promovidas pelo Estado, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1960 e da de 1970. A criação e a implantação do Plano Integrado deixam explícita essa intervenção estatal no seio do cooperativismo estadual, como forma de estimular a espacialização das cooperativas, fortalecendo as que apresentassem reais condições de sobrevivência e desestimulando as inviáveis economicamente.

Segundo Lima (1974) e Serra (2000), o governo entendia que delimitar as áreas de abrangência das cooperativas agrícolas seria estratégico para o processo de desenvolvimento econômico do Estado.

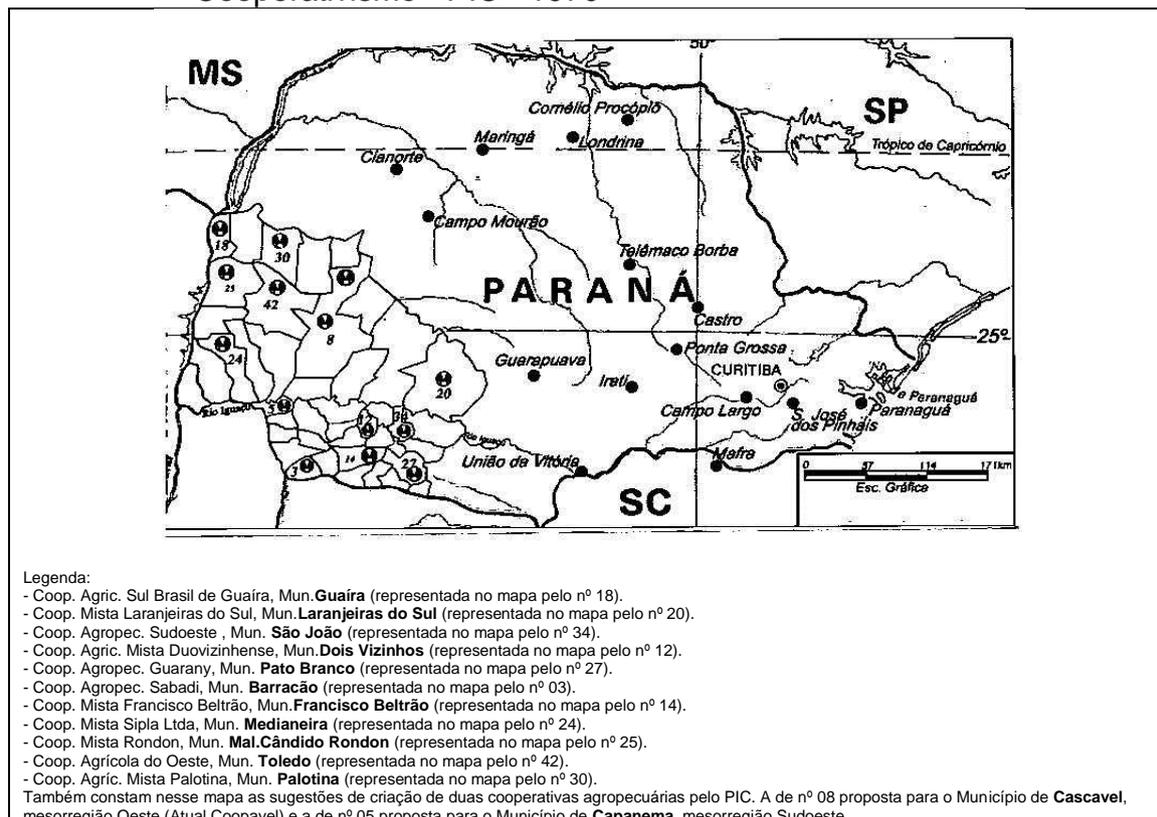
O Projeto de Cooperativismo Norte do Paraná – NORCOOP foi criado em 1974 e sua área de abrangência compreendia 173 municípios das mesorregiões Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro, num total de 20 cooperativas. Em sua área de atuação já havia a instalação de algumas indústrias e de grande diversificação de culturas, as quais além da soja e do trigo produziam também algodão, cana-de-açúcar e café. Também havia a produção de óleo e de farelo de soja. (MARANDOLA; RODRIGUES, 1988).

O Projeto Sul de Cooperativismo – SULCOOP, criado em 1976, englobou 69 municípios das mesorregiões Centro Oriental, Centro Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba, num total de 15 cooperativas (IPARDES, 1974). A principal característica dos produtores das mesorregiões de abrangência do Sulcoop era de uma produção de baixa técnica, cuja mão de obra era praticamente familiar e girava em torno da pecuária, com poucas extensões de terra destinadas ao cultivo de soja e trigo. (MARANDOLA; RODRIGUES, 1988).

Já o Projeto Iguazu de Cooperativismo – PIC - foi criado em 1970. Sua área de abrangência compreendia 45 municípios das mesorregiões Oeste e Sudoeste, dos quais, 44 sediavam cooperativas agropecuárias naquele ano, sendo todas incorporadas ao projeto. Dessas cooperativas, somente 11 foram consideradas viáveis economicamente, as quais estão destacadas na figura 6. Também fora organizado a criação de cooperativas centrais<sup>116</sup>, responsáveis pela coordenação da integração das cooperativas regionais.

Aqui cabe questionar: no processo de desativação das 33 cooperativas que ocorreram com o PIC, levou-se em conta ou ignorou-se o critério social do processo? Fica aqui um tema para uma próxima pesquisa.

Figura 6 - Mapa do Estado do Paraná com destaque para as áreas de ação das cooperativas das mesorregiões Oeste e Sudoeste - Projeto Iguazu de Cooperativismo - PIC - 1970



Fonte: A autora com base em Marin (2005, p. 55).

<sup>116</sup> São consideradas cooperativas centrais aquelas fundadas nas capitais dos Estados ou municípios que constituem mercados de exportação de produtos ou centros de zona economicamente dependente, com o objetivo de promover a defesa integral de determinado produto ou produtos, em regra, destinados à exportação (ART. 36, DECRETO-LEI Nº 22.239/32). Em 1987, o Paraná constava com 06 cooperativas centrais e 01 confederação. (RODRIGUES, 2000).

O Plano Integrado implantado no Estado ao longo da década de 1970, além do organizar o sistema cooperativado do setor agropecuário, possibilitou o crescimento quantitativo das unidades de atendimento. Por meio desse crescimento, as cooperativas e seus respectivos entrepostos induziram a ampliação e a melhoria das estradas rurais e das BRs e PRs paranaenses, como forma de transportar a produção e os insumos necessários ao cultivo dos cereais. A demanda por estradas também se fez necessária em função do expressivo aumento da frota de veículos das cooperativas (de 630 veículos em 1976 para 3.217 em 1987) utilizados para a prestação de serviços junto aos seus associados. Ou seja, em onze anos houve um aumento de 11 vezes mais na frota de veículos das cooperativas e de 6 vezes mais no número de funcionários.

Essas melhorias possibilitaram o aumento do número de associados e com esses o aumento do fornecimento de produtos. Assim, o número de funcionários das cooperativas cresceu significativamente, de 5.961 em 1976 para 35.218 em 1987. (MARANDOLA; RODRIGUES, 1988).

Isso posto, Rocha (1999) dividiu o movimento cooperativista agropecuário paranaense em três momentos: a) até 1930, com os movimentos pré-cooperativistas, responsáveis pela origem de várias colônias de produtores rurais cujas associações se transformaram nas cooperativas agropecuárias das décadas seguintes; b) de 1930 até 1970, com o surgimento das cooperativas agropecuárias advindas das associações de produtores rurais das colônias de migrantes distribuídas pelo Estado e; c) a partir de 1970, período em que o cooperativismo agropecuário estadual passa por intenso processo de reestruturação em função do Plano Integrado e de seus projetos regionais PIC, NORCOOP e SULCOOP.

Com base no exposto nos parágrafos acima, o sistema cooperativado agropecuário paranaense adentra no século XXI com cooperativas agropecuárias verticalizadas, cujo modelo de gestão se ajusta às demandas de mercado e às políticas do comércio internacional.

Contudo, o caminho até o ano 2000, transcende a conjuntura político-econômica estadual descrita nos parágrafos acima. E é esse caminho que será retratado nos próximos parágrafos.

### 3.2.1 Mesorregião Oeste paranaense e as cooperativas agropecuárias: uma história atrelada ao contexto histórico, econômico e social de uma mesorregião em construção

Partindo do referencial teórico construído e da descrição do processo de criação e de desenvolvimento do sistema cooperativo agropecuário nacional e estadual, esta etapa da pesquisa pretende relatar e analisar a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião Oeste paranaense.

A colonização do interior paranaense, principalmente de suas áreas rurais, é recente. Mesmo assim, transcorreu de forma relativamente rápida e, em menos de um século, estruturou toda a base econômica e social do interior do Estado.

O interior do Paraná era, até o início do século XX, basicamente habitado por povos indígenas e por caboclos. Com exceção da região de Curitiba até os Campos Gerais, as demais regiões eram cobertas por densa floresta recortada por rios e povoada por índios e caboclos<sup>117</sup>. Com o governo de Getúlio Vargas, a partir da década de 1930, se inicia um programa de ocupação e de colonização das terras do interior do Estado e, entre essas terras, estava a mesorregião Oeste<sup>118</sup>.

Por meio do Governador Moisés Lupion, que por duas gestões esteve à frente do governo do Estado do Paraná, 1947-1951 e 1956-1960, “[...] o Paraná assistiu a uma intensa transformação no cenário populacional e ocupacional do seu território.” (KLAUCK, 2004, p. 10). Com a instalação de núcleos coloniais, planejados e comercializados por companhias colonizadoras particulares que adquiram títulos de terras devolutas<sup>119</sup>, o governo estadual incorpora a política nacional de expansão de fronteiras agrícolas, a partir da “Marcha para Oeste” e estabelece a rápida colonização e o povoamento de toda a região Oeste do Estado.

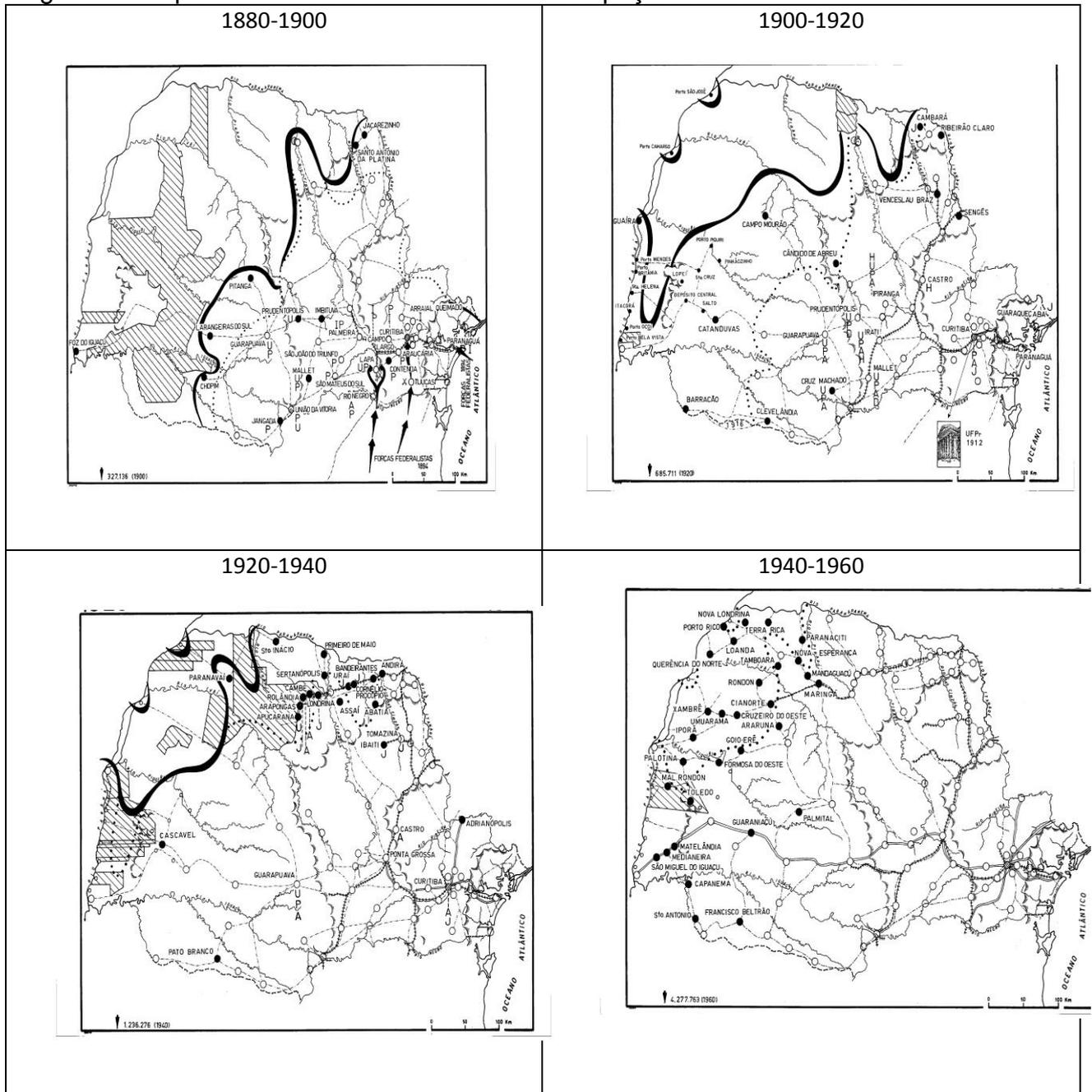
<sup>117</sup> A palavra caboclo vem do tupi *kareuóka*, que significa da cor de cobre; acobreado. Mestiço de branco com índio (FERREIRA, 2010, p. 123.)

<sup>118</sup> Segundo Colongese e Schallenberger (1994) a história do Oeste do Paraná detém relações próximas com o histórico do tenentismo no Brasil, inserindo-se no contexto nacional de ocupação de fronteiras das décadas de 1920 e 1930.

<sup>119</sup> Terras devolvidas que indicavam terras dadas por sesmarias que não foram cultivadas e, portanto, devolvidas à Coroa Portuguesa. Com o tempo, o termo foi sendo usado para referir-se a terras livres, não ocupadas, as quais, uma vez discriminadas, tornar-se-iam parte do patrimônio do poder público, tanto federal quanto estadual. São terras públicas. (MOTTA, 2010, p. 469-470).

Por meio da figura 7, é possível visualizar a eficiência do programa de governo em colonizar e habitar o interior paranaense.

Figura 7 - Mapas do Estado do Paraná com a ocupação territorial: 1880 - 1960



Fonte: A autora com base em Cardoso e Westphalen (1981).

A figura 7 acima mostra que as mesorregiões Oeste, Sudoeste, Noroeste e Centro-Occidental paranaense foram às últimas regiões estaduais a serem colonizadas, sendo a mesorregião Oeste uma das últimas (WACHOWICZ, 1982; COLODEL, 1988; WESTPHALEN, 1988; GREGORY, 2002). De acordo com esses

autores, o processo de ocupação dessa região ocorreu à medida que o movimento "Marcha para Oeste" foi executado.

A "Marcha para Oeste"<sup>120</sup> foi o lema que impulsionou o movimento político-econômico deflagrado no início da década de 1930, ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas. Era uma política nacional de caráter expansionista que visava à integração do território brasileiro, conciliando a isso, a organização territorial necessária à ampliação e à exploração produtiva das extensas áreas fronteiriças, que ainda estavam praticamente inabitadas no país. (GREGORY, 2002; LOPES, 2002).

Para Wachowicz (1982, p. 144), o intuito do governo era "horizontalizar quistos étnicos, econômicos e sociais". Especificamente no Paraná, até a década de 1930, a população estadual se concentrava em maior número na região Leste do Estado, estendendo-se no máximo até os Campos Gerais. Nesse sentido, a "Marcha para o Oeste" contribuiu diretamente no processo de ocupação do interior paranaense e, nesse na mesorregião Oeste<sup>121</sup>. Para tanto, o governo estadual executa as ações determinadas pelo governo federal, as quais objetivaram, entre outras metas, a implantação de colônias agrícolas<sup>122</sup>, a abertura de novas estradas e a construção de obras de saneamento rural. (GREGORY, 2002; LOPES, 2002; KLAUCK, 2004).

Parte da operacionalização da "Marcha para Oeste" ocorre no ano de 1945, quando o então Presidente Getúlio Vargas, sancionou o Decreto-Lei nº 7.967/1945<sup>123</sup> que dispôs sobre a imigração e a colonização no território brasileiro.

---

<sup>120</sup> Mais detalhes acerca da "Marcha para Oeste", ver Lopes (2002).

<sup>121</sup> Segundo Wachowicz (1982), o território do Oeste paranaense era conhecido como o "sertão paranaense". Esse "sertão" era habitado pelos *obrageros* (proprietário da *obrage*, empresas que contratavam os *menssus* que eram os trabalhadores da região de origem paraguaia (GREGORY, 2002, p. 89), sendo a maioria deles de nacionalidade argentina). Eram esses *obrageros* que exploravam ilegalmente a erva-mate e a madeira nativas da região.

<sup>122</sup> Para Lopes (2002), a implantação de colônias agrícolas era imprescindível para o êxito da política de transportes do governo na época, uma vez que, sem a devida construção e ampliação da infraestrutura de transportes do interior do país para os grandes centros urbanos, seria impossível viabilizar o escoamento da produção das colônias.

<sup>123</sup> Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945, publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - em 06/10/1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Acesso ao texto original: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940->

Entre seus artigos, definiu, no Título III - Povoamento, Capítulo I - Colonização, o significado das palavras colonizar, colonização e núcleo colonial<sup>124</sup>. Também regulamentou, no Art. 38, a forma do processo de imigração, deixando clara a categoria da imigração dirigida: "Realiza-se imigração dirigida quando o poder público, empresa ou particular promoverem a introdução de imigrantes, hospedando-os, localizando-os". No inciso 1º, também deixa claro quem deveria colonizar: "Dar-se-á preferência a famílias que contem pelo menos com 8 pessoas, aptas para o trabalho, entre quinze e cinquenta anos".

Uma vez sancionado o Decreto-Lei nº 7.967/1945, o governo federal em conjunto com o governo estadual, delegou, a algumas companhias colonizadoras particulares, a responsabilidade de colonizar a mesorregião Oeste paranaense. Como critérios gerais, definiu que a estrutura fundiária deveria ser composta por pequenas propriedades rurais, de 10 a 25 alqueires. Essa estrutura garantiria uma ocupação maior e mais rápida da região. Também possibilitaria, em função da proximidade das propriedades, maior relacionamento entre as famílias de produtores, o que favoreceria o desenvolvimento de estruturas sociais mais coesas, o aumento populacional (matrimônios) e com ele o provimento de gêneros alimentícios, cujos excedentes abasteceriam os mercados locais, regionais e nacionais.

Posto isso, a partir do ano de 1945, duas empresas colonizadoras<sup>125</sup> se destacam e iniciam o processo de colonização da mesorregião Oeste<sup>126</sup>. De posse

---

1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html

<sup>124</sup> Art. 46 - "**Colonizar** é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais". Art. 47 - "A **colonização** é considerada de utilidade pública, cabendo à União e aos Estados desenvolver a colonização oficial e fomentar e facilitar a de iniciativa privada" (sem grifo no original). Ou seja, a colonização era a ocupação dos espaços vazios com o objetivo de transformá-lo economicamente ativo por meio da ocupação efetiva.

<sup>125</sup> Reconhecida pela literatura histórica estadual (MARTINS, 1944; WACHOWICZ, 1972, 1982; NADALIM, 2001; GREGORY, 2002; KLAUCK, 2004), essas colonizadoras, após a extração e venda da madeira, iniciaram um processo de povoamento e de colonização dirigido. Ou seja, dividindo as terras em lotes coloniais buscaram, sobretudo nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, descendentes de imigrantes europeus que tinham por ofício a agropecuária, trabalhavam no regime da agricultura familiar e que desejassem migrar para novas fronteiras agrícolas. Na época, o

da permissão do governo para executar o plano de povoamento e de colonização da região, o território é dividido e é definida a área de ação de cada uma. Ou seja, as companhias colonizadoras desse período, de posse das terras, as demarcavam em lotes urbanos, chácaras e colônias. Nesse processo, colônia significava uma propriedade rural com 10 alqueires e colonos os clientes dessas companhias. (BALHANA<sup>127</sup>, 2002). O quadro 6, a seguir, apresenta o nome dessas empresas colonizadoras e área de abrangência de cada uma delas.

Quadro 6 - Empresas colonizadoras que se destacaram no processo de colonização da mesorregião Oeste do Paraná

NOME	ANO FUNDAÇÃO/ PERÍODO DE ATUAÇÃO	SEDE	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
------	--	------	---------------------

Paraná era tido como a fronteira agrícola nacional mais promissora.

<sup>126</sup> Cabe ressaltar que o Município de Foz do Iguaçu não estava no conjunto de terras a ser colonizado. Foz do Iguaçu já era povoado desde o ano de 1888, com 324 pessoas (188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 05 franceses, 02 uruguaios, 02 orientais e 01 inglês, além dos índios caingangues, segundo o historiador Martins(1944). Naquela época era uma colônia militar de defesa da fronteira brasileira e pertencia ao Município de Guarapuava. No ano 1918 torna-se Município de Foz do Iguaçu, por meio da Lei Estadual nº 1783. Maiores detalhes acessar: <http://www.pmfi.pr.gov.br>

<sup>127</sup> Altiva Pilatti Balhana (1929-2009). Historiadora e professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Conhecida na academia estadual como a principal estudiosa da colonização italiana do Paraná.

Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. - MARIPÁ <sup>128</sup>	1946	Toledo	Microrregião de Toledo (desde os municípios de Toledo a Marechal Cândido Rondon e demais municípios de entorno) região conhecida na época por Fazenda Britânia
Pinho e Terras	1946	Céu Azul	Microrregião de Foz do Iguaçu e Município de Palotina
Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda (desmembramento da Pinho e Terras)	1950	Medianeira	Microrregião de Foz do Iguaçu
Colonizadora Gaúcha Ltda (desmembramento da Pinho e Terras)	1950	São Miguel do Iguaçu	Microrregião de Foz do Iguaçu
Colonizadora Matelândia Ltda (desmembramento da Pinho e Terras)	1950	Matelândia	Microrregião de Foz do Iguaçu
Colonizadora Terras e Pinhais Ltda (desmembramento da Pinho e Terras)	1950	São Jorge/Foz do Iguaçu	Microrregião de Foz do Iguaçu
Colonizadora Crissiuma Ltda (desmembramento da Pinho e Terras)	1950	Santa Terezinha de Itaipu	Microrregião de Foz do Iguaçu

Fonte: A autora com base em Colodel (1988, 2002), Freitag (2001) e Gregory (2002).

Os autores citados no quadro 6, também destacam em suas obras as características do colonizador que deveria ser atraído para a mesorregião Oeste. Predominantemente, esses colonizadores deveriam ser de origem gaúcha e do Oeste catarinense<sup>129</sup>, descendentes dos imigrantes alemães e de italianos, cristãos católicos que colonizaram o interior daqueles Estados. Ou seja, as colonizadoras buscaram pessoas de uma mesma origem étnica ou de origens que já haviam se adaptado a convivência coletiva, como os alemães e italianos. Eram esses migrantes almejados, pois eram, reconhecidamente, trabalhadores comprometidos com a terra. (GREGORY, 2002).

<sup>128</sup> A Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. - MARIPÁ, com sede no município de Porto Alegre (RS), adquiriu no início da década de 1940 glebas de terras pertencentes à Fazenda Britânia, no período de vigência do Território Federal do Iguaçu. Segundo Saatkamp (1984), Colodel (1988), Westphalen (1988) e Gregory (2002), essa companhia se tornou a mais importante e exitosa no processo de colonização da mesorregião Oeste do Paraná, uma vez que, todos os lotes de terra estavam legalizados perante o Estado, possibilitando efetivar a venda por meio de contratos. Nesses contratos estavam previstos, além dos quesitos legais da compra e venda da terra, o aparato jurídico-contábil que assegurava a lisura do processo.

<sup>129</sup> A colonização do Estado de Santa Catarina foi praticamente feita por imigrantes europeus. Ao longo do século XVIII, os portugueses açorianos colonizaram o litoral do Estado; os alemães colonizaram o Vale do Itajaí, parte da região Sul e o Norte ao longo do século XIX; e os italianos colonizaram a região Sul no final do mesmo século. Já o Oeste catarinense foi colonizado principalmente por descendentes de italianos e alemães que migraram do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX (ZABOT, 2009).

"Esse agricultor, descendente de imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimação no país, conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em que trabalha [...]", era o colono almejado pelas colonizadoras para dar frente à produção agropecuária da mais nova fronteira agrícola brasileira, a do Oeste paranaense, afirmava Ondy Hélio Niederauer, chefe dos escritórios da Maripá, no ano de 1955. (SAATKAMP, 1984, p. 43).

Outra característica desses colonos era a familiaridade com a doutrina cooperativista, por meio do associativismo, tema amplamente explorado pelos pesquisadores Schallenberger (2006; 2009) e Colognese (2004; 2006).

Assim, é no Oeste do Paraná que os ítalo-alemães reproduzem o mesmo modelo de ocupação utilizado pelos seus avós e pais em território gaúcho<sup>130</sup> e catarinense. Ou seja, a compra de pequenas propriedades de terra onde seria explorada a policultura via mão de obra familiar. É a reprodução colonial do final do século XIX, "fundada na manutenção de uma cultura, hábitos e costumes trazidos e cristalizados pelo isolamento [...]". (NADALIN, 2001, p. 84).

Desta forma o Oeste do Paraná foi definitivamente colonizado, tendo por base populacional famílias de migrantes colonos das antigas colônias italianas e alemãs dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como, de alguns eslavos do leste do Estado. Sendo que, ao longo das décadas de 1940 a 1960, a região passa de 145.000 habitantes para 295.000. Ou seja, 116.000 migrantes chegaram e colonizaram a mesorregião Oeste paranaense em 20 anos. (NICHOLLS, 1970, p. 50). Esses dados são ratificados por Padis (1981, p. 159), quando o autor afirma que "[...] pelo menos metade da população presente em 1960, nessa parte do território paranaense, era de origem gaúcha. [...] pode-se tranquilamente afirmar que perto de duas terças partes dos migrados são provenientes do Estado Sulino"<sup>131</sup>.

---

<sup>130</sup> Termo utilizado para referir-se ao território do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>131</sup> Aqui cabe destacar a obra de Oberg e Jabine (1960), quando da publicação do livro "Toledo - Um município da fronteira oeste do Paraná". Nessa obra, os autores (professores e pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro da área de Antropologia/Geografia) analisam *in loco*, nos anos de 1958/59, as características da colonização regional. Diante da magnitude dos fatos históricos publicados esta obra se torna referência para outros autores que estudaram a histórica da colonização da mesorregião Oeste paranaense, como Padis (1981), Wachowicz

Reconhecida como região de terras férteis, após duas décadas de sua colonização, o Oeste do Paraná contribui no aumento de 8 para 32% da produção de feijão do Estado, de 4 para 28% de arroz, de 21 para 27% de milho e de 0,2 para 20% de algodão. (NICHOLLS, 1970, p. 55).

Os índices acima cancelam o êxito dos programas privados de colonização que foram executados na mesorregião Oeste do Paraná. Precusores de uma migração dirigida rural-rural, as Companhias colonizadoras, propiciaram o desenvolvimento não só econômico dessas regiões, mas também social, uma vez que vários desses migrantes conseguiram ascender social e economicamente.

A figura 8, a seguir, ilustra o avanço do processo de formação dos primeiros municípios da mesorregião Oeste do Paraná, da década de 1940 a 1960, e a tabela 3 a evolução populacional da década de 1950 até o ano de 1980.

Figura 8 - Mapa do Estado do Paraná, com destaque para a mesorregião Oeste e a evolução de seus municípios - 1940-1969

Municípios existentes na década de 1940	Municípios existentes na década de 1950
---	---

---

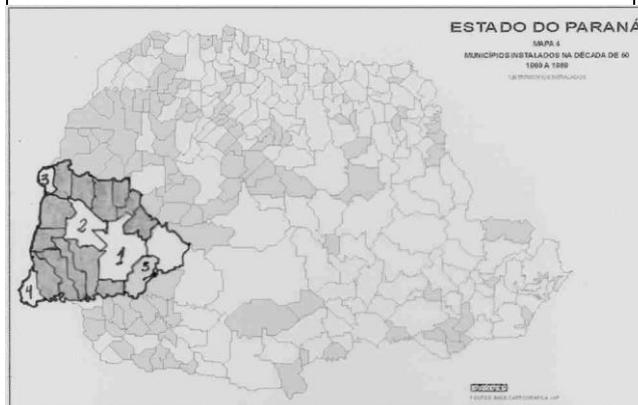
(1988), Mellos (1988), Colognese e Schallenberger (1994), Rippel (1995) e Piffer (1997).



O espaço geográfico de número 4 refere-se ao total da área de abrangência do município de Foz do Iguaçu no ano de 1940. Já o espaço marcado com o número 5 refere-se ao espaço que o município de Guarapuava ocupava na região.

Em 1950, a região ainda possuía apenas um município, Foz do Iguaçu – 4, porém contava com outros quatro núcleos urbanos na categoria de distritos, 1 - Cascavel, 2- Toledo, 3 - Guaíra, 5 - Guarapuava. Destes, três tornaram-se municípios durante a década – Cascavel, Guaíra e Toledo.

Municípios existentes até o ano de 1969



Neste período, a região passa a contar com mais 14 municípios e diversos distritos. Destacando-se: 1 - Cascavel, 2- Toledo, 3 - Guaíra, 4-Foz do Iguaçu e 5 - Guarapuava.

Fonte: Rippel (2005, p.80, 90 e 92).

Tabela 3 - Evolução da criação dos municípios e população na mesorregião Oeste paranaense - 1950 - 1980

CENSO	Nº DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
1950	1	16.421	3.404	13.017	20,73
1960	4	113.752	29.843	84.412	26,24
1970	19	763.723	152.354	611.948	19,95
1980	20	953.364	490.662	452.902	51,47

Fonte: Iparades (2008).

Ou seja, especificamente no interior do Paraná, a partir da década de 1940, o processo de povoamento e de colonização ocorreu por meio de migrações, sendo

grande parte delas dirigidas<sup>132</sup> e planejadas. Nadalin (2001) faz referência ao termo *enxamagem*<sup>133</sup>, utilizado por Roche (1969) ao tratar do processo de deslocamento dos descendentes de alemães a partir dos núcleos de colonização implantados no Rio Grande do Sul. Para Nadalin (2001) foi a *enxamagem* que consolidou o povoamento e a colonização do interior paranaense.

Segundo Balhana (2002), das várias pesquisas feitas sobre imigração/migração e meio rural paranaense, obteve-se evidências de que a integração cultural das etnias imigradas/migradas esteve condicionada, em maior ou menor grau, ao entrosamento das colônias na estrutura econômica regional/estadual da época<sup>134</sup>.

Esses colonos deixaram seus locais de origem em busca de um futuro promissor em uma nova terra. Para tanto colocaram em prática o modo de vida que conheciam e, nesse modo de vida, a vida associativa e solidária fazia parte do dia a dia da colônia, a qual foi reproduzida para as novas colônias paranaenses. Ao migrarem, esses colonos trouxeram consigo não apenas seus bens materiais, mas também seus valores socioculturais cristalizados na cultura étnica alemã, italiana e polonesa.

As festas da colônia/comunidade eram momentos ímpares em que as famílias dos colonos se reuniam e se integravam. Essas festas já eram realizadas

---

<sup>132</sup> Segundo Pinheiro Machado (1968) o sistema de colonização desenvolvido no Paraná tinha por objetivo estabelecer uma civilização camponesa à maneira da Europa. Formavam-se colônias com distribuição de terras para a agricultura, no regime de pequenas propriedades agrupadas ao redor de uma aldeia, visando o abastecimento dos municípios. Os colonos, que eram camponeses europeus, deveriam aqui desenvolver a mesma atividade que desenvolviam em seus países de origem, com as mesmas técnicas.

<sup>133</sup> Segundo Roche (1969), a ampliação da *enxamagem* gerou uma extensão dos laços de parentesco onde ocorreu a implantação da cultura migratória europeia. Geralmente dois ou três irmãos emigravam juntos ou se encontravam na nova colônia. Esse fato estreitava e mantinha os laços de parentesco, o que mantinha uma coesão ao mesmo tempo afetiva e social.

<sup>134</sup> Entre estas pesquisas, a autora cita: Santa Felicidade (colônia de imigrantes italianos formada em 1878), Colônias Octávio, Sinimbu e Virmond (compostas por imigrantes alemães do Volga, entre 1877-78), Colônia de Witmarsum (reimigrantes menonitas em 1951) e as colônias Santa Cruz e Pau Furtado (formada por russos brancos entre 1959-1960). Todas, com exceção da primeira, localizadas nos Campos Gerais. Após as análises, ficou evidente a importância do entrosamento das colônias na economia de mercado regional, não apenas enquanto veículo de integração cultural, mas como condição de sobrevivência e de expansão do grupo imigrado. (BALHANA, 2002, p. 338).

nas colônias de origem dessas famílias e, geralmente, eram de cunho religioso. A religião era o elo de fé que selava as tradições comunitárias entre as famílias e entre as colônias.

Os migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste do Paraná conservavam uma tradição cultural que não fora apenas marcada pela identidade étnica, mas também pela manutenção do idioma e pela religião. Essa tradição cultural formou um sistema de símbolos e de valores comuns que eram partilhados por todos na colônia. Foram esses símbolos e valores que geraram as ações coletivas que desencadearam as associações de produtores necessárias à sobrevivência destas colônias. Ou, nas palavras de Seyferth (1985, p. 1), "os mecanismos que asseguraram a manutenção da estrutura social camponesa têm como base a tradição". Até porque, "o indivíduo isolado nada pode, nada consegue, enfim, nada pode ser". (RAMBO, 1988, p. 191).

Ou seja, os colonos que migraram para o Oeste paranaense oriundos dos núcleos coloniais gaúchos e catarinenses, preservaram o forte vínculo comunitário centrado no espírito associativista e nas tradições religiosas de seus pais e avós. Esse fato lhes atribuiu certa identidade, a identidade de colonos descendentes de alemães e de italianos que estavam habituados à produção agropecuária a partir de sua própria unidade familiar.

É no entender de Cuhe (1999, p.182) uma identidade cultural, tida como "uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato". A "construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo, orientam suas representações e suas escolhas". Ou seja, a identidade de determinado grupo social existe porque há outra que a respalda.

Mas por que desta escolha? Assim como os imigrantes europeus que aportaram no país no final de século XIX e início do século XX, seus descendentes mantiveram as tradições étnicas e culturais dos seus antepassados. Entre essas tradições estava o hábito de imigrar e de migrar. A motivação de possuir um pedaço de terra para cultivar e manter o módulo familiar moveu parte das grandes imigrações europeias transoceânicas do século XVIII e XIX para o continente americano<sup>135</sup>.

---

<sup>135</sup> Para Nadalin (2001, p. 8-9), "[...] uma história de migrações, de deslocamento de população, revela comportamentos, padrões de

Grande parte dos imigrantes europeus daquela época visualizou nas terras americanas, mais precisamente nas terras da América do Sul, a possibilidade de fazer fortuna, de manter a estrutura familiar de origem e de construir comunidades onde pudessem, entre outras coisas, viver sua cultura e cultivar sua fé.

A terra representava acima de tudo a possibilidade de produzir a sobrevivência, dar o conforto mínimo à família, organizar uma comunidade de fé, junto a qual se desenvolvia boa parte da vida social e, também, a solidariedade para enfrentar as dificuldades típicas desse tipo de colonização. (RADIN, 2003, p. 22).

Nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais brasileiros, as autoridades nacionais e a própria imprensa discutiam o tipo de trabalhador que deveria ser atraído para as terras brasileiras. Havia certo consenso de que o camponês europeu detinha as características que se almejava: branco, com estrutura familiar consolidada, apego a terra como forma de torná-la produtiva e principal fonte de sobrevivência, religioso e com forte espírito comunitário.

Ou seja, a política de colonização valorizou a concessão de terras às famílias europeias, por entender que a manutenção do núcleo familiar seria uma forma de garantir a permanência dos imigrantes nas áreas coloniais.

Em termos de Sul do país, a colonização europeia foi idealizada no âmbito de uma política imigratória, voltada ao povoamento do território nacional, conduzida pelo Estado. O processo de ocupação ocorreu, principalmente, nas terras consideradas devolutas, conforme definição legal para as terras públicas na Lei nº 601 de 1850, e prosseguiu ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, conformando *paisagens culturais* criadas por colonos estrangeiros e seus descendentes. As colônias mais antigas receberam, principalmente, imigrantes alemães; os italianos e poloneses vieram depois, já no último quartel do século XIX. Foram essas três nacionalidades as majoritárias nas colônias, apesar do registro de

---

relações sociais, momentos de crise. Traduz fenômenos culturais e, nesses e outros aspectos, as migrações permitem-nos compreender os fatos humanos - entre outros, políticos, religiosos e econômicos". As migrações, na visão do autor, são fenômenos sociais "[...] eminentemente históricos [...] o ato de migrar está associado ao nosso cotidiano, à procura de algo melhor, sempre mais adiante".

imigrantes franceses, suíços, austríacos, russos, suecos<sup>136</sup>. (SEYFERTH, 2012, p. 14).

Já no interior do Paraná, o processo de colonização e de povoamento não foi casual, mas sim definido por uma política de governo que visava ampliar a área de produção agrícola tendo, para tanto, que colonizar a última fronteira agrícola da região Sul do país (naquela época as mesorregiões Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná). Nesse sentido, o objetivo do governo transcendia o fato de apenas colonizar e povoar, era preciso definir que tipo de colonizador deveria ser atraído para esse interior.

O interior paranaense, reconhecido e divulgado como fronteira agrícola, a partir da década de 1920, através dos integrantes da Coluna Prestes que haviam partido do Rio Grande do Sul e, sobretudo, a partir do governo de Getúlio Vargas (1930), configurava-se altamente atrativo para a migração rural-rural. Esse novo espaço agrícola vinha de encontro às limitações econômico-sociais enfrentadas pelas antigas colônias de imigrantes europeus gaúchos e catarinenses<sup>137</sup>.

Cientes da situação econômica das famílias do interior gaúcho e catarinense e em atenção às demandas de governo em colonizar o interior do Paraná, com famílias de produtores rurais descendentes de europeus, as companhias de colonização privadas Maripá e Pinho e Terras, organizaram intensas campanhas de divulgação e de propaganda voltadas para as áreas coloniais daqueles Estados.

---

<sup>136</sup> O fato mais notório na contagem estatística oficial, que levou em conta o passaporte do imigrante, é o mascaramento da nacionalidade real. Muitos imigrantes classificados como austríacos eram italianos do Norte da Itália, de uma região sob domínio político do Império austro-húngaro; da mesma forma, a designação *russos* do quadro “movimento migratório no Brasil de 1819 a 1947”, elaborado por Arthur Hehl Neiva e J. F. Carneiro (cf. apêndice em CARNEIRO, 1950), possivelmente incluía os poloneses que chegaram em número significativo a partir de 1890, e não constam nas estatísticas oficiais porque não existia o Estado polonês (SEYFERTH, 2012, p. 14).

<sup>137</sup> O interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foi colonizado por imigrantes e descendentes de europeus. Grande parte desses colonizadores era de origem alemã e italiana, os quais vivenciaram a partir das décadas de 1940-1950, o esgotamento produtivo de suas terras e a inviabilidade de subdivisão dos lotes rurais diante do grande número de filhos que formavam as famílias (WAIBEL, 1979, WESTPHALEN, 1988). Esses fatos motivaram seus descendentes e famílias a migrar para novas fronteiras agrícolas, sendo o interior do Paraná uma dessas fronteiras.

Para tanto, utilizaram jornais de grande circulação local, escritos nos idiomas de origem dos colonos<sup>138</sup>.

Esses jornais destacavam as vantagens da nova fronteira agrícola, tais como: fertilidade da terra, a produtividade, a abundância de madeiras de lei, a existência de estradas e de rios e veios de águas loteados juntos às propriedades. Enfatizavam também a legitimidade e a legalidade das terras, fato que viria de encontro aos anseios dos migrantes em adquirir a própria propriedade. Também divulgavam o nome dos representantes das companhias tanto nas colônias gaúchas e catarinenses quanto nas principais localidades em que os negócios seriam feitos. (RADIN, 2003; MEZZOMO, 2002)

Outro fato importante era o cuidado que as companhias colonizadoras tomavam no quesito credo religioso dos colonos. Como a maioria deles eram italianos e alemães cristãos, católicos ou evangélicos luteranos, utilizavam na redação dos jornais um "forte apelo étnico-cultural ligado à religião". Era comum nesses anúncios a divulgação da existência de igrejas e escolas<sup>139</sup> nas colônias ou o indicativo de construção das mesmas em curto espaço de tempo. (MEZZOMO, 2002; RADIN, 2003; SCHALLENBERGER, 2009).

Em síntese, as companhias colonizadoras implantaram nas antigas colônias gaúchas e catarinenses, formadas por imigrantes teutos e italianos, o ideal de que, com a migração para o interior do Paraná, eles se manteriam no meio rural, levando consigo a família e, com ela, a cultura de comunidade, a qual manteria suas crenças religiosas e sua cultura, bem como a perspectiva real de melhoria de vida. Ou seja, a colônia não era concebida apenas como um espaço físico, territorial, mas sim, a

---

<sup>138</sup> Entre esses jornais, Radin (2002) cita o jornal *Staffetta Riograndense* escrito em italiano e voltado para as colônias ocupadas por imigrantes e descendentes de italianos. Entre os alemães circulavam, dentre outros, *Deutsches Volksblatt* (1871 em diante), *Deutsche Post* (1881), *Deutsche Zeitung* (1862) (SCHALLENBERGER, 2009).

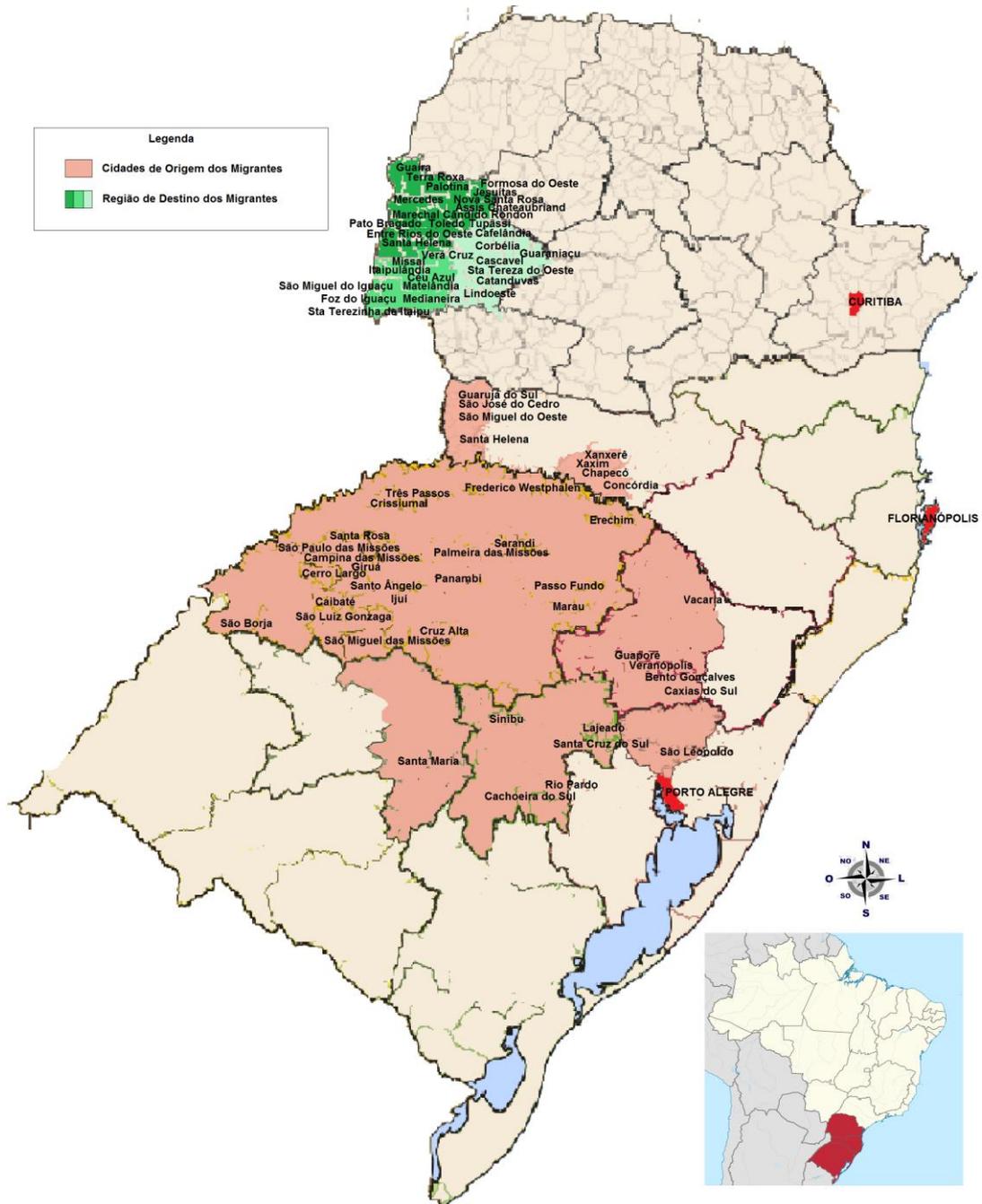
<sup>139</sup> De acordo com Fausto (2000), a escola era um fator de integração entre os imigrantes/migrantes. Grande parte das colônias mantinham escolas étnicas, cuja finalidade era conservar a sua própria identidade étnica por meio da manutenção do idioma de origem. Para Schallenger (2003, p. 16), a escola contribuía para o processo de "recidadanização" e da manutenção da autoestima dos colonos, até porque a "[...] recidadanização implicava em transformar os indivíduos em sujeitos sociais, isto é, fazer crer que cada um era capaz de dar prioridade em tudo o que fizesse para o bem do todo, o que reverteria, depois, para o bem de cada um".

configuração materializada de um modo de vida específico, o modo de vida do colono.

Assim, a mesorregião Oeste do Paraná é colonizada e povoada. Entre as décadas de 1940 a 1960, praticamente, todo o espaço rural destinado à colonização está tomado por colonos teutos, italianos e alguns polacos e japoneses, descendentes dos primeiros imigrantes europeus que aportam no Brasil no final do século XIX e que se estabeleceram no sul do país.

A figura 9, a seguir, apresenta o mapa da região Sul do Brasil. Nesse mapa, destacaram-se os principais municípios gaúchos e catarinenses que originaram a migração rural-rural das famílias de colonos que colonizaram a mesorregião Oeste paranaense.

Figura 9 - Mapa da região Sul do Brasil com destaque para os principais municípios dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que originaram migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste paranaense: 1940-1970



Fonte: A autora com base em Marin (2005), Klauck (2004), Niederauer (2004), Gregory (2002), Freitag (2001) e Saatkamp (1984).

Por meio da figura 9, é possível visualizar os principais municípios/regiões dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que demandaram as frentes migratórias de famílias de colonos que colonizaram a mesorregião Oeste paranaense. As companhias colonizadoras priorizaram as famílias de migrantes das

colônias rurais das regiões: Central e Nordeste ou Região das Missões do estado gaúcho, com dez Municípios; da região Noroeste com onze Municípios. Também atraíram famílias de colonos do interior do Oeste Catarinense, abrangendo oito Municípios.

Nas regiões gaúchas e catarinenses acima citadas, as etnias predominantes eram as de alemães e italianos, grupo focal priorizado pelas colonizadoras Maripá e Pinho e Terras. (BALHANA,1969; WACHOWICZ, 1972 e 1982; CODATO, 1981; PADIS, 1981; WESTPHALEN,1987; NIEDERAUER,2004).

Posto isso, a composição étnica das colônias da mesorregião Oeste paranaense, principalmente nas microrregiões de Toledo e de Foz do Iguaçu, foi composta por cerca de 90% de descendentes teutos e italianos. Os migrantes eram constituídos de famílias jovens e dispostos ao trabalho na terra e na criação de animais, até porque, estavam iniciando sua vida econômica.

Para vários autores que estudaram o processo de colonização do interior paranaense, entre os quais se destacam: Balhana (1969), Wachowicz (1972, 1982), Codato (1981), Padis (1981), Westphalen (1987), Serra (1991), Colognese e Schallenberger (1994), Nadalin (2001), Mezzomo (2002), Klauck (2004), Schallenberger (2006), parece haver consenso quanto às dificuldades de adaptação desses migrantes à nova realidade. Mesmo replicando o modelo agrário de origem, esses colonos e suas famílias tiveram que superar desafios de toda ordem. Essas dificuldades formataram uma estrutura comunitária com forte apelo associativo, cuja cooperação entre as famílias e, dessas, às comunidades, deram origem as primeiras associações de produtores rurais do interior do Estado.

Com o passar dos anos, os colonos foram superando as dificuldades iniciais e conseguindo gerar excedentes de produção. Esses excedentes atraíram a atenção de comerciantes de outras regiões, os quais, geralmente, ficavam com a maior parte dos lucros das vendas. Uma das formas encontradas pelos colonos para minimizar os custos de produção e maximizar o valor de venda dos excedentes agropecuários, foi a criação de associações cooperativas. As associações cooperativas estruturaram-se na crença de que a cooperação entre os colonos poderia lhes garantir um espaço econômico para fazer frente aos atravessadores comerciais.

Seyferth (1990), ao pesquisar e analisar as características da colonização do Sul do país, conclui que o resultado mais expressivo dessa colonização foi a formação de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional.

A principal característica da colonização sul brasileira foi a consolidação de uma sociedade rural, cuja base fundiária foi a pequena propriedade policultora, trabalhada pela própria família do proprietário. Quer dizer, o produtor rural que se desenvolveu no sul do país desenvolveu um estilo de vida e de produção próprio, independente das transformações econômicas ocorridas desde o século XIX e das pressões do capitalismo crescente.

Nesse sentido, o processo de migração das famílias de colonos descendentes de europeus, principalmente, de italianos e de alemães das zonas rurais dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o interior do Paraná, teve como característica principal a formação de comunidades rurais culturalmente coesas. As colônias constituíam comunidades formadas por grupos de famílias étnicas e interétnicas de colonos próximos, os quais destinavam um espaço central para a construção da igreja, da escola e do salão comunitário. Espaços imprescindíveis para a manutenção da cultura e das tradições étnicas e religiosas desses colonos.

Um ponto em comum nestas colônias era a religiosidade das famílias. Autores como Rambo (1988), Colognese e Schallenberger (1994), Mezzomo (2002; 2003), Schallenberger (2009), Radin (2003), Klauck (2004) e Vanderlinde (2006) ressaltam que a religião foi o fator que centralizou a organização e que condicionou o modo de vida dos migrantes no processo de formação de suas comunidades. A religião era o amparo psicológico principalmente, nos momentos difíceis, que os manteve unidos, pois simbolizava a organização coletiva. Para Radin (2003) e Mezzomo (2002), essa forma de organização lembrava a sociedade rural europeia de seus pais e avós, dando-lhes o conforto da continuidade das tradições que lhes era tão cara.

Essas tradições eram mantidas nos encontros dominicais que aconteciam na igreja após a missa ou culto, e reforçadas nas festividades étnico-religiosas realizadas. Lucena (1999, p. 99) afirma que a festa da comunidade era entendida como tradição porque se repetia, "[...] é uma celebração que tem seu caráter originalmente sacral, e seu retorno implica sempre em expectativas e recordações".

Ou seja, as festas religiosas consolidavam a história da comunidade. A continuação de um *ethos* que dava sentido a toda a existência colonial. Filhos da imigração vindos de um mundo comunitário, cuja homogeneidade cultural mantinha-

se ao longo do tempo, independente do território em que esses migrantes construíam morada.

As famílias dos colonos fortaleciam a comunidade a que pertenciam, tanto no aspecto de convivência efetiva quanto na transmissão dos conhecimentos práticos. "[...] família e comunidade constituíram-se em valores, guiados por várias representações coletivas [...]". (RADIN, 2003, p.72-73).

Quer dizer, as comunidades eram os principais espaços de socialização e de preservação das tradições étnico-religiosas. A família era o espaço da vida cotidiana, do trabalho. Já na capela<sup>140</sup>, local onde os ritos religiosos aconteciam, e no salão comunitário aconteciam as vivências que se constituíam no espaço coletivo de compartilhamento simbólico e de comunhão das vivências da vida social, da cultura e do lazer. Assim, "[...] a capela e seu entorno constituíram-se numa extensão da própria família ou era uma espécie de grande família que buscava satisfazer as necessidades socioculturais e religiosas das pessoas." (RADIN, 2003, p.74). Sob essa ótica, família e comunidade alimentavam um conjunto de representações coletivas que se tornaram reguladoras da vida social da época.

Desse modo, as ideias pensadas e praticadas na coletividade detinham uma carga emocional, afetiva e intelectual as quais se tornaram forças coletivas que mobilizavam os colonos no sentido de fazer a colônia e a comunidade dar certo.

Não deixar a cultura e suas manifestações desaparecerem era o primeiro passo para que as pessoas e suas raízes permanecessem vivas na imaginação das gerações que as sucedem, no sentido de produzir valores que sustentem suas ações. Dessas manifestações, a religiosidade se configura numa das "heranças culturais" mais fortes. Era a partir dos encontros religiosos dominicais que a solidariedade, a ajuda mútua, a amizade e o trabalho se tornaram valores que regulavam a vida individual, familiar e social dos colonos (MILANI, 2003).

---

<sup>140</sup> As capelas eram organizadas em paróquias (segundo Ferreira, 2010, p. 565, a paróquia é uma "divisão territorial duma diocese (unidade administrativa eclesiástica de um bispo (op cit., 2010, p. 256) sobre a qual tem jurisdição um pároco", ou seja, um padre). Para Schallenberger (2003, p. 16), "as paróquias representavam estruturas eclesiásticas com vínculos colaterais de poder e buscavam, na articulação com as comunidades, uma rede de alianças com os poderes locais para tecer relações capazes de fazer circular o seu poder religioso e moral e para introduzir as mudanças sociais desejadas ou assegurar relações estabelecidas."

Tanto os descendentes de alemães quanto os dos italianos, que migraram para o interior paranaense a partir da década de 1940 e colonizaram o Oeste do Estado, constituíram uma cultura ítalo-teuto-brasileira fundada na vida camponesa e no pioneirismo comunitário típico agregado e preservado culturalmente dos seus antepassados.

O colono que veio do Rio Grande do Sul era um colono formado, um colono que sabia trabalhar a terra, plantar e colher os frutos, progredir. Sabia formar um lar, uma cidade, interessava-se para formar uma comunidade. Queria ter escola, queria direção espiritual. (WACHOWICZ, 1982, p. 178).

E também era um colono que tinha conhecimentos acerca do sistema cooperativo, pois seus pais e parentes já tinham vivido essa experiência. Esses conhecimentos foram incentivados pela igreja cristã, católica ou luterana, a tornar-se realidade também na nova terra, complementada com um lema a mais, o de que, " para o êxito do sistema, a cooperação ente os agricultores deveria estender-se, sempre mais, para as fases da industrialização e da distribuição dos produtores agrícolas." (SCHALLENBERGER, 2009, p. 450).

O Ipardes (2008, p. 29), também reconhece que a,

[...] importância desse fato histórico é que os novos ocupantes do Oeste paranaense, em grande parte gaúchos, eram agricultores com experiência e conhecimento de práticas agrícolas e, principalmente, eram agricultores mercantis, o que será fundamental para as transformações posteriores [...] até porque, tanto a agricultura de subsistência quanto a comercial faziam parte da cultura agrícola [...] dos produtores.

Como exemplo dessas iniciativas tem-se a Cooperativa Agropecuária Consolata Ltda, atual Copacol, no município de Cafelândia, que, em 1963, é fundada após os esforços capitaneados pelo Padre Luiz Luise (1913-1987) e a Cooperativa Mista Agrícola SIPAL, atual Lar, fundada no ano de 1964 por meio da ação direta do Padre José Pascoalino Backes (1915-1988).

Passados 60 anos, a mesorregião Oeste paranaense inicia o século XXI com cinquenta municípios. Esses municípios estão agrupados em três microrregiões – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo (Figura 6). Com 1.245.391 habitantes, detém 12,11% do total populacional do Estado. Detentora de uma significativa rede urbana (Figura 7), sua dinâmica econômica está associada à existência de um amplo complexo agroindustrial moderno e competitivo, o qual está articulado aos eixos

dinâmicos do país e do exterior. É esse complexo agroindustrial<sup>141</sup>, pautado no agronegócio cooperativado<sup>142</sup>, que forma a base econômica da mesorregião e a destaca no cenário do setor primário estadual, contribuindo no ano de 2000 com 10% no VAF<sup>143</sup> estadual. (IPARDES, 2008).

O cenário acima descrito projeta a mesorregião Oeste como uma das mesorregiões estaduais com a menor taxa de pobreza, uma vez que, detém os maiores índices de emprego formal do Estado. Do ponto de vista social, a mesorregião concentra 11 dos 23 municípios classificados com as melhores posições do Estado em termos de IDH-M<sup>144</sup>. (op cit.).

---

<sup>141</sup> O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada. Já na pecuária, destaca-se a avicultura, com 27% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atingiu 4,1% e 19,7%, respectivamente no ano de 2011. Historicamente, a industrialização desse espaço foi um desdobramento do processo de ocupação e, em essência, ainda hoje está vinculada à base agrícola da região. O povoamento efetivo, que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960, fez da derrubada das matas e da exploração da floresta a principal atividade industrial, seguida da transformação da produção agropecuária que foi se instalando nas áreas desmatadas. No final dos anos 1970, as relações locais entre a indústria e a agropecuária fortaleceram-se, e a agroindústria, baseada na produção modernizada do setor primário, suplantou os ramos industriais articulados à extração de madeira. As principais atividades eram “abate de animais”, “fabricação de óleos vegetais” e “extração de madeira”. Ou seja, quase três décadas após o período mais intenso da ocupação territorial do Oeste paranaense a indústria regional continua focalizada na produção agropecuária, especializada na produção de alimentos. Mais detalhes acessar: <http://www.ipardes.gov.br>. e Ipardes (2008, p. 35).

<sup>142</sup> O desenvolvimento econômico-social da mesorregião Oeste se deu de forma acelerada em torno da economia das comunidades agrícolas. Entre 1960 e 1980, a modernização agropecuária estimulou novas relações no campo e a especialização agrícola, mola propulsora do atual desempenho econômico da mesorregião. Autores como Mellos (1988), Silva et al. (1989) e Piffer (1997), apontam que a maior parte das transformações ocorridas na agricultura da mesorregião estavam intrinsecamente associadas à modernização agrícola ocorrida no país, principalmente na década de 1970.

<sup>143</sup> O Valor Adicionado Fiscal - VAF é a diferença entre os valores das operações de saídas de mercadorias e serviços, sujeitos ao ICMS, em relação aos valores de venda, consideradas as variações de estoque final e inicial. O VAF foi adotado por representar a agregação de valor, no sentido de transformação da produção primária por assim dizer e para identificar a contribuição que os principais segmentos da indústria, agroindústria e mesorregiões possuem para a economia paranaense (IPARDES, 2003).

<sup>144</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do

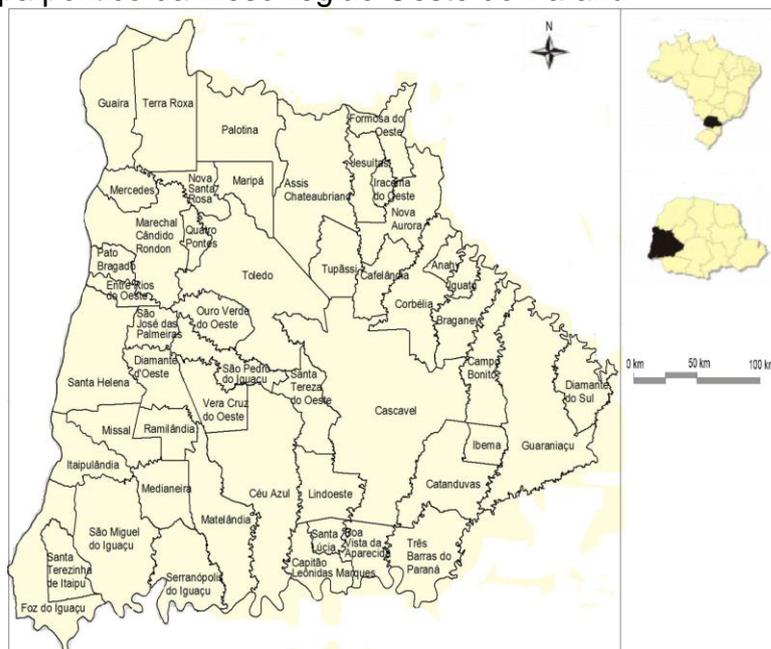
A figura 10, a seguir, reflete a atual divisão regional do Estado do Paraná, tanto em nível de mesorregião quanto de microrregião. Já, a figura 11 detalha a divisão política, por municípios, da mesorregião Oeste do Estado.

Figura 10 - Mapa do Estado do Paraná - divisão por meso e microrregiões



FONTE: Piacenti (2009, p. 20).

Figura 11 - Mapa político da mesorregião Oeste do Paraná



Fonte: IBGE (2000).

desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.  
([http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDHM](http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM))

### 3.2.2 As cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião Oeste do Paraná em estudo: Copacol, C.Vale, Lar, Coopavel e Copagril

De acordo com o relato do capítulo anterior, o processo de colonização e de povoamento da mesorregião Oeste do Paraná seguiu um plano de colonização dirigido. Desse plano, dos 50 Municípios que a compõem desde o início do século XXI, 03 foram emancipados na década de 1950, Cascavel, Guaíra e Toledo. Quatorze na década de 1960, quatro na década de 1970 e vinte e oito nas décadas de 1980 e 1990. (ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL - IBGE).

Se relacionarmos a data de emancipação desses municípios com a data de fundação das cooperativas agropecuárias de alimentos afetas a esta pesquisa, percebe-se uma estreita ligação dessas datas com a década seguinte da colonização desses municípios. Por meio do quadro 7, a seguir, é possível visualizar de forma mais clara esta ligação.

Quadro 7 - Municípios emancipados até o ano de 1985 localizados na mesorregião Oeste do Paraná com o nome e data de fundação das cooperativas agropecuárias de alimentos

DÉCADA	MUNICÍPIO, DATA DA EMANCIPAÇÃO E PRINCIPAIS ETNIAS COLONIZADORAS	COOPERATIVA E ANO FUNDAÇÃO	SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/2013
1910	Foz do Iguaçu (10/06/1914). Desmembrado município de Guarapuava.	-----	-----
1950	<b>Cascavel (02/04/1951)</b> . 1943 - Chegada dos colonos italianos migrantes do interior do RS.	<b>Coopavel (1970)</b>	Ativa
	<b>Toledo (14/11/1951)</b> . Desmembrado município de Foz do Iguaçu. Principais grupos étnicos: italianos e alemães, com algumas famílias polacas e japonesas.	<b>Coopagro (1970)</b>	Inativa
	Guaíra (14/11/1951). Desmembrado município de Foz do Iguaçu. Principais grupos étnicos: espanhol, italianos, alemães e japoneses.	* Cvale e Copagril	Ativa
	Assis Chateaubriand (27/08/1966) (principais grupos étnicos: italianos, alemães e japoneses).	* Cvale e Coamo	Ativa
	Capitão L. Marques (28/04/1964). Desmembrado município de Cascavel.	* Lar	Ativa
	Catanduvas (25/07/1960). Desmembrado município de Guaraniaçu.	* Coopavel	Ativa
	Céu Azul (07/10/1966), desmembrado município de Matelândia. Principais grupos étnicos: italianos e alemães.	* Lar	Ativa
	Corbélia (10/06/1961). Desmembrado município de Cascavel.	* Coopavel e Copacol	Ativa
	Formosa do Oeste (10/06/1961). Desmembrado município de Cascavel.	* Copacol e Cvale	Ativa
	Guaraniaçu (25/07/1960). Desmembrado município de Laranjeiras do Sul.	* Coopavel	Ativa

1960	<b>Marechal Cândido Rondon (25/07/1960).</b> Desmembrado dos municípios de Foz do Iguaçu e Toledo. Principal etnia: alemã.	<b>Copagril (1970)</b>	Ativa
	Matelândia (25/07/1960). Desmembrado do município de Foz do Iguaçu. Principal etnia: alemã	*Lar	Ativa
	<b>Medianeira (25/07/1960).</b> Desmembrado do município de Foz do Iguaçu. Principais grupos étnicos: Italianos e alemães.	<b>Lar (1964)</b>	Ativa
	Nova Aurora (25/09/1967). Desmembrado dos municípios de Cascavel e Formosa do Oeste. (principais grupos étnicos: Portugueses, italianos, alemães e japoneses).	*Copacol	Ativa
	<b>Palotina (25/07/1960)</b> Desmembrado do município de Guaíra. Principais grupos étnicos: Italianos e alemães.	<b>Cvale (1963)</b>	Ativa
	Santa Helena (02/02/1967). Desmembrado dos municípios de Medianeira e Marechal Cândido Rondon. Principais grupos étnicos: Italianos e alemães.	*Copagril e Lar	Ativa
	São Miguel do Iguaçu (25/01/1961). Desmembrado do município de Foz do Iguaçu. (conhecida pelo nome de Gaúcha). Principais grupos étnicos: Italianos e alemães.	*Lar	Ativa
	Terra Roxa (14/12/1961). Desmembrado do município de Guaíra.	*Cvale e Copagril	Ativa
1970	<b>Cafelândia (28/12/1979 -</b> desmembrado município de Cascavel). Início do povoamento: 1948. Principais grupos étnicos: Italianos e alemães.	<b>Copacol (1963)</b>	Ativa
	Nova Santa Rosa (20/06/1973). Desmembrado do município de Terra Roxa, Palotina, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Principais grupos étnicos: alemães.	*Cvale e Copagril	Ativa
	Tupãssi (27/12/1979). Desmembrado município de Assis Chateaubriand.	*Coamo e Cvale	Ativa
	Vera Cruz do Oeste (27/12/1979). Desmembrado município de Céu Azul.	*Lar e Coopavel	Ativa
1980	Boa Vista da Aparecida (22/12/1981-desdobramento município de Capitão Leônidas Marques)	* Lar e Coopavel	Ativa
	Braganey (03/05/1982 - desmembrado município de Corbélia)	* Coopavel e Copacol	Ativa
	Jesuítas (13/05/1980). Desmembrado do município de Formosa do Oeste.	*Lar e Copacol	Ativa
	Missal (13/12/1981). Desmembrado do município de Medianeira. Principais grupos étnicos: alemães e poucos italianos.	* Lar	Ativa
	Santa Terezinha Itaipu (03/05/1982). Desmembrado do município de Foz do Iguaçu. Principais grupos étnicos: alemães e italianos.	* Lar	Ativa
	São José das Palmeiras (17/04/1985). Desmembrado município de Santa Helena.	* Copagril	Ativa
	Três Barras do Paraná (13/05/1980). Desmembrado município de Catanduvas.	* Coopavel	Ativa

Fonte: A autora com adaptações da Síntese Histórico dos Municípios Paranaenses (1987) e de acordo com dados extraídos dos sites das cooperativas: Lar, Cvale, Copacol, Copagril e Copacol (2013).

Legenda: \*Área de abrangência da cooperativa.

Com base no quadro 7, é possível constatar que, dos 30 municípios citados e emancipados até o ano de 1985, 83% iniciaram seu processo de colonização e de

povoamento a partir da década de 1940. Ou seja, período em que fora deflagrado o processo de colonização dirigida, promovido pelo governo e executado, principalmente pelas companhias colonizadoras particulares Maripá e Pinho e Terras.

Diante desses dados, nos parece pertinente relatar, mesmo que de forma breve e sucinta, o início do processo de colonização e de povoamento dos municípios sede das cooperativas em estudo, até por que foi a partir da colonização desses municípios que as associações de produtores rurais realmente se efetivam.

A partir do ano de 1945, os colonizadores gaúchos<sup>145</sup> Dalcanale e Ruaro idealizaram a colonização e o povoamento de toda a região situada entre Cascavel e Foz do Iguaçu, Toledo à Palotina, por meio da vinda de colonos agricultores gaúchos e catarinenses descendentes de alemães e italianos. Para tanto, fundaram a Colonizadora Maripá que comprou a Fazenda Britânia<sup>146</sup> e, a partir disso, em setembro de 1946, dão início ao arrojado plano de colonização da região. Alguns meses depois, chega à Colonizadora Maripá Willy Barth. Com a sua chegada, Ruaro se retira da administração da Colonizadora Maripá e funda a Colonizadora Pinho e Terras. (COLODEL, 1988; GRONDIN, 2007).

Em dez anos, a Pinho e Terras e seus desdobramentos em companhias colonizadoras menores (Quadro 6, página 87 deste estudo) colonizam praticamente toda a área que costeava a estrada federal BR 277. Tendo por base o modelo de colonização adotado para Toledo e microrregião por meio da Colonizadora Maripá (1946), colonizam São Miguel do Iguaçu (1948-9), Matelândia (1949-50), Medianeira (1950), Santa Terezinha do Iguaçu e Céu Azul (1952) e Bom Princípio - Lopeí (1957).

Assim, por meio destas duas companhias colonizadoras, a Maripá e a Pinho e Terras, 59.200 migrantes chegaram e colonizaram a mesorregião Oeste. Desses, cerca de 90% eram descendentes de alemães e de italianos das antigas colônias gaúchas e catarinenses. Gregory (2002), a partir dos dados extraídos dos relatórios

---

<sup>145</sup> Denominação dada por Padis (1981) para referir-se aos imigrantes oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, independente de sua etnia.

<sup>146</sup> A Fazenda Britânia compreendia uma área de 2.748 Km<sup>2</sup>, onde hoje se localizam os Municípios de Toledo e de Marechal Cândido Rondon. Pertencia a Companhia imobiliária inglesa Madeireira Del alto Paraná, e foi adquirida pela Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ no ano de 1941. (GREGORY, 2002).

das empresas colonizadoras contabilizou o número de pessoas que habitavam a região na década de 1960. A seguir, o quadro 8 apresenta esses números.

Quadro 8 - Número de habitantes e descendência étnica das colônias do Oeste do Paraná no ano de 1960

REGIÃO	TOTAL DE HABITANTES	DESCENDÊNCIAS					
		Italiana		Alemã		Outras	
		Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%
Fazenda Britânia (área que compreendia o Município de Toledo a Marechal Cândido Rondon)	30.000	12.000	40	15.000	50	3.000	10
Medianeira (microrregião de Foz do Iguaçu)	4.500	4.050	90	450	10	-	-
Gaúcha (São Miguel do Iguaçu - microrregião de Foz do Iguaçu)	5.400	4.860	90	432	08	108	2
Matelândia (microrregião de Foz do Iguaçu)	7.000	4.200	60	2.100	30	700	10
Crisciúma (Stª Terezinha de Itaipu - microrregião de Foz do Iguaçu)	2.800	2.520	90	140	05	140	5
Piquiri (região norte da microrregião de Toledo, de Jesuíta e Formosa do Oeste até Terra Roxa, Guaíra)	5.000	2.500	50	2.000	40	500	10
Céu Azul (microrregião de Foz do Iguaçu)	2.500	1.250	50	1.000	40	250	10
Lopeí (região que margeia o Rio Lopeí, divisa dos Municípios de Cascavel e Toledo)	800	400	50	320	40	80	10
Porto Mendes (pertencente ao Município de Marechal Cândido Rondon)	1.200	480	40	480	40	240	20
Total	59.200	32.260	54,5	21.922	37	5.018	8,5

Fonte: A autora a partir de Gregory (2002, p. 96).

O que se constata com os dados do quadro 08 é que a etnia predominante na colonização realizada pela Pinho e Terras (Medianeira, Gaúcha, Matelândia, Crisciúma e Céu Azul), foi a Italiana, superando a alemã em cerca de 76%. Já na colonização realizada pela Maripá (Toledo e microrregião (Marechal Cândido Rondon, Palotina, Piquiri, Lopeí e Porto Mendes), houve um equilíbrio entre o número de colonos migrantes das etnias italianas e alemã, com ligeira superação da etnia alemã (13%).

Passamos agora a resgatar, de forma breve e concisa, o processo de formação e de colonização dos municípios sede das cooperativas agropecuárias de alimentos afetas a esta pesquisa.

Iniciamos com o município de Cafelândia, por ter sido esse o primeiro a fundar uma cooperativa agropecuária na mesorregião Oeste paranaense.

Cafelândia, sede da Copacol, foi emancipada na data de 28 de dezembro de 1979 do município de Cascavel, sendo até então seu distrito. Sua história tem início a partir do ano de 1948, quando os pioneiros Daniel Perboni, Noribio Tomaz, Francisco Krachuski, Benito Fernandes e João Luiz chegam ao distrito e dão início a sua colonização.

Cerca de 10 anos depois, o distrito crescia a duras penas. Habitado por pequenos agricultores que extraíam da terra os alimentos necessários à subsistência de suas famílias, a vida cotidiana era difícil. O acesso ao município de Cascavel e entre os próprios distritos era penoso, feito a pé, a cavalo e quando possível à carroça puxada por uma junta de bois. (VICENTE<sup>147</sup>, 2012).

Grande parte dessa dificuldade devia-se ao fato do distrito estar fora do eixo rodoviário regional o que dificultava sobremaneira a comercialização do excedente da produção quando essa ocorria, deixando os agricultores à mercê dos poucos intermediários/comerciantes que chegavam até o distrito.

Mas, o maior problema enfrentado pelos colonos na época era a falta de energia elétrica, cenário que começa a mudar com a vinda do Padre Luis Luise.

O Padre Luis Luise chegou ao Brasil no ano de 1946. Nascido em Martellago, Veneza (Itália), no ano de 1913, foi ordenado padre no ano de 1938 e pertencia à ordem das Missões de Consolata. Rezou sua primeira missa no distrito de Cafelândia no dia 20 de junho de 1952. Foi pároco no município de Cascavel durante os anos de 1952 e 1953. (VICENTE, 2012).

Também, de 1954 até 1962 foi pároco de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul, período esse que acumulou experiências em gestão de seminários e na promoção de uma associação agropecuária. No ano de 1963, é designado pároco de Cafelândia. Três meses depois convence o prefeito de Cascavel da época, Octacílio Mion, a desapropriar uma área na Gleba nº 8, no salto São Luiz para a construção de uma usina hidrelétrica. Ato consumado, o distrito de Cafelândia finalmente passa a ter acesso à energia elétrica naquele mesmo ano. (op cit.).

Com a vinda da energia elétrica parte dos problemas da comunidade estava sanada. Parte, uma vez que, as dificuldades para a produção agropecuária

---

<sup>147</sup> Mário Vicente nasceu no ano de 1961 em Cascavel (PR). Economista, jornalista, publicitário e consultor de marketing, publicou no ano de 2012 o livro comemorativo dos 50 anos da Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata, sob o título: Copacol: 50 anos na vanguarda do cooperativismo.

tornavam-se cada vez maiores. Diante desse quadro o Padre Luise inicia no mesmo ano de 1963, encontros comunitários, dominicais, entre os agricultores e suas famílias para passar-lhes a experiência que tinha apreendido durante sua estada no Rio Grande do Sul. Desses encontros nasce, em setembro de 1963, a primeira associação agropecuária de Cafelândia. (VICENTE, 2012).

A associação acima citada não teve êxito porque o Padre Luise não conseguiu registrá-la no Cartório de Títulos e Documentos de Cascavel, pois já existia uma associação com o mesmo nome. Sem se abalar, o Padre dá continuidade ao trabalho e, em outubro de 1963, com o auxílio de uma comissão capitaneada pelo Deputado Federal Lyrio Bertoli, a pedido do então Presidente da República, João Goulart, formaliza o primeiro estatuto que iria reger a Cooperativa Agrícola Consolata. Nasce nesse íterim a primeira cooperativa agropecuária da mesorregião Oeste paranaense. (op cit.).

Assim, no dia 23 de outubro de 1963 é fundada a cooperativa com 32 agricultores sócios fundadores, tendo como seu primeiro presidente o Padre Luis Luise<sup>148</sup>.

O Município de Palotina, sede da Cvale, foi emancipado no dia 25 de julho de 1960 do Município de Guaíra. Seu processo de colonização data do ano de 1953 quando a Colonizadora Pinho e Terras Ltda, traz os primeiros migrantes italianos e alemães do Oeste dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Entre seus pioneiros, destacam-se Domingos Francisco Zardo, João Bortolozzo, Luis de Carli, Benardino Barbieri, João Egidio Clivatti, Eugenio Leczinski, Eurico Nenevê, Amado Vilaverde e Francisco Studzinski.

A exemplo das demais regiões colonizadas na época, as famílias de agricultores enfrentavam muitas dificuldades para escoar o excedente da produção, quando esse ocorria. Também enfrentavam dificuldades de acesso ao crédito agrícola e à assistência técnica para melhorar a qualidade e a produtividade das lavouras. Essas dificuldades levaram um grupo de 24 agricultores a fundar, dez anos

---

<sup>148</sup> De 1963 a junho de 1973, o Padre Luise permaneceu em Cafelândia acumulando as funções de pároco e membro da diretoria da cooperativa. Em julho de 1973, assume uma paróquia no Município de Cascavel sendo pároco da mesma até 1987, quando da volta de uma de suas visitas religiosas, no dia 02/11, daquele ano, vem a falecer em decorrência de acidente automobilístico na BR 277. (VICENTE, 2012).

após o processo de colonização de Palotina, no ano de 1963, a Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda (Campal).

O Município de Medianeira, sede da Lar, não foi a base fundadora da cooperativa. A Cooperativa Agroindustrial Lar<sup>149</sup> passou por duas alterações em sua razão social: a) quando de sua fundação, em 19 de março de 1964, chamava-se então Cooperativa Mista e Agrícola Sipal - Comasil, na vila de Missal; b) com a transferência da sede para o Município de Medianeira, em 1973, passou a chamar-se Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda - Cotrefal.

A Cooperativa Mista e Agrícola Sipal - Comasil foi fundada no Município de Missal, na época distrito de Medianeira, no dia 19 de março de 1964. Missal foi colonizado a partir do ano de 1963, por famílias de agricultores descendentes de alemães católicos migrantes da região Oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

"O projeto de colonização já incluía a criação da cooperativa, a qual recebeu 5% do valor da venda das terras, em dinheiro, e isso foi depositado [...]", afirma Roberto Brandão na Revista da Lar (2014).

Klauck (2004), quando da defesa de sua dissertação de mestrado em história, na Universidade Federal Fluminense (UFF), levantou um riquíssimo acervo histórico que retratou o processo de colonização da Gleba dos Bispos<sup>150</sup>. Em seu livro, publicado no ano de 2004, relata o depoimento do Prefeito José Della Pasqua, do Município de Medianeira, em que fica nítida a cultura comunitária dos colonos do distrito de Missal na década de 1960:

Missal é formado exclusivamente por colonos de origem alemã, todos enquadrados na cultura e também falando fluentemente o idioma dos seus antepassados. São amantes do trabalho, da ordem e da religião, dotados de alto espírito comunitário e congregados firmemente em torno de sua cooperativa. (PASQUA apud KLAUCK, 2004, p. 57).

Segundo Marin<sup>151</sup> (2005), diante das várias dificuldades enfrentadas no início da colonização, 55 agricultores se reúnem e constituem a Cooperativa,

<sup>149</sup> Denominação atribuída em função da reforma estatutária feita no ano de 2001.

<sup>150</sup> A Gleba dos Bispos correspondia a uma área de 3.000 alqueires paulistas (um alqueire paulista corresponde a 24.000 m<sup>2</sup> (110 x 220 m)), localizada onde hoje é o Município de Missal e que na década de 1960 foi doada para a Igreja Católica, mais precisamente para as Dioceses de Toledo, Palmas e Jacarezinho. (KLAUCK, 2004).

<sup>151</sup> Roberto Marin nasceu no ano de 1954, em Nova Palma (RS). Filósofo formado pela UFSM foi professor de história em

seguindo os ensinamentos da encíclica *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra), do Papa João XXIII, que tratava da questão social da terra, promovendo a constituição de cooperativas agrícolas.

Com o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), a sede da Cooperativa passa a ser Medianeira, ficando Missal com o primeiro entreposto da cooperativa.

O Município de Marechal Cândido Rondon, sede da Copagrill, é formado por áreas desmembradas dos municípios de Foz do Iguaçu e de Toledo, sendo emancipado no dia 25 de julho de 1960. Seu processo de efetivo povoamento data do dia 07 de março de 1950. Nessa data a Colonizadora Maripá traz os primeiros colonizadores que migraram do Oeste dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Essas famílias eram descendentes diretos dos primeiros imigrantes alemães que colonizaram o interior daqueles dois estados. (SAATKAMP<sup>152</sup>, 1984).

O primeiro grupo de migrantes era composto pelos gaúchos Erich Titscher, Antonio Rockenbach e Osvaldo Heinrich. Naquele mesmo ano chegaram Beno Weirich e esposa e seu irmão Lauro Mathias Weirich. Já no ano de 1956, havia 587 habitantes. Desses, 95% eram de famílias alemãs e 5% de famílias italianas e luso-portuguesas. (op cit.).

A historiadora Venilda Saatkamp (1984) também destaca que os colonos que migraram e colonizaram a região de Marechal Cândido Rondon possuíam os mesmos métodos de trabalho agrícola e de convivência comunitária, o que contribuiu para a existência de uma afinidade comunitária que transcendeu as diferenças étnicas.

Em termos de produção agropecuária, já nos primeiros anos da década de 1950, concomitante com o processo de colonização, a suinocultura e a policultura de subsistência se destacaram, gerando excedentes e com ela a preocupação em onde e como vender, tanto que, no ano de 1954, os colonos rondonenses já comercializavam suínos e alguns cereais nos Municípios de Ponta Grossa e

---

Medianeira e jornalista. É escritor e historiador cujas obras concentram-se no resgate de fatos e da memória de Medianeira, fato que fez com que o Diretor Presidente da Cooperativa Agroindustrial Lar, Irineo da Costa Rodrigues, o convidasse no ano de 2003 para resgatar a história da Lar. Do resultado de seus estudos foi publicado no ano de 2005 o livro: Lar na história: os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial lar.

<sup>152</sup> Historiadora e Professora da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon, quando ainda chamava-se Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon - FACIMAR.

Curitiba, cerca de 560 Km de distância. Com a mecanização agrícola sendo iniciada na década de 1960, alguns agricultores vivenciaram anos de grandes colheitas, agravando sobremaneira o problema de comercialização da safra. Esse fato desencadeou longas discussões que eram realizadas nas reuniões dominicais, após a missa. Essas reuniões objetivavam a conscientização dos colonos da importância de Marechal Candido Rondon ter uma cooperativa, como forma de resolver os principais problemas que os afligiam em termos de comercialização das safras e dos lotes de suínos e do acesso aos insumos, crédito agrícola e assistência técnica. Do êxito dessas reuniões, funda-se, em 09 de agosto de 1970, a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda por um grupo de 29 agricultores. Em cinco anos, 1975, a Copagril já detinha em seu quadro de sócios mais de 4.000 agricultores. (SAATKAMP, 1984).

Já o Município de Cascavel, sede da Coopavel, foi emancipado, em 14 de dezembro de 1952<sup>153</sup>, do Município de Foz do Iguaçu. Segundo Sperança (1992), em março de 1930 chegam a Vila Cascavel, Antonio José Elias e Silvério de Oliveira e família, sendo esses, seus primeiros habitantes oficiais. Mas é a partir do ano de 1943 que o processo de colonização e de povoamento efetivamente ocorre na Vila Cascavel por meio da vinda das primeiras famílias de colonos italianos migrantes do Estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>153</sup> A história do Município de Cascavel tem início com o povoamento de colonos caboclos e descendentes de imigrantes eslavos, principalmente poloneses, no auge do ciclo da erva-mate, no final da década de 1910. Toma forma de vila em 28 de março de 1928, quando José Silvério de Oliveira, o Nhô Jeca, arrendou as terras do colono Antônio José Elias nas quais se encontrava a Encruzilhada dos Gomes, localizada no entroncamento de várias trilhas abertas por ervateiros, tropeiros e militares, onde montou seu armazém. Na década de 1930, com o ciclo da erva-mate já extinto, iniciou-se o ciclo da madeira, que atraiu grande número de famílias de colonos poloneses, alemães e italianos que migraram dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1934, foi criado o distrito policial de Cascavel. Posteriormente, instalou-se o distrito judiciário e o distrito administrativo, todos integrantes do município de Foz do Iguaçu. Na medida em que as áreas de mata nativa eram esgotadas, a extração madeireira cedia lugar ao setor agropecuário, base econômica do município até a presente data. A vila de Cascavel foi oficializada pela prefeitura de Foz do Iguaçu no ano de 1936. Em 20 de outubro de 1938, já com a denominação definitiva de Cascavel, a localidade foi alçada à condição de sede de distrito administrativo, nos termos da Lei n.º 7.573/1938. (SPERANÇA, 1992).

Dos autores que pesquisaram a gênese do Município de Cascavel, destacam-se Sperança (1992) e Piaia (2004; 2013). Segundo esses pesquisadores, Cascavel era tida como uma terra de conflitos e de disputas entre posseiros e grileiros a serviço de falsas colonizadoras. Esse cenário ocorria em função da total inanição do Estado, ocasionando a grilagem de terras, o que favorecia determinados grupos políticos e suas práticas de corrupção. Os autores também ressaltam as várias disputas jurídicas que ocorreram entre compradores e as dificuldades que as colonizadoras oficiais tinham para administrar seus negócios. Esta realidade histórica ocorreu ao longo das décadas de 1940 e 1950.

Mesmo diante dos problemas acima citados, Sperança (1992) afirma que, ao longo da década de 1950, houve um crescimento populacional de 79,77% ao ano em Cascavel. Esse crescimento foi impulsionado pelo significativo número de indústrias madeireiras que, no ano de 1955, chegavam a 43 unidades, sendo essas o principal fator de atração populacional da época. Somente nos primeiros anos da década de 1970 é que o “ciclo madeireiro” em Cascavel perde seu predomínio econômico.

Apesar de a economia cascavelense pautar-se nas indústrias madeireiras, as famílias de colonos que migraram do interior gaúcho e colonizaram os arredores de Cascavel mantinham em suas pequenas propriedades o policultivo e a criação de pequenos animais, tais como frangos, suínos e gado leiteiro. Com a modernização da agricultura, ocorrida na década de 1970, a produção do setor agrícola cresce significativamente no Município. Fato esse que faz com que o Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC sugerisse a criação de uma cooperativa agropecuária em Cascavel para que a mesma pudesse atender a demanda dos agricultores do Município e de sua microrregião.

Assim, em 15 de dezembro de 1970, um grupo de 42 agricultores funda a Cooperativa Agroindustrial Coopavel, com sede no Município de Cascavel.

Apresentado o breve processo histórico de colonização e de povoamento dos municípios sede das cooperativas agropecuárias em estudo, dá-se sequência à pesquisa. Agora, com a apresentação do quadro 9, retrata-se a síntese do contexto histórico de fundação das cooperativas agropecuárias da mesorregião Oeste paranaense afetas à pesquisa.

Quadro 9 - Síntese do contexto histórico das cooperativas agropecuárias da mesorregião Oeste paranaense

NOME DA COOPERATIVA	DATA DA FUNDAÇÃO	MUNICÍPIO SEDE	RETROSPECTIVA HISTÓRICA DE SURGIMENTO	SITUAÇÃO EM 2013
<p>Cooperativa Agrícola Consolata</p> <p>atual</p> <p>Cooperativa Agroindustrial Consolata</p> <p><b>COPACOL</b></p>	23/10/1963	Cafelândia	<p><b>1963 - Fundada</b> pelo Padre Luís Luise e mais <b>32 agricultores</b> descendentes de alemães e italianos migrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seu objetivo foi de oferecer aos produtores da região possibilidades de crescimento e melhoria da agricultura. Para tanto, a cooperativa construiu uma usina hidrelétrica nos seus primeiros anos de funcionamento para levar energia elétrica às residências de Cafelândia,</p> <p><b>1969</b> - Após seis anos de atuação na produção e distribuição de energia elétrica (1963 a 1969), a Cooperativa foi desmembrada desse setor para atender especificamente a agricultura, que na época se destacava na produção de feijão, arroz, milho e café. Diante do forte crescimento do setor agrícola foi construído o primeiro armazém para o recebimento da produção de grãos dos associados que nesse ano já alcançava o número de 2.000.</p> <p><b>1980</b> - implanta o sistema integrado para produção de aves como forma de garantir a demanda de aves para o frigorífico (início da verticalização da cooperativa)</p>	A cooperativa fechou o ano com 5.015 associados, 7.790 funcionários e faturamento na casa de R\$ 2 bilhões.
<p>Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda (Campal)</p> <p>atual</p> <p>Cooperativa Agroindustrial</p> <p><b>C.VALE</b></p>	07/11/1963	Palotina	<p><b>1963</b> - A Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda (Campal) é <b>fundada</b> por um grupo de <b>24 agricultores</b> descendentes de alemães e italianos, migrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.</p> <p><b>1969</b> - ocorre o início efetivo das atividades da cooperativa com o recebimento de trigo.</p> <p><b>1970</b>- construção do primeiro armazém da cooperativa.</p> <p><b>1974</b> - alteração da razão social para Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda (Coopervale), em função a divisão territorial da região oeste entre as cooperativas (Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC).</p> <p><b>1981 a 1984</b> - expansão da área de atuação para os Estados de Mato Grosso e de Santa Catarina.</p> <p><b>1997</b> - inaugurado o complexo avícola Cvale (início da agroindustrialização da cooperativa).</p> <p><b>2003</b> - alteração estatutária, cuja razão social passa a ser C.vale - Cooperativa Agroindustrial.</p>	A cooperativa fechou o ano com mais de 14.600 associados e 6.038 funcionários, com faturamento de R\$ 4,18 bilhões. É a segunda maior cooperativa singular do país. Possui 108 unidades no Brasil, distribuídas nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, 3 unidades no Paraguai.
Cooperativa Mista e Agrícola Sipal - Comasil			<p><b>1964 - Fundada</b> na vila de Missal (pertencente ao município de Medianeira) por <b>55 agricultores</b>, alemães e católicos, migrante dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A cooperativa Mista e Agrícola Sipal - Comasil é estruturada nos</p>	A cooperativa fechou o ano com 9.199 associados e 6.461 funcionários, faturamento de

<p>atual</p> <p>Cooperativa Agroindustrial <b>LAR</b></p>	19/03/1964	Medianeira	<p>ensinamentos da encíclica <i>Mater et Magistra</i> (Mãe e Mestre), do Papa João XXIII, que tratava da questão social da terra, promovendo a constituição de cooperativas agrícolas.</p> <p>1970 - Por conta do Projeto Iguazu de Cooperativismo - PIC, a sede da cooperativa é transferida para o Município de Medianeira, nessa época com 126 associados.</p> <p>1973 - Alteração da razão social da cooperativa para Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda - Cotrefal. Neste ano o quadro de sócios aumenta para 1.414 agricultores, alcançando o número de 3.161 sócio no início da década de 1980.</p> <p>1994 - início do processo de verticalização da cooperativa, rumo a agroindustrialização, culminando com a unidade de abate e de processamento de aves.</p> <p>2001 - Outra alteração da razão social, passando a denominar-se Cooperativa Agroindustrial Lar.</p>	<p>mais de R\$ 2,7 bilhões. As unidades da Lar estão presentes em 11 municípios do Oeste do Paraná, Leste do Paraguai (9 unidades), no Mato Grosso do Sul (sede em Dourados e mais 10 unidades) em Santa Catarina (município de Xanxerê).</p>
<p>Cooperativa Agroindustrial <b>COOPAVEL</b></p>	15/12/1970	Cascavel	<p><b>1970- fundada</b> por um grupo de <b>42 agricultores</b>, a maioria de descendentes de italianos que migraram do Estado do RS, por sugestão do Projeto Iguazu de Cooperativismo - PIC. A primeira sede da cooperativa foi nos fundos da oficina mecânica do sócio fundador, José Smarzewski</p> <p><b>1974</b> - construção da sede da cooperativa no município de Cascavel e de grandes armazéns.</p> <p>Década de 1980 e 1990 - Construção dos frigoríficos de aves, suínos e bovinos.</p>	<p>A cooperativa fechou o ano com 4.250 associados e 4.952 funcionários. Faturamento na casa de R\$1.6 bilhões. Conta com 26 filiais instaladas em 17 municípios da região Oeste e Sudoeste do Paraná.</p>
<p>Cooperativa Agroindustrial <b>COPAGRIL</b></p>	09/08/1970	Marechal Cândido Rondon	<p><b>1960</b> - primeiras reuniões para discutir a fundação de uma cooperativa, motivados pelas dificuldades enfrentadas pelos suinocultores para aquisição de insumos e a comercialização da produção.</p> <p><b>1970</b> - do movimento regional realizado ao longo da década de 1960 em prol de uma cooperativa agrícola é <b>fundada</b> a Copagrill no dia 09/08/1970 por um grupo de <b>29 agricultores</b> descendentes de alemães e, poucos italianos, migrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.</p> <p><b>2005</b> - a cooperativa ingressa no mercado de carnes com a inauguração da Unidade Industrial de Aves.</p>	<p>A cooperativa fechou o ano com 4.514 associados e 2.531 funcionários. Faturamento na casa de R\$1 bilhão. Conta com unidades nos principais municípios da Microrregião de Toledo.</p>

Fonte: Resultado da pesquisa.

De acordo com o quadro 9, do ano de 1963 até 1970 foram fundadas as cooperativas agropecuárias foco de estudo desta pesquisa. Em comum, todas são fundadas por migrantes agricultores descendentes de italianos e alemães, advindos das antigas colônias gaúchas e catarinenses, e que colonizaram a mesorregião Oeste paranaense. Também há em comum os motivos que os levaram a formar a associação cooperativa, quais sejam: os problemas que enfrentavam para conseguir os insumos necessários à produção e à assistência técnica das lavouras, a armazenagem e a comercialização da produção.

A relação nominal dos 182 fundadores das cooperativas agropecuárias, citadas no quadro 9, está demonstrada no quadro 10 abaixo.

Quadro 10 - Relação nominal dos associados das cooperativas pesquisadas

COOPERATIVA (NOME E MUNICÍPIO SEDE)	ASSOCIADOS		
	NOME	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL
Cooperativa Agrícola Consolata (23/10/1963)  (atual <b>COPACOL</b> )  Cafelândia	Adão Kopceski	Agricultor	Casado
	Alderico de Paula Neves	Agricultor	Casado
	Aloizio Dieckmann	Agricultor	Casado
	Amélio Andreassa	Agricultor	Casado
	Angelo Grigio	Agricultor	Casado
	Angelo Voltolini	Agricultor	Casado
	Antonio Beletini	Agricultor	Casado
	Arlindo Reichert	Agricultor	Casado
	Caetano Squizzato	Agricultor	Casado
	Domingos Motter	Agricultor	Casado
	Evaldo Roling	Agricultor	Casado
	Germano Bernardo Alba	Agricultor	Casado
	Guerino Motter	Agricultor	Casado
	Hillário Hellmann	Agricultor	Casado
	Ildo Pascoali	Agricultor	Casado
	José Grigio	Agricultor	Casado
	José Motter	Agricultor	Casado
	José Oenning	Agricultor	Casado
	Juventino Zatta	Agricultor	Casado
	Manuel Barcellos	Agricultor	Casado
	Marcolino Primo Gambetta	Agricultor	Casado
	Mário Bortolato	Agricultor	Casado
	Orlando Vitoria	Agricultor	Casado
	Oswaldo Corrêa Aguiar	Agricultor	Casado
	Otávio Motter	Agricultor	Casado
	Padre Luis Luise <small>(natural de Martellago-Veneza, Itália)</small>	Sacerdote	-----
	Pedro Hellmann	Agricultor	Casado
Pedro Squizzato	Agricultor	Casado	
Ranulfo Cardoso	Agricultor	Casado	
Romano Czerniej	Agricultor	Casado	
Severino Squizzato	Agricultor	Casado	
Walter Buss	Agricultor	Casado	
	Abud Dequech	Agricultor	Não consta
	Alfredo Münch	Agricultor	Não consta
	Guerino Spessatto	Agricultor	Não consta
	Reinaldo Pasqual Fontana	Agricultor	Não consta
	Wendelino Kappes	Agricultor	Não consta
	Ottmar Schwengber	Agricultor	Não consta

CAMPAL (07/11/1963)  (atual <b>C.VALE</b> )  Palotina	Wilmuth Rockembach	Agricultor	Não consta
	Emílio Fengler	Agricultor	Não consta
	Alberto Carraro	Agricultor	Não consta
	Luiz Spessatto	Agricultor	Não consta
	Adelino Vendruscolo	Agricultor	Não consta
	Alfredo Brüne	Agricultor	Não consta
	Alfredo Bertoni	Agricultor	Não consta
	Leoneldo Paludo	Agricultor	Não consta
	Friedoldt Gross	Agricultor	Não consta
	Balduino Lindemann	Agricultor	Não consta
	Johan Rosemberger	Agricultor	Não consta
	Reinoldo Gross	Agricultor	Não consta
	Arthur Becker	Agricultor	Não consta
	Marcelino Afonso Neis	Agricultor	Não consta
	Alberto Gielow	Agricultor	Não consta
	Werno Bruno Ritter	Agricultor	Não consta
	Atílio Maróstica	Agricultor	Não consta
	Ângelo Marchezan	Agricultor	Não consta
Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda - Comasil (19/03/1964)  (Atual <b>LAR</b> )  Medianeira	Pe. José Backes	Padre	-----
	Julio Paetzold	Agricultor	Casado
	Eugênio Schneiders	Agricultor	Casado
	Pedro Butzke	Agricultor	Casado
	Edmundo Schwendler	Agricultor	Casado
	Dary Dalla Barba	Agricultor	Casado
	Cláudio A, Raffler	Agricultor	Casado
	Elmundo Brod	Agricultor	Casado
	Pedro Ernesto Nicolay	Agricultor	Casado
	Arthur Ruckhaber	Agricultor	Casado
	Leopoldo Aloisio Hennemann	Agricultor	Casado
	José Miguel Mallmann	Agricultor	Casado
	João Arthur Fritzen	Agricultor	Casado
	Alberto Hoffmann	Agricultor	Casado
	Zeno Wilibaldo Ames	Agricultor	Casado
	Leo Frey	Agricultor	Casado
	Ary José Schwan	Agricultor	Casado
	Silvino Heck	Agricultor	Casado
	Francisco Raimundo Konzen	Agricultor	Casado
	Germano Schwendler	Agricultor	Casado
	Alfredo Friedrich	Agricultor	Casado
	Eugênio Friedrich	Agricultor	Casado
	Pedro Aloizio Royer	Agricultor	Casado
	Michael J. Schmitz	Agricultor	Casado
	Wilibaldo Mathias Hochscheidt	Agricultor	Casado
	Osvino Simon	Agricultor	Casado
	Leopoldo Pedro Strehl	Agricultor	Casado
	Osvino Friedrich	Agricultor	Casado
	Edgar Willibaldo Alebrant	Agricultor	Casado
	Anton Josef Dasenbrock	Agricultor	Casado
	Anton Dasenbrock	Agricultor	Casado
	Domingos Bridi	Agricultor	Casado
	Eugênio Nicolau Lenz	Agricultor	Casado
	Reno Ignácio Glesse	Agricultor	Casado
	Olvio Roque Schneider	Agricultor	Casado
	Irineu Zoehler	Agricultor	Casado
José A, Ludwig	Agricultor	Casado	
Pedro S, da Silva	Agricultor	Casado	
Aloys Johann Hark	Agricultor	Casado	
Edmundo Lenz	Agricultor	Casado	
Silvino M. Barbian	Agricultor	Casado	
Otto Gutjahr	Agricultor	Casado	
Jacob Paetzold	Agricultor	Casado	
Arlindo Schwengber	Agricultor	Casado	

	Evaldo Lauro Nicoden	Agricultor	Casado	
	Afonso Guilherme Konzen	Agricultor	Casado	
	Hugo Berwanger	Agricultor	Casado	
	Arthur Goerck	Agricultor	Casado	
	Floriano Nicolau Maldaner	Agricultor	Casado	
	Primino Mayer	Agricultor	Casado	
	José Beno Frohlich	Agricultor	Casado	
	Affonso Sausen	Agricultor	Casado	
	Edvino Aloisio Willers	Agricultor	Casado	
	Rudy Reinaldo Barbian	Agricultor	Casado	
	Edmundo Dapper	Agricultor	Casado	
<b>COPAGRIL</b> Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda (09/08/1970)  Marechal Cândido Rondon	Alberto Dresch	Agricultor	Casado	
	Aldino Alfredo Scheffel	Agricultor	Casado	
	Almiro Bauermann	Agricultor	Casado	
	Arlindo Alberto Lamb	Agricultor	Casado	
	Arlindo Schwantes	Agricultor	Casado	
	Artur João Thober	Agricultor	Casado	
	Bruno Alcides Freitag	Agricultor	Casado	
	Conrado Bach	Agricultor	Casado	
	Eldor Egon Lamb	Agricultor	Casado	
	Elmo Lauro Gall	Agricultor	Casado	
	Ercy Anelino Sturm	Agricultor	Solteiro	
	Estanislau Czicza	Agricultor	Casado	
	Germano José Kuhn	Agricultor	Casado	
	Guido Porth	Agricultor	Casado	
	Guido Rockenbach	Agricultor	Casado	
	Harry Pydd	Agricultor	Casado	
	Helmuth Roesler	Agricultor	Casado	
	Henrique Frederico Halla	Agricultor	Casado	
	Ilmo Kopper	Agricultor	Casado	
	Ivo Hilário Cunha	Agricultor	Casado	
	José Roberto Feiden	Agricultor	Casado	
	Lauro Bruno Freitag	Agricultor	Casado	
	Plínio Klemann	Agricultor	Casado	
	Reinwald Adolfo Procknow	Agricultor	Casado	
	Seobaldo Prieznitz	Agricultor	Casado	
	Siegfried Carlos Graff	Agricultor	Casado	
	Simon Scherer	Agricultor	Casado	
	Theodoro Konieczniak	Agricultor	Casado	
	Vicente Lauro Lang	Agricultor	Casado	
	Cooperativa Agroindustrial <b>COOPAVEL</b>  (15/12/1970)  Cascavel	Moisés Fernandes Vargas	Não consta	Não consta
		José Jalmar Vargas	Não consta	Não consta
Adolfo Cortese		Não consta	Não consta	
Clemente Albino Cortese		Não consta	Não consta	
José Smarczenski		Não consta	Não consta	
Aroldo Cruz		Não consta	Não consta	
Antônio Olímpio de Queiroca		Não consta	Não consta	
Jacó Maximiliano L, Salvatori		Não consta	Não consta	
Francisco Smarczenski		Não consta	Não consta	
Marcolino Rebelato		Não consta	Não consta	
Roberto Wipych		Não consta	Não consta	
Antônio Simões de Araújo		Não consta	Não consta	
Ary Scherer		Não consta	Não consta	
Pedro Storte Filho		Não consta	Não consta	
Inácio G. dos Santos		Não consta	Não consta	
Walter Linzmeyer		Não consta	Não consta	
João Ramiro da Silva		Não consta	Não consta	
Emílio Antônio Bebber		Não consta	Não consta	
Lucidio Ângelo Nazari		Não consta	Não consta	
João Sbardelotto		Não consta	Não consta	
Anísio Paim da Rocha		Não consta	Não consta	
Indalésio Leffer Padilha		Não consta	Não consta	
Ferdinando Periolo		Não consta	Não consta	
Abílio Redivo		Não consta	Não consta	

Osmar Ranghetti	Não consta	Não consta
Isidoro Bonato	Não consta	Não consta
Horolino Bilíbio	Não consta	Não consta
Augustinho Domingos Bonato	Não consta	Não consta
Oswaldo Expedito Dal'Oglio	Não consta	Não consta
Onório Berté	Não consta	Não consta
Francisco Antônio Sciarra	Não consta	Não consta
Fermino Paim	Não consta	Não consta
Danilo Honorino Bernardi	Não consta	Não consta
Antônio Pedro Antonello	Não consta	Não consta
Artemio Denardin	Não consta	Não consta
Euclides Antônio Dias	Não consta	Não consta
Oscarlino Menks	Não consta	Não consta
Leopoldo Locks	Não consta	Não consta
Romão Holtman	Não consta	Não consta
Waldemar Walter Dal Molin	Não consta	Não consta
Ramiro Weidman	Não consta	Não consta
Cataratas Emp, Agronômicos e Florestais Ltda	Não consta	Não consta

Fonte: Adaptado pela autora de acordo com as Atas de fundação das cooperativas Copacol, C.Vale, Lar, Copagril e Coopavel.

Por meio do quadro 10, é possível constatar certa hegemonia étnica dos agricultores fundadores das cooperativas agropecuárias em estudo, qual seja, a etnia italiana e alemã. Outra característica em comum era o estado civil desses fundadores, isto é, a grande maioria era casado e tinha por profissão a agricultura.

Os dados do quadro 10 ratificam o quadro histórico de colonização e de povoamento da mesorregião Oeste apresentado nas páginas anteriores. Ou seja, de acordo com esses dados, os fundadores das cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião Oeste paranaense fizeram parte das levas de famílias de colonos agricultores gaúchos e catarinenses que migraram e colonizaram a mesorregião a partir da década de 1950.

Também merece estar no grupo de Municípios sedes das cooperativas agropecuárias da mesorregião Oeste do Paraná, o município de Toledo, por ter sido esse a sede de uma das principais cooperativas agropecuárias do país ao longo das décadas de 1980 e 1990, a Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda - Coopagro.

Toledo foi fundada pelo gaúcho de Caxias do Sul, Zulmiro Antônio Ruaro no dia 27 de março de 1946, com mais 13 homens do mesmo município. Até o mês de junho daquele ano, mais 11 homens e a primeira família, a de José Bolson, chegam a Toledo e iniciam o processo de derrubada das árvores e a construção das primeiras casas e de um hotel. Dez anos mais tarde, em 1956, a extração e o comércio da madeira já era um expansivo negócio comercial, tanto que, a madeireira

Maripá empregava mais de 20 caminhoneiros que transportavam a madeira até o porto Britânia e se hospedavam no Hotel Maripá, em Toledo. (NIEDERAUER<sup>154</sup>, 2004).

Entre os anos de 1949 e 1950, inicia-se o processo de colonização de Toledo. "O objetivo era povoar densamente a região com pequenos proprietários" para que a agropecuária pudesse ser desenvolvida (NIEDERAUER, 2004, p. 190). Para tanto, os pioneiros Willy Barth, Edon e Curt Bercht constroem um plano de colonização que define a infraestrutura mínima que seria ofertada aos futuros agricultores-colonizadores.

A extensa área de terra seria dividida em pequenas glebas, colônias de até 25 hectares (250,000 m<sup>2</sup>), "Cada grupo de colônias tinha que estar provido de um povoado com, no mínimo, casa comercial<sup>155</sup>, igreja, escola, assistência médica." Também deveriam estar interligadas por estradas transitáveis que davam acesso à Toledo. Outra particularidade era a divisão das colônias com acesso a água corrente, fator muito valorizado pelos colonos em função da produção de pequenos animais. (NIEDERAUER, 2004, p. 190).

Assim, o processo de colonização de Toledo se inicia. Uma vez construída a infraestrutura desejada, inicia-se o processo de venda das colônias. Essas colônias deveriam ser vendidas a famílias de produtores, "[...] gente que já tivesse prática na derrubada de mato, no plantio de lavoura e habituada à policultura e criação de pequenos animais, como aves e suínos" (op cit., p. 201), e que tivessem o interesse de viver em comunidade, preferencialmente comunidades cristãs.

Isso posto, Toledo e sua microrregião passam a ser colonizadas de forma rápida e condizente com os objetivos da colonizadora, tanto que, a partir do ano de 1952, atrai a vinda não só de famílias de agricultores descendentes de alemães,

---

<sup>154</sup> Ondy Hélio Niederauer nasceu no ano de 1924 em Santa Maria (RS). Formado em Contabilidade pela PUC-RS, morou em Porto Alegre até o ano de 1950, data em que migrou com sua esposa para o pequeno povoado de Toledo (PR). Sua missão era reorganizar a contabilidade da Colonizadora Maripá. Faleceu em fevereiro de 2012, em Toledo, com 88 anos. Além da contabilidade era escritor e gostava de retratar a história de que fez parte. O livro: Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso, de 2004, sintetiza os 62 anos que viveu em Toledo.

<sup>155</sup> Essas casas comerciais deveriam além de fornecer os insumos necessários a produção agropecuária dos colonos, ser responsáveis pela compra do excedente da produção dos mesmos. (NIEDERAUER, 2004, p. 190).

italianos e polacos do interior de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas também de agricultores imigrantes do norte da Alemanha, entre esses a família de Friedrich P. H. Isenberg. Engenheiro agrônomo e veterinário, Isenberg adquiriu algumas colônias no distrito de Vila Nova transformando-a na primeira lavoura mecanizada do Oeste paranaense e, alguns anos depois, se torna o pioneiro da introdução e da produção de soja<sup>156</sup> de toda a região<sup>157</sup>.

À medida que a produção agrícola se expande na região e, diante das dificuldades de transporte e de assistência técnica, Isenberg lidera um grupo de 27 agricultores que fundam em 08/08/1970, no distrito de Vila Nova, pertencente ao Município de Toledo, a Cooperativa Agrícola do Oeste Ltda.

Um ano após sua fundação, em 1971, a Cooperativa acima, altera seu nome para Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda - Coopagro. Nesse ano, o quadro de sócios já era composto por 345 agricultores da microrregião, sendo o presidente da cooperativa, Sigisfredo Anschau. (WILLERS, 1993).

Em novembro de 1971, a sede da Coopagro é transferida para o Município de Toledo e o distrito de Vila Nova se torna seu primeiro entreposto. A partir dessa data, a Coopagro se torna uma cooperativa atuante de abrangência regional, com 05 entrepostos, além da sede, e com mais de 2.903 agricultores associados, ou seja, um crescimento de 842% de seu quadro associativo. (WILLERS, 1993).

A Coopagro adentra a década de 1980 como uma das 10 cooperativas agropecuárias de maior destaque no país, detendo em seu quadro associativo mais de 4.200 agricultores e cerca de 870 funcionários. Contudo, a partir do ano de 1990, a cooperativa começa a enfrentar sérios problemas para liquidar suas dívidas. O fato se agravou de tal maneira que a diretoria decreta sua liquidação<sup>158</sup> em 20 de dezembro de 1993<sup>159</sup>. (CONTROLCONTABIL, 2002).

---

<sup>156</sup> Produto que, a partir dos anos 1970, se tornaria o principal grão cultivado na região. A rápida disseminação da cultura deveu-se ao fato de que a mesma já era conhecida e cultivada pelos agricultores migrantes. (IPARDES, 2008).

<sup>157</sup> Mais detalhes acerca deste processo ver Bulhões (2007).

<sup>158</sup> De acordo com a Lei 5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências, consta em seu Artigo 4º que as cooperativas não estão sujeitas a falência, mas sim sua liquidação extrajudicial conforme citado no Capítulo XI - Da Dissolução e Liquidação.

<sup>159</sup> Em função de dívidas que chegaram ao montante de aproximadamente R\$ 100 milhões com bancos, órgãos de fomento, Receita Estadual, Receita Federal, INSS, Prefeituras,

Em depoimento ao Jornal Gazeta do Povo<sup>160</sup>, em 03/06/2002, um dos fundadores da Coopagro, Galdino Terra, na época com 70 anos e residindo em Luís Eduardo Magalhães (Bahia), disse que ficou sabendo do leilão. “Eu perdi um capital social que equivale hoje a um carro zero quilômetro, mas a maior perda foi de todo um trabalho. Vejo isto com muita tristeza”. Segundo Galdino, na época das “vacas gordas”, década de 1980, a Coopagro chegou a ter 7 mil associados. “A Coamo<sup>161</sup> comprou parte do patrimônio da cooperativa, mas ela nunca irá substituir o que a Coopagro representava para o Oeste”, finaliza o agricultor. (CONTROLCONTABIL, 2002).

Com a falência da Coopagro seu quadro de associados fica a mercê das empresas privadas que comercializam produtos agropecuários da microrregião de Toledo. Cientes dessa situação e ávidos pela recuperação do quadro associativo da Coopagro, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - Coamo adquiriu a sede administrativa da Coopagro e, em 29 de dezembro de 1994, passa a prestar atendimento para parte do quadro de associados da Coopagro.

Apesar do desgosto e da frustração dos agricultores associados à Coopagro com a falência, fato relatado em vários meios de comunicação da região na época, a necessidade de fazer parte do sistema cooperativo falou mais alto, tanto que, aqueles que não se associaram a Coamo, fundaram a Primato<sup>162</sup> quatro anos mais tarde, em 1997.

---

além de ações trabalhistas de ex-funcionários. (CONTROLCONTABIL, 2002).

<sup>160</sup> Jornal impresso de circulação diária com sede em Curitiba e tido como o de maior circulação no Estado do Paraná.

<sup>161</sup> A Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - COAMO foi fundada em 28 de novembro de 1970, com 79 agricultores liderados por Fioravante João Ferri. Com sede no município de Campo Mourão, na mesorregião Centro-Oeste do Paraná, a cooperativa adentrou a década de 2010, com 116 unidades localizadas em 67 Municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, para recebimento da produção agrícola dos seus mais de 26 mil associados e 6.452 funcionários efetivos. Configura-se no Brasil e na América Latina como a maior cooperativa agrícola e, uma das maiores empresas do país, classificando-se no 53º lugar entre as 500 maiores e melhores empresas brasileiras, segundo o Guia Exame Maiores e Melhores do ano de 2014. Sua história com a liquidação da Coopagro tem início em 29 de dezembro de 1994 quando compra a sede administrativa da Coopagro. A partir dessa data ela passa a prestar atendimento para parte do quadro de associados na Coopagro. Mais detalhes acessar: <http://www.coamo.com.br>.

<sup>162</sup> A atual Primato foi fundada em 15/07/1997, sob a denominação de Cooperlac - Cooperativa Agroindustrial, em Toledo/PR. Seu

A Primato adentra a década de 2010 com mais de 2.000 cooperados produtores de leite e de suínos. Seu faturamento médio está na casa de R\$ 119 milhões. É dona de 14% da Frimesa<sup>163</sup>, para a qual entrega mais de 2,5 milhões de litros de leite e 17 mil cabeças de suínos, ao mês. O que representa, em média, 22% de tudo que a Frimesa industrializa.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 CULTURA ASSOCIATIVA: A GÊNESE DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DE ALIMENTOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar e compreender a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião Oeste paranaense, a partir da cultura associativa de seus fundadores. Para tanto, foram estruturadas duas frentes de pesquisas: a) a construção de referencial teórico pautado no conceito da cultura associativa e do sistema cooperativista e; b) no quadro de

---

objetivo é o de servir de estímulo, desenvolvimento e defesa econômico social das atividades dos cooperados ligados a produção suinícola e avícola. (<http://www.primato.com.br>, 2014).

<sup>163</sup> A Frimesa é uma cooperativa central, fundada no ano de 1977, no município de Francisco Beltrão (mesorregião Sudoeste paranaense) a partir da união de seis mil agricultores de quatro cooperativas: Coasul (São João), Comfrabel (Francisco Beltrão), Camdul (Dois Vizinhos) e Coopersabadi (Barracão). Ao longo do projeto de implantação de uma agroindústria voltada para a industrialização da carne suína e dos derivados de leite, algumas cooperativas da região Oeste procuraram as lideranças da cooperativa com a proposta de compra da massa falida do Frigorífico Medianeira S/A. Nesse momento, uniram-se à Frimesa as cooperativas singulares: Coagro (Capanema), Cotrefal, hoje Lar (Medianeira), Copagril (Marechal Cândido Rondon) a extinta Coopagro, Primato (Toledo), Copacol (Cafelândia) e C.Vale (Palotina). A união do Sudoeste e Oeste resultou na congregação de mais de dez mil cooperados. No ano de 1981, sob forte crise financeira, as cooperativas do Sudoeste deixam a Frimesa, fato que gerou a transferência da sede para o Município de Medianeira, região Oeste do Paraná, desde então a Frimesa congrega as cooperativas Lar (Medianeira), Cvale (Palotina), Primato (Toledo), Copacol (Cafelândia) e Copagril (Marechal Cândido Rondon). A Frimesa adentra a década de 2010 com mais de 6.158 produtores de leite e de suínos integrados, os quais garantem a matéria prima necessária à produção industrial. Seu parque fabril gera 5.251 empregos diretos e cerca de 22.790 mil pessoas ligadas economicamente com a empresa. Mais informações acessar, <http://www.frimesa.com.br>.

análise pautado no processo de formação, colonização e povoamento da mesorregião Oeste paranaense e na fundação das cooperativas agropecuárias de alimentos afetas àquela mesorregião.

Iniciamos nossa análise com o processo de ocupação e de colonização da mesorregião Oeste do Paraná. A colonização dessa mesorregião não se deu de forma isolada, mas fez parte de uma conjuntura histórica que a favoreceu: a política getulista de colonização do interior do Brasil. Ou seja, esteve associada ao contexto político-econômico nacional das décadas de 1930 e 1940 que objetivava a colonização dos espaços vazios do interior do país e, com ela, a expansão das fronteiras agrícolas nacionais para o abastecimento interno de alimentos.

A região em pauta, até então, era praticamente desocupada. Havia apenas o Município de Foz do Iguaçu, fronteira com a Argentina e o Paraguai, ocupado majoritariamente por índios, caboclos e posseiros de origem argentina e paraguaia. Essa ocupação se estendia ao longo do Rio Paraná até onde, hoje, está localizado o Município de Guaíra, na época terras em que a Companhia Matte Laranjeira<sup>164</sup> explorava a erva-mate. Ou seja, a colonização da região Oeste do Paraná, além de favorecer a ampliação das áreas agricultáveis do país e com ela ampliar o fornecimento de matéria prima para o incipiente mercado de produtos alimentícios do estado e do país, era estratégica para a consolidação da soberania nacional, uma vez que colonizando tal região seria possível proteger a fronteira da invasão de estrangeiros.

Ou seja, as colônias foram organizadas visando objetivos de posse do território e produtivos (econômicos), sendo destinadas a grupos colonizadores compostos por famílias, sendo essas, proprietárias de seus lotes coloniais. A escolha pela migração de jovens famílias rurais descendentes de europeus do sul do país iria assegurar ao governo a manutenção dos padrões étnicos e culturais necessários à colonização e a utilização das terras, ampliando sobremaneira as chances de torná-las produtivas.

Para tanto, o governador Moisés Lupion, que esteve à frente do executivo paranaense naquele período, juntamente com o governo federal e companhias particulares de colonização de origem gaúcha planejaram a colonização da região. Nesse processo de planejamento estava previsto à organização do território em

---

<sup>164</sup> Informações acerca desta Companhia ver Bianchini (1994).

colônias de terras de 10 até, no máximo, 25 alqueires interligados umas às outras por estradas e ao fundo de cada colônia a passagem de um leito de rio. Em cada conjunto de colônias era organizado um ponto de referência central, dotado de uma igreja, escola e um pavilhão de festas. Essa foi a plataforma colonial ofertada.

O planejamento acima citado foi divulgado nas colônias de agricultores descendentes de imigrantes europeus do interior gaúcho e catarinense, como forma de atrair o excedente de mão de obra agrícola existente naqueles estados. Esse era o plano de colonização a ser executado pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - Maripá e a Colonizadora Pinho e Terras Ltda, até porque o perfil do colonizador desejado era o de jovens famílias de colonos descendentes de imigrantes europeus, preferencialmente de alemães e italianos e que tinham condições de adquirir sua colônia de terra e torná-la produtiva. Quer dizer, atrair colonizadores que desejassem migrar para outras terras com o objetivo de "fazer a vida".

Nesse sentido, a colonização da mesorregião Oeste paranaense, pós década de 1940, constituiu-se de correntes migratórias internas. Esse processo migratório foi parte da conjuntura política e socioeconômica brasileira adotada pelos governos federal e estadual a partir do final da década de 1940. O programa de colonização adotado e executado pelas duas companhias colonizadoras já citadas foi exitoso, tanto que, até o final da década de 1960, toda a mesorregião estava colonizada pelos colonos idealizados. Esses migrantes, colonizadores, de posse de suas colônias/propriedades partiam para o preparo da terra com vistas à produção de alimentos e a criação de animais domésticos, como aves, suínos e gado leiteiro, como fora planejado.

Ou seja, a colonização e o povoamento da mesorregião em pauta obedeceram a critérios semelhantes aos desenvolvidos nas antigas colônias de imigrantes europeus do interior gaúcho e catarinense do início do século XX, configurando-se numa colonização dirigida como fora descrito por Saatkamp (1984), Niederauer (2004), Gregory (2002) e Klauck (2004).

É a partir do contexto acima descrito que entramos no ponto focal de análise desta pesquisa. Porque formatar uma colonização dirigida?

Primeiro porque se sabia exatamente que tipo de colonizador era necessário para fazer frente à política econômica da época, qual seja, colonizar a mesorregião Oeste com homens jovens, de preferência casados, acostumados com a lida na

terra e com a criação de animais. Homens acostumados com a policultura de subsistência e que estivessem dispostos a migrar, a procurar novas fronteiras para construir seu lar e progredir economicamente ou, como na fala de Gregory (2002, p. 246), uma colonização com "[...] colonos selecionados [...]".

Ora, toda região carece de uma série de investimentos em infraestrutura para que se torne atrativa. Os governos da época, tanto federal quanto estadual, capitanearam o planejamento da colonização do interior paranaense, contudo, a operacionalização da mesma ficou a cargo das companhias colonizadoras privadas. No caso de parte da mesorregião Oeste as colonizadoras Maripá e Pinho e Terras foram as mais expressivas em termos de colonização propriamente dita. Essas companhias eram responsáveis pela estruturação do território, em termos de estradas e de organização comunitária mínima que fosse atrativa aos colonizadores idealizados. Como o tipo de colonizador estava definido, o território a ser colonizado precisava, então, estar de acordo com o estilo de vida desses colonos, como forma de ampliar as chances de atração dos mesmos. Para tanto, as campanhas de divulgação das companhias colonizadoras frente à nova fronteira agrícola era contundente: uma terra produtiva para construir família, progredir economicamente e preservar a cultura étnica de seus colonizadores, como na fala de Klauck (2004, p. 109), valorizou-se "[...] a família, a propriedade privada e a tradição agrícola".

Uma das estratégias adotada pelas companhias colonizadoras para atrair as famílias de colonos foi a união de forças com a Igreja, tanto católica quanto a evangélica luterana e as associações de moradores das colônias de origem. Por meio de anúncios em jornais locais, inclusive nos idiomas alemão e italiano, fomentou-se o ideal de uma nova região produtiva e próspera. Uma região onde era possível manter-se no campo e preservar as tradições culturais e étnicas de seus antepassados.

A Igreja também foi a idealizadora e a norteadora das ações de cooperação entre os colonos e sua comunidade e entre as comunidades. O discurso dominical pregava que a "esperança de vida" na terra nova se configurava na manutenção do "espírito cooperativo" que moveu seus pais e parentes, promovendo o progresso econômico-social das famílias que migrassem. Ou seja, um discurso que embalou as memórias de seus antecessores por uma nova vida, em que a manutenção das tradições culturais, étnicas e religiosas estariam preservadas. Essa era a "força" que nortearia as ações dos colonos na construção da nova terra.

O princípio pregado nas missas/cultos dominicais era o de que a cooperação seria o instrumento de ação das jovens famílias migrantes, pois seria por meio dela que se consolidaria o compromisso mútuo e a solidariedade nessa nova empreitada.

Ou seja, a religião legitimava a organização social cooperativa como modelo econômico ideal. As encíclicas *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) e *Mater et Magistra* sublinhavam com ênfase o estatuto social da cooperação e o apresentavam como alternativa ao modelo capitalista de concentração de renda e de exclusão social. Quer dizer, a Igreja pregava que o cristão, sujeito coletivo predisposto à cooperação, era o sujeito co-operante, um sujeito social que assume o papel de construtor de um projeto coletivo. Nesse sentido, a doutrina social da Igreja na época traduzia de certa forma, os elementos distintivos e as práticas sociais e culturais das unidades familiares tradicionais. Essas unidades tinham no núcleo familiar e na propriedade familiar os esteios da sociedade e da liberdade, valores almejados pelos colonos alemães e italianos migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste do Paraná.

Mas nem tudo transcorreu da forma planejada. As companhias colonizadoras cumpriram o planejado, qual seja, colonizaram a mesorregião Oeste com famílias de colonos descendentes dos imigrantes europeus das antigas colônias gaúchas e catarinenses, mas, o governo estadual não. Entre os problemas enfrentados, o principal era a falta de estradas que interligassem as colônias e, essas às estradas de acesso aos centros urbanos ou vilas que já estivessem mais bem estruturadas em termos de pontos de comércio<sup>165</sup>, igrejas e escolas.

A falta de infraestrutura básica, como estradas, dificultava sobremaneira a vida dos colonos, principalmente no quesito compra de insumos para a produção agropecuária quanto no escoar/comercializar o excedente da produção, o que lhes garantiria os recursos financeiros necessários para a sobrevivência na nova terra. Tudo era difícil e o isolamento das colônias maximizava as dificuldades.

---

<sup>165</sup> Esses pontos de comércio eram conhecidos, na época, como armazém, estabelecimento comercial, venda, casa comercial e bodega. Era comum comercializarem tecidos, sapatos, louças, móveis e outros utensílios domésticos, como velas e querosene, necessárias para a iluminação noturna e, para a lida na lavoura, ferramentas. Também vendiam alimentos sob a forma de cereais, embutidos e bebidas.

Contudo, os colonos migrantes resistiram e, nas duas décadas seguintes, 1960-1970, adaptaram-se e sobreviveram na nova terra. Essa adaptação esteve fortemente atrelada à preservação de sua fé, da cultura comunitária e associativa desses colonos. Essa era a cultura defendida pela Igreja, pelos líderes comunitários e pelas suas famílias de origem. Ou seja, os colonos migrantes deram continuidade ao modelo social e de vida que vivenciaram em suas colônias de origem. Sua história na nova terra é escrita a partir dos valores culturais e étnicos já enraizados em sua história enquanto sujeitos sociais, cuja tradição passa a ser replicada por meio das atividades práticas do cotidiano e dos interesses coletivos do grupo daquela época, como prescreve Geertz (1989) e Anderson (1993).

Esta coletividade assegurava-lhes a manutenção e o compartilhamento de suas tradições, de seus costumes, fortalecendo o pertencimento social de grupo, o de colonos, independente de serem de origem alemã ou italiana. Esse era o "espírito" que guiou o comportamento desses colonos na nova terra, o que nos faz ratificar Dubar (2005), quando de sua fala de que a cultura guia o comportamento do homem, nesse caso a cultura do colono migrante, cujo costume é reproduzido e perpetuado pelas suas próprias práticas sociais (THOMPSON, 1998).

O processo de colonização executado pelas companhias colonizadoras particulares na mesorregião Oeste paranaense possibilitou aos colonos migrantes, além do ideal do progresso econômico, as condições estruturais necessárias à manutenção de suas crenças e costumes. A formatação territorial das colônias/propriedades contava com um ponto de referência comunitário comum, onde fora construída a igreja e o salão comunitário. Eram nesses espaços coletivos de fé e de convivência que as tradições retroalimentavam-se, renovando-se num novo tempo e num novo espaço (HOBBSAWM; RANGER, 2008).

Sim, num novo tempo, mas com dificuldades semelhantes às de suas colônias de origem. Foi a partir dessas semelhanças que a cultura associativa, enraizada na história de vida desses colonos, é adaptada a sua nova realidade. Ou seja, os colonos migrantes, nos encontros dominicais, logo após a missa, resgatavam de suas memórias as dificuldades de seu passado recente, bem como, as soluções encontradas. Nessas memórias, a solidariedade comum figurava como saída aos problemas e dificuldades enfrentados, e foi com essa memória de solidariedade que estruturaram as soluções para os problemas presentes. Como nas palavras de Hobsbawm e Ranger (2008, p. 21), esses colonos utilizaram "a história

como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal", nesse caso, as ações de solidariedade convergiram nas associações comunitárias que mais tarde cercearam a fundação das associações cooperativas desses colonos.

Foram essas associações cooperativas que desencadearam, ao longo das décadas seguintes, na fundação das cooperativas agropecuárias de alimentos destacadas nesta pesquisa, quais sejam: Copacol, C.Vale, Lar, Coopavel e Copagril.

Em outras palavras, o migrante colonizador, por meio de suas lembranças, reproduziu, nas colônias da mesorregião Oeste paranaense, territórios imaginários semelhantes às de suas colônias de origem. A formatação e a manutenção estrutural de colônias étnicas possibilitou a esses migrantes viverem novamente as tradições de sua terra natal. Desse modo, as colônias da nova terra passaram a ser espaços construídos por famílias de migrantes que comungavam um passado comum.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ponto focal desta pesquisa partiu da premissa de que a cultura associativa dos pioneiros da colonização da mesorregião Oeste paranaense foi a propulsora da gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos dessa parte do território estadual.

Do ponto de vista teórico, a cooperativa agropecuária é uma sociedade de pessoas. Então, podemos dizer que é uma associação de pessoas que tem por ofício o trabalho no campo, as quais são responsáveis pela produção agropecuária de alimentos. Essas pessoas, produtores rurais, têm na cooperativa uma instituição que lhes possibilita tanto a aquisição dos insumos necessários à produção agropecuária e à respectiva assistência técnica ao longo da produção, quanto à garantia do recebimento, da armazenagem e da comercialização dessa produção. Ou seja, tem na cooperativa seu meio de sobrevivência enquanto produtor e a oportunidade de permanecer no campo.

No Estado do Paraná, o sistema cooperativo agropecuário de alimentos se configura no mais exitoso complexo agroindustrial responsável pela produção, industrialização e comercialização interna e externa de alimentos, tanto de origem vegetal quanto animal. No quadro associativo das 81 cooperativas agropecuárias registradas na Ocepar, no ano de 2012, havia 735 mil produtores associados, o que

correspondia a 1/3 do total de produtores rurais do Estado. Essas cooperativas geraram em torno de 63 mil empregos diretos, faturando mais 32,1 bilhões de reais no ano, o que representou 55% da economia agrícola estadual e cerca de 11% do PIB<sup>166</sup> estadual, configurando-as nas mais importantes empregadoras e geradoras de renda dos municípios do interior paranaense.

Especificamente para a mesorregião Oeste do Estado, as cooperativas agropecuárias estão presentes em todo o território, por meio de seus entrepostos e sede (Figura 1). Dessas, cinco destacam-se no cenário estadual e nacional, quais sejam: Copacol (com sede no Município de Cafelândia), C.Vale (com sede no Município de Palotina), Lar (com sede no Município de Medianeira), Coopavel (com sede no Município de Cascavel) e Copagril (com sede no Município de Marechal Cândido Rondon).

Detentoras de todo o processo produtivo de grãos, principalmente das *commodities* soja, milho, trigo e, da criação à industrialização de carnes e derivados de aves, suínos e gado leiteiro, as cooperativas acima citadas, juntas, fecharam o ano de 2013 com um faturamento na casa de R\$ 11,5 bilhões. Essa cifra representou 36% do total do faturamento das 81 cooperativas agropecuárias do Estado daquele ano. Geraram mais de 28.000 empregos diretos, 45% do total do segmento no estado e, detiveram em seu quadro associativo 37.568 produtores agropecuários, o que representou 6% do quadro associativo dessa categoria no Paraná.

Os números dos parágrafos acima chancelam o êxito econômico-social deste tipo de associação. Em cinco décadas, 1970-2010, as cooperativas agropecuárias em estudo foram fundadas, expandiram-se pelo território, fortaleceram-se economicamente e consolidaram o setor produtivo agropecuário regional e estadual. Mas também ficaram a mercê das políticas macroeconômicas nacionais, das crises financeiras, inclusive as da década de 1980, tida como a "década perdida"<sup>167</sup>, do êxodo rural em função da reestruturação produtiva, de

---

<sup>166</sup> PIB - Produto Interno Bruto. Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um determinado território econômico. (SANDRONI, 2003, p. 459).

<sup>167</sup> Os anos 1980, na América Latina, ficaram conhecidos como "a década perdida", no âmbito da economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração

subsistência para a produção em escala, com a revolução verde e, mesmo assim, conseguiram se ajustar e sobreviver, fato comprovado pelos números do parágrafo acima.

Estas palavras "conseguiram se ajustar e sobreviver" nos reporta ao foco de nossa pesquisa. Os problemas enfrentados no início da colonização pelos colonos migrantes, citados ao longo da pesquisa, os reportaram a um passado recente, trazendo-lhes memórias, lembranças dos tempos de dificuldades que seus pais e familiares vivenciaram quando da colonização do sul do país. Dessas memórias recuperaram-se não apenas os momentos de dificuldades mas também os de superação, as quais muito se assemelhavam na vida presente destes jovens colonos migrantes.

Entre as superações resgatadas das memórias desses colonos estava o modelo de associativismo comunitário praticado. Esse associativismo foi reproduzido nas novas colônias, uma vez que, nessas, existiam as condições humanas e estruturais muito semelhantes às das colônias de origem. A formatação de uma colonização pautada em uma estrutura territorial já conhecida pelos migrantes, a de colônias, conciliada ao tipo de colonizador atraído pelas companhias colonizadoras propiciaram no imaginário desses migrantes a reprodução da vida cotidiana que tinham vivenciado.

Essas lembranças cancelaram a necessidade do ideal de vida comunitário, desencadeando uma nova construção e novos meios de manutenção das comunidades de colonos, alicerçados nos pilares de sua crença religiosa e na preservação de suas tradições culturais e étnicas. Esse fato resgatou o espírito de solidariedade e de ajuda mútua desses colonos em prol da superação das dificuldades comuns que enfrentavam.

Pois bem, foi a partir das dificuldades individuais e, dessas, às coletivas desses colonos migrantes que o resgate do espírito gregário aflora, configurando-se em ações de cooperação, as quais ratificam o *modus operandi* de ser e de agir dos colonos do sul do Brasil. Esse espírito gregário se transforma nas associações de produtores rurais que se tornam as cooperativas agropecuárias de alimentos foco desta pesquisa.

Nesse sentido, a seleção e a valorização de um tipo específico de sujeito, o colono do interior do sul do país, configurou-se no sujeito social coletivo que transformou o território da mesorregião Oeste paranaense. Esse colono, diante das adversidades enfrentadas, estruturou suas ações num forte comprometimento enraizado em sua cultura étnica-religiosa, tendo por objetivo central o compromisso de solidariedade e de cooperação que propiciaram a sobrevivência na nova terra.

Isso posto, nos parece que temos o arcabouço histórico necessário a confirmação da hipótese desta pesquisa, qual seja: na mesorregião Oeste paranaense a gênese das cinco cooperativas agropecuárias de alimentos em foco (Copacol, C.Vale, Lar, Coopavel e Copagrill) se deu em função das necessidades sociais dos sujeitos e não das políticas públicas de desenvolvimento nacional e estadual praticadas a partir da década de 1940. A fundação das sociedades cooperativas veio de encontro aos interesses econômicos dos produtores rurais e não apenas aos do governo.

Quer dizer, a cultura associativa resgatada por meio das memórias dos colonos fundadores das cooperativas em estudo, tornou-se marco cultural mantido e reproduzido pela estrutura comunitária dos colonos. Suas dinâmicas relacionais mantiveram-se independentes das mudanças macroeconômicas do país. Foi esse espírito gregário, entranhado na estrutura social dos migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste do Paraná, o norteador das iniciativas de cooperação que desencadearam nas associações de produtores e que se tornaram nas cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião em estudo.

Pois bem, no início desta pesquisa, o tema do cooperativismo agropecuário foi o que nos instigou a uma investigação teórica mais precisa e aprofundada sobre o tema, até porque, esta pesquisadora descende de agricultores que acreditaram no sistema cooperativo e que, com o passar do tempo, ainda fazem parte dele por meio de seus filhos e netos. Uma pergunta nos instigava: o que de fato os move em direção ao sistema cooperativo?

Passados alguns meses de pesquisas teóricas e históricas, de leituras e releituras das referências afetas ao tema de pesquisa, concluímos que o cooperativismo é um movimento social, uma filosofia de vida, um modelo socioeconômico, cujo acesso requer uma atitude, uma atitude de protagonista, de agir em prol do bem comum. Por isso, não nos parece possível falar de cooperativismo sem falar de comunidade. Neste sentido a pergunta do parágrafo

acima nos parece que esta parcialmente sanada. Sim, parcialmente, porque a gênese do cooperativismo agropecuário de alimento da mesorregião Oeste paranaense, do ponto de vista de resgate teórico conceitual e histórico apresentado até este momento, indica que adveio da cultura associativa de seus fundadores, o que nos levou a considerar que a hipótese da pesquisa foi confirmada.

Contudo, alguns desafios foram encontrados ao longo desta jornada acadêmica, os quais nos motivam a continuar a pesquisa. Como exemplo, podemos citar a ampliação da pesquisa para a esfera de entrevistas juntos aos fundadores das cooperativas em foco que ainda estejam vivos, ou de seus descendentes. O resgate oral da história de migração desses colonos e dos desafios e soluções encontradas no processo de colonização poderão reforçar de forma inédita a hipótese da pesquisa.

Até porque, a falta de informações e de documentos que relatassem com maior profundidade a história de fundação das cooperativas em estudo, foi o principal limitador da pesquisa. Somente a Copacol e a Lar detinham em seu acervo bibliográfico um "livro" editado e publicado alusivo a sua história. Quanto às demais cooperativas, conseguiu-se somente dados da Ata de fundação, sendo que esses dados ficaram restritos ao nome dos sócios fundadores.

Isso posto, a pesquisa aqui relatada é apenas o início da jornada. Ampliar as áreas de estudo em torno do sistema cooperativado além da área econômica, contábil e de modelos de gestão administrativos, comum na produção acadêmica nacional das duas últimas décadas, é construir cientificamente outro roteiro de pesquisa. É focar no elemento humano, sujeito social culturalmente construído, responsável direto por atos que constroem sua própria história e a história dos seus.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ACI – Aliança Cooperativa Internacional. **Declaração sobre a identidade cooperativa**. 1998. Disponível em: <<http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html>> Acesso em 15 jul.2012, 15:40:15.

AMARAL, L. **História geral da agricultura brasileira**: no tríplice aspecto político-social-econômico. 2. ed, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. (vol. 1 e 2).

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo, Lisboa: edições 70. 2005,

ARAÚJO, S. M. P. **Eles**: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Indústria Gráfica Projeto, 1982.

AVERBUG, A. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90\\_02.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf) Acesso em 20 out. 2014, 16:30:05.

BALDUS, Herbert; WILLEMS, Emílio. Dicionário de etnologia e sociologia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

BALHANA, A. P. et al. **História do Paraná**. Curitiba: Graphipar, 1969. Vol.1

\_\_\_\_\_. **Um Mazzolino de Fiori**. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 2002. vol. 1 (Org. Cecília Maria Westphalen).

BARTH, F. **Los Grupos Étnicos y sus Fronteras**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1976.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECKER, H. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar. 1977.

BELIK, W; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (org.) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

BENATO, J.Y. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: ICA, 1994.

BENECKE, D.W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre: Assocene, 1980.

BÊRNI, D. A. (Org.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIALOSKOSRKI NETO, S. **Cooperativas**: economia, crescimento e estrutura de capital. 1998. 202 p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. Piracicaba. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Agribusiness cooperativo: economia, doutrina e estratégias de gestão**. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, São Paulo: 1994.

BIANCHINI, O.C. **A Companhia Matte Laranjeiras e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. 1994. 335 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói (RJ), 1994.

BOGARDUS, E. S. **Princípios de cooperação**. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1964.

BOURDIEU, P. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas, SP: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANCO, Angela Uchoa. Crenças e práticas culturais: co-construção e ontogênese de valores sociais. **PRO-POSIÇÕES**, v.17, n.2, maio/ago. 2006, p. 139-155

BRASIL – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil**. DENACOOB – Brasília: MAPA, 2006.

BULGARELLI, W. **As cooperativas agrícolas como empresas econômicas**. São Paulo: USP, 1972.

\_\_\_\_\_. **Regime jurídico das sociedades cooperativas**. São Paulo: Pioneira, 1965.

\_\_\_\_\_. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica**. 2. ed. Rio de Janeiro. Renovar, 2002.

BULHÕES, R. **Limites e possibilidades para expansão da cultura da soja no Paraná**. 2007. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2007.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. v.4. Jaguariúva: SP: EMBRAPA Meio Ambiente: 2000.

CANCIAN, N.A. **Cafeicultura paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. 4. ed. São Paulo: Unicamp, 1995.

CARDOSO, J. A. WESTPHALEN, C. M. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Indústria Gráfica. Projeto, 1981.

CASSEL, C.; SYMON, G. **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. UK: Sage Publications, 1994.

CODATO, E. **Colonização agrícola: a colônia três barras - 1932-1970**; 1981. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná. 1981.

Controlcontabil. Disponível em:  
<<http://www.controlcontabil.com.br/imprimir.asp?codigo=320>>. Acesso em 05 dez.2013. 09:36:40.

COLODEL, J. A. **Obrages e companhias colonizadoras**. Cascavel: Assoeste, 1988.

COLOGNESE, S. A.; SCHALLENBERGER, E. A. **Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico luterano no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 1994.

COLOGNESE, S. A. **Associações étnicas de italianos: identidade e globalização**. São Paulo: Itália Nova, 2004.

\_\_\_\_\_. Associativismo étnico: o caso dos descendentes de italianos. *Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional, CASCAVEL*, v. 2, n.1, p. 17-30, 2006.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Business research methods**. Irwin: McGraw-Hill, 2000.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

COUCEIRO, Sylvia. **Os desafios da história cultural**. In. BURITY, *Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

CRUZ, N. Imigração. MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. Migração. MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)**. Campinas: ICONE/UNICAMP, 1985.

DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção prospectiva; v.6)

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do estado; ação, política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, L. G. **Capitalismo & cooperativismo no R.G.S.:** o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisas em Ciências Sociais, 1986.

DUBAR, C. **A crise das identidades:** a interpretação de uma mutação. Porto (Portugal): Afrontamento, 2006. (Coleção Caleidoscópio. 3)

\_\_\_\_\_. **A socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUGATKIN, L.A. Cooperation among animals An evolutionary perspective. Oxford University Press, 1997.

DURKHEIM. É. **Da divisão do trabalho social.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural. 1978. (Coleção: Os pensadores; 32).

EAGLETON, T. **Ideia de cultura.** São Paulo: UNESP, 2005.

ELIAS, N. **O processo civilizador.** v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

EMATER/PR. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>>. Acesso em: 10 out. 2012. 11:40:05.

ERTHAL, R. A colonização portuguesa no Brasil de a pequena propriedade. **In.:** SANTOS. M. [et al.]. Território: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

FAJARDO, S. **Estratégias e territorialidades das cooperativas agropecuárias e empresas globais do setor agroindustrial no Paraná.** 2007. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica sócio-espacial das cooperativas agropecuárias no contexto do complexo agroindustrial:** o casa da Cocari. Mandaguari-PR. 2000. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia) UEM, Maringá, Paraná. 2000.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERRINHO, H. **Cooperativas e desenvolvimento rural.** Lisboa: LCE, 1978.

FLEURY, M.T.L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Global, 1983.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.

FRANK, W.; FARIA, G.E.; PÉRIUS, V.F. et al. **A interferência estatal nas cooperativas**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

FRANTZ, W. A organização cooperativa: Campo de educação e espaço de poder. **IV Jornada de pesquisa**. Livro de resumos. Novembro. Ijuí: Editora Unijuí, 1999. p. 59-60.

\_\_\_\_\_. O Cooperativismo e a prática cooperativa. **Perspectiva econômica**. Ano XIX. Nº 51. Série Cooperativismo. n. 16. São Leopoldo: Unisinos, 1985. p. 53-70.

FREITAG, L.C. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

FUCHS, Yves. **A cooperação: ajuda ou neocolonialismo**. Lisboa (Portugal): Stampa, 1974.

GASQUES, J.A.; SPOLADOR, H.F.S. **Taxa de juros e políticas de apoio interno à agricultura**. IPEA: Brasília, abril 2003. Texto para discussão nº 952.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1990. (Biblioteca de textos universitários; 15).

\_\_\_\_\_. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GRONDÍN, M. **O alvorecer de Toledo: na colonização do Oeste do Paraná; 1946-1949**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades. In. LOPES, L.P.M; BASTOS, L.C. **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The promotion of cooperatives: ILO recommendation nº 193**. Geneva: ILO, 2002.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Histórico da questão agrária**. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sr01/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288](http://www.incra.gov.br/sr01/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288)>. Acesso em 10 set. 2012. 08:49:10.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Oeste paranaense: o 3º espaço relevante: especificidades e diversidades.** Curitiba: IparDES, 2008.

\_\_\_\_\_. **Leitura regional:** mesorregião geográfica Oeste paranaense. Curitiba: IPARDES, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cooperativas de produção agropecuária do Estado do Paraná:** diagnóstico e análises. Curitiba: IparDES, 1974. (v.1).

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Anos 1980, década perdida ou ganha?** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23). Acesso em 15 ago. 2014.

KLAUCK, S. **Gleba dos bispos:** colonização no Oeste do Paraná - uma experiência católica de ação social. Porto Alegre: EST. 2004.

LIMA, L.M. Histórico do cooperativismo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba: BADEP, 1974. n.43. jul/ago. p.39-66.

LINHARES, T. **Paraná vivo:** um retrato sem retoques. Rio de Janeiro: José Olympo, 1953.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel, 1988.

LOPES, S. **O território do Iguazu no contexto da 'Marcha para o Oeste'.** Cascavel: EDUNIOESTE. 2002, 263 p. (Coleção Thésis).

LOUREIRO, M.R.G. Cooperativismo e reprodução camponesa. **In.:** LOUREIRO, Maria Rita Cardoso. (Org.). Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 1981.

LUCENA, C. T. **Artes de lembrar e de inventar (re)lembranças de migrantes.** São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

LUCENA, R.B.; SOUZA, N.J. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira. 1950/2000. Porto Alegre: Indicadores Econômicos – **FEE.** v.29. n.2. p-180-200. ago.2011.

LUZ FILHO, F. **Teoria e prática das sociedades cooperativas.** 5. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1961.

MACHADO, P. A. Comentários à lei do cooperativismo. São Paulo, Unidas Ltda, 1975.

MANNHEIM, K. **Sociologia sistemática** – uma introdução ao estudo da sociologia. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

- MARANDOLA, A.M.; RODRIGUES, R.L. **Cooperativismo agropecuário paranaense**; evolução no período 1966-1985. Terra e Cultura. Londrina, 1988. v.3 (9). p. 65-84.
- MARIN, R. **Lar na História**: os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar. Cascavel: Tuicial, 2005.
- MARTINS, R. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1944. (Coleção Farol do Saber).
- MÁURER JÚNIOR, T.H. **O cooperativismo**: uma economia humana. São Paulo: Metodista, 1966.
- MÁURER JÚNIOR, T.H. **O cooperativismo**: um ideal de solidariedade humana na vida econômica. 1950.
- MELLOS, E. C. **A Mercantilização da Produção Agrícola Regional e o Estado na Dinâmica da Acumulação de Capital e Expansão das Cooperativas Agropecuárias Singulares: o Caso do Extremo-Oeste Paranaense**. 1988. Dissertação (Mestrado em Economia). UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais. 1988.
- MERRIAN, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MEZZOMO, F. A. **Religião, nomos e eu-topia**: práxis do catolicismo no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MILANI, M.L. et al. Os imigrantes italianos em Rio do Pinho. **In.:** RADIN, J.C.; BENEDET, J.H.; MILANI, M.L. Facetas da colonização italiana: Planalto e Oeste catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2003.
- MIRANDA, B. de. **Tendências e perspectivas do cooperativismo agrícola no Brasil**. INCRA. 1977.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigação em psicologia geral. 7. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2010.
- MOTTA, M. Terra devoluta. MOTTA. M. (Org.) **Dicionário da Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MOURA, V.C. de. **Fundamentos democráticos da cooperação**. Rio de Janeiro. Centro Nacional de Estudos Cooperativos, 1950.
- MOURA, V.C. de. **Manual de organização cooperativa**. Rio de Janeiro: M.E.C., 1958.
- MYSKIW, A. M. Território. MOTTA. M. (Org.) **Dicionário da Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- NADALIM, S. O. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios).

NICHOLLS, W.H. A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro. Out./dez. 1970. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/31/6109> Acesso em 10/07/2014.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo no Paraná: história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização e seu progresso.** 2. ed. Toledo-PR: Tolegraf Impressos Gráficos Ltda, 2004.

NOVAIS, F.A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1979.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná. Paraná Cooperativo. Curitiba: Ocepar. 2006. p. 10-29. Jul/ago.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: alguns equívocos na interpretação de seu pensamento. **In.:** Cadernos de Pesquisa. São Paulo. n. 81.mai de 1992. p. 67-74. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/901.pdf>.> Acesso em 05 dez.2013. 20:19:10.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.** São Paulo: Edusp, 1999.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo/Curitiba: Hucitec/Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PARANÁ COOPERATIVO. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em 01 out.2012. 22:43:18.

PARSONS, T. **O sistema das sociedades modernas.** São Paulo: Pioneira, 1974.

PERIUS, V. F. **Cooperativismo e lei.** São Leopoldo: Unisinos, 2001.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 (coleção pequenos passos: tudo é história. nº38).

PIACENTI, C.A. O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses. **Tese** (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: MG, 2009.

PIAIA, V. **Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel.** Cascavel: Edunioeste, 2013.

PIAIA, V. **A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum,** NITERÓI, 2004, 400 p, Colegiado: Doutorado em História.

PIFFER, M. **A Dinâmica do Oeste Paranaense: sua inserção na economia nacional.** 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, 1997.

PINHO, D.B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **Evolucion del pensamiento cooperativista.** Buenos Aires: Intercoop Editora, 1987. (Cadernos de cultura cooperativista n.76).

\_\_\_\_\_. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1977.

\_\_\_\_\_. **Doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PINO, Angel L.B. Processos de significação e constituição do sujeito. **In.:** Temas em Psicologia. n.1. 1993. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v1n1/v1n1a04.pdf>> Acesso em 08 dez. 2013. 09:14:06.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **In.:** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. vol. 5. n. 10. 1992. p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em 05 jan.2014. 14:36:10.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras,** de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

RADIM, J.C. Italianos e comunidades rurais no Oeste Catarinense. **In.:** RADIN, J.C.; BENEDET, J.H.; MILANI, M.L. Facetas da colonização italiana: Planalto e Oeste catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2003.

RAMBO, A.B.; ARENDT, I.C. (Org.). **Cooperar para prosperar: a terceira via.** Porto Alegre:Sescoop/RS, 2012.

RAMBO, A.B. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil.** São Leopoldo: Eduni-Sul,1988.

RAMOS, F. S. **La cooperativa agraria.** Barcelona: Ediciones CEAC, 1984. Biblioteca de Cooperativismo.

RAMOS, A.D. **A formação histórica dos municípios da região das missões do brasil.** Santo Ângelo, 2006. Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file1.pdf>. Acesso em 20 ago. 2014. 22:19:08.

RATZEL, F.; MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel: geografia.** São Paulo: Ática, 1990. (Grandes cientistas sociais; 59).

REOLON, C.A. Colonização e urbanização da mesorregião Oeste do Paraná (1940-2000). **R. RAÍGA**, Curitiba, n. 13, p. 49-57, 2007. Editora UFPR.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. 2005. 250 f. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

ROCHA, E.E.R.B. **O cooperativismo agrícola em transição**: dilemas e perspectivas. 1999. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Economia. Campinas, São Paulo, 1999.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, R.L. **Cooperativas agropecuárias e relações intersetoriais na economia paranaense**: uma análise de insumo-produto. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo. 2000.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas**: historias de Marechal Candido Rondon. Cascavel: ASSOESTE, 1984

SAHLINS, M.D. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAINSAULIEU, R. **L'identité au travail**. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences Poliques, 1988.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 12. ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

SCHALLENBERGER, E. Associativismo. MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. Cooperativismo. MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário**: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SCHALLENBERGER, E. (Org.). **Cultura e memória social**: territórios em construção. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

\_\_\_\_\_. Cooperativismo e política: redes de associações e Estado na Constituição do marco tecnológico e na organização da Agricultura sul-brasileira no período Vargas. **Informe Gepec**. v.8. n.1. Cascavel: Edunioeste, 2004. Jan./jun.

\_\_\_\_\_. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Revista Mediações**. v.8. n.2. Londrina/PR. jul./dez.2003. p.9-26.

SCHNEIDER, J.E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. **In.:** LOUREIRO, Maria Rita Cardoso (Org.). Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 1981.

\_\_\_\_\_. **Agricultural cooperatives and dependent accumulation in Brazil: change or reproduction?** 1978. Tese (Doutorado). Wisconsin. 1978.

SCHNEIDER, J.O. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: Unisinos, 1991.

SERRA, E. A teoria e a prática cooperativistas entre os produtores rurais. **In.:** VILLALOBOS, J.U.G. (Org.). Geografia social e agricultura. Maringá: UEM, 2000.

SERRA, E. Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná. 1991. 2 v. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, São Paulo. 1991.

\_\_\_\_\_. **Cooperativismo agrário e suas características no Paraná**. Terra e Cultura. Londrina, 1981. / (1): 144-146.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá**. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. UNESP, Rio Claro, São Paulo. 1986.

SEYFERTH, G. Memória coletiva. identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. **In.:** MÉTIS: história & cultura – v. 11. n. 22. p. 13-39. jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/1574/1241>>. Acesso em: 29 ago. 2013. 22:39:18.

\_\_\_\_\_. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **In.:** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. ano 6. n. 14. P. 143-176. nov, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a07>>. Acesso em 10 jan. 2014. 15:14:09.

\_\_\_\_\_. **Imigração e colonização**. Brasília: Editora da UNB, 1990.

\_\_\_\_\_. Herança e estrutura familiar camponesa, **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**. N. 52, Rio de Janeiro, mai/1985. Disponível em: <[http://www.museunacional.ufrj.br/ppgas/boletim\\_MN/boletim%20do%20museo%20Nacional%2052.pdf](http://www.museunacional.ufrj.br/ppgas/boletim_MN/boletim%20do%20museo%20Nacional%2052.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2014. 15:28:19.

SILVA, C. F. Agropecuária. **In.:** MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, O. et al. **Toledo e sua História**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo. 1989. (Projeto História).

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SPERANÇA, A. **Cascavel: a história.** Curitiba: Lagarto, 1992;

TAVARES, M.A.R. **Cooperativismo no Paraná:?** Estudo de caso (abordagem econômica). Londrina: CNPq/FUEL, 1985.

TAYLOR, J. S.; BOGDAN, R. **Introduction to qualitative research methods: the search for meanings.** 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1984.

THENÓRIO FILHO, L.D. **Pelos caminhos do cooperativismo:** com destino ao crédito mútuo. 2. ed. São Paulo: Central de Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 2002.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TODOROV, T. **A vida em comum:** ensaio de antropologia geral. Campinas/SP: Papirus, 1996.

TRINTIN, J. G. A experiência paranaense de desenvolvimento. In: Encontro de Economia Paranaense, 4º, 2005, Toledo. **Anais ...** Toledo, 2005. 1-CD-ROM.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VANDERLINDE, T. Região. MOTTA. M. (Org.). **Dicionário da Terra.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VANDERLINDE, T. **Entre dois reinos:** a inserção luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2006. (Coleção Thésis)

VICENTE, M. **Copacol:** 50 anos na vanguarda do cooperativismo. Cafelândia: Integração, 2012.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, Mensus e Colonos:** história do Oeste Paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná.** 3. ed. Curitiba: Venentina, 1972.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WAUTIER, A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas.** Ijuí. Unijuí, 2001.

WEBER, R. Imigração e identidades étnicas: temáticas historiográficas e conceituações. In.: **Dimensões:** Revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo. n.18. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/issue/view/215/showToc>>. Acesso em 05 jun. 2013. 20:19:02.

\_\_\_\_\_. **Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil.** Ijuí: Unijuí, 2002.

WESTPHALEN, C. M. **Ocupação do Paraná.** Curitiba: AGEN. 1988. (Cadernos de migração 3).

\_\_\_\_\_. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu.** Curitiba: UFPR. 1987.

WHITE, L.; DILLINGHAM, B. **O conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

WILLERS, E.M. **A influência do treinamento para o aproveitamento eficaz da teoria da liderança situacional na Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda - Toledo - Paraná.** 1993. Monografia (Conclusão de Curso). Curso de Secretariado Executivo Bilíngue da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Paraná, 1993.

WILLIAMS, R. **Cultura.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

ZABOT, P. Reflexões sobre o processo de ocupação do território catarinense, agricultura familiar e o código ambiental. **Dissertação** (Mestrado profissional em planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida?** Passo Fundo: Berthier, 1992.

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

W712c Willers, Ednilse Maria  
Cultura associativa : a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da Mesorregião Oeste Paranaense / Ednilse Maria Willers. – Toledo, PR : [s. n.], 2015  
157 f. : il. (algumas color.), figs., quadros

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger  
Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Economia agrícola 2. Cooperativismo - Oeste Paranaense (Mesorregião : PR ) 3. Cooperativas agrícolas - Oeste Paranaense (Mesorregião : PR) 4. Colonos - História - Oeste Paranaense (Mesorregião : PR) 5. Cultura 6. Identidades I. Schallenberger, Erneldo, orient. II. T

CDD 20. ed. 334.683098162